



RELATÓRIO 1º SEMESTRE  
2017

Queremos contribuir  
para o desenvolvimento  
das pessoas e das  
empresas



## ÍNDICE

---

3	Principais Indicadores
4	Órgãos Sociais
6	Enquadramento da Atividade
9	Informação Económica e Financeira
17	Áreas de Negócio
21	Gestão de Risco
30	Informação Complementar e Anexos
35	Demonstrações Financeiras Consolidadas
41	Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

## PRINCIPAIS INDICADORES

<b>BALANÇO E RESULTADOS</b> (milhões de euros)	1S'17	1S'16	1S'17/1S'16
Ativo líquido	<b>43.645</b>	44.682	-2,3%
Crédito a clientes (líquido)	<b>31.650</b>	31.851	-0,6%
Recursos de clientes	<b>33.120</b>	32.703	+1,3%
Capital próprio e passivos subordinados	<b>3.330</b>	3.223	+3,3%
Margem financeira	<b>339,4</b>	370,0	-8,3%
Comissões líquidas e outros resultados de exploração	<b>147,2</b>	151,9	-3,1%
Produto bancário	<b>541,2</b>	610,0	-11,3%
Resultado de exploração	<b>282,5</b>	325,6	-13,2%
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	<b>286,0</b>	274,3	+4,3%
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST	<b>222,5</b>	192,8	+15,4%

<b>RÁCIOS</b>	1S'17	1S'16	1S'17/1S'16
ROE	<b>13,6%</b>	12,5%	+1,2 p.p.
ROA	<b>1,0%</b>	0,9%	+0,1 p.p.
Rácio de Eficiência	<b>47,8%</b>	46,6%	+1,2 p.p.
Rácio CET I* (phasing-in)	<b>16,3%</b>	16,6%	-0,3 p.p.
Rácio Tier I*	<b>16,3%</b>	16,6%	-0,3 p.p.
Rácio de capital*	<b>16,3%</b>	16,6%	-0,3 p.p.
Crédito em risco / Crédito total	<b>4,5%</b>	6,9%	-2,4 p.p.
Crédito reestruturado / Crédito total	<b>8,6%</b>	9,5%	-0,9 p.p.
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco / Crédito total	<b>6,3%</b>	6,7%	-0,4 p.p.
Cobertura de crédito em risco	<b>92,4%</b>	91,8%	+0,6 p.p.
Crédito / Depósitos	<b>108,7%</b>	109,8%	-1,1 p.p.

<b>NOTAÇÕES DE RATING</b>	1S'17	1S'16
FitchRatings		
curto prazo	<b>F2</b>	F2
longo prazo	<b>BBB</b>	BBB
Moody's		
curto prazo	<b>NP</b>	NP
longo prazo	<b>Ba1</b>	Ba1
Standard & Poor's		
curto prazo	<b>B</b>	B
longo prazo	<b>BB+</b>	BB+
DBRS		
curto prazo	<b>R-1L</b>	R-1L
longo prazo	<b>BBBH</b>	BBBH

<b>OUTROS DADOS</b>	1S'17	1S'16	1S'17/1S'16
Colaboradores	<b>5.957</b>	6.344	-387
Colaboradores em Portugal	<b>5.919</b>	6.300	-381
Pontos de atendimento	<b>600</b>	734	-134
Total de agências e centros empresa em Portugal	<b>585</b>	719	-134

\* Com resultado líquido de dividendos a distribuir



## ÓRGÃOS SOCIAIS

---

### BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

---

#### Mesa da Assembleia Geral

---

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Vice – Presidente	António Maria Pinto Leite
Secretário	João Afonso Pereira Gomes da Silva

---

#### Conselho de Administração

---

Presidente	António Basagoiti Garcia-Tuñón
Vice-Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vice-Presidente	Enrique Garcia Candelas
Vogais	António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
	Inês Oom Ferreira de Sousa
	Isabel Maria Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota
	João Baptista Leite
	José Carlos Brito Sítima
	José Urgel Moura Leite Maia
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Luis Manuel Moreira de Campos e Cunha
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Manuel Maria de Olazabal Y Albuquerque*
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
	Remedios Ruiz Macia

---

#### Comissão de Auditoria

---

Presidente	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Vogais	António Basagoiti Garcia-Tuñón
	Isabel Maria Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota

---

#### Revisor Oficial de Contas

---

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., S.A.

---

#### Comissão Executiva

---

Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	Inês Oom Ferreira de Sousa
	João Baptista Leite
	José Carlos Brito Sítima
	José Urgel Moura Leite Maia
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

---

#### Secretário da Sociedade

---

Efetivo	João Afonso Pereira Gomes da Silva
Suplente	Raquel João Branquinho Nunes Garcia

---

\*Eleito em 31/05/17

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### João Baptista Leite

Tecnologia, Operações, Integração de Dados, Segurança Informática, Risco Tecnológico

### Pedro Castro e Almeida

Rede de Empresas, Negócio Internacional, Institucionais, Fomento à Construção, Banca Global e Corporativa, Gestão de Ativos e Seguros enquanto Banco Comercializador/Mediador

### José Leite Maia

Redes de Particulares e Negócios, *Private*, Controlo e Dinamização da Rede P&N, Promotores e Mediadores Imobiliários, Internacional (emigrantes)

### Luís Bento dos Santos

Comunicação, Marketing Corporativo, Qualidade e *Public Policy*

### Manuel Preto

Financeira, Fiscalidade, Organização e Custos, Inteligência Comercial (Produtos, Marketing e CRM), Imóveis e Serviços Gerais



### Inês Oom de Sousa

Meios de Pagamento, Multicanalidade, Segmentos, Universidades, Área de Sustentabilidade

### António Vieira Monteiro

Presidente da Comissão Executiva Riscos, Controlo de Riscos, Contabilidade e Controlo de Gestão

### José Carlos Sítima

Secretaria-Geral, Assessoria Jurídica, *Compliance*, Prevenção de Branqueamento de Capitais, Inspeção, Recuperações e Desinvestimento, Recursos Humanos

### Internacional

A economia mundial, no primeiro semestre, manteve um ritmo de expansão sustentado, prolongando a dinâmica iniciada na segunda metade de 2016.

Esta evolução esteve muito sustentada pelo melhor momento das economias desenvolvidas e, neste grupo, pela evolução positiva da zona euro. O Fundo Monetário Internacional, na atualização de julho de 2017 do “World Economic Outlook” disse mesmo de conta, ao rever em alta as projeções de crescimento para o conjunto de economias da moeda única, mas deixando inalteradas as perspetivas para os conjuntos da economia mundial e das economias avançadas, em 3,5% e 2,0%, respetivamente, em 2017.

Na zona euro, a revisão em alta, para um crescimento de 1,9% decorreu da aceleração iniciada no final de 2016 e que se prolongou pelo presente ano, com um fortalecimento da procura interna, não só o consumo privado, como também o investimento, o que marca uma melhoria estrutural da economia, patente de igual modo no desemprego, que desceu para 9,1% em junho de 2017, o nível mais baixo desde 2009. Igualmente marcante na evolução da economia europeia é a convergência dos ritmos de crescimento entre países, depois de vários anos em que economias como a Alemanha e a Espanha cresciam mais rapidamente, e outras, como a França e Itália estavam praticamente estagnadas.

Há, deste modo, uma maior sincronização dos ciclos económicos, em parte devido à política monetária expansionista desenvolvida pelo Banco Central Europeu, que em 2016 reforçou o seu programa de *quantitative easing*. Fruto da resposta da economia aos estímulos<sup>1</sup>, que se traduziram numa recuperação do crescimento, numa redução das pressões deflacionistas e na melhoria do funcionamento dos vários mecanismos de transmissão da política, o BCE, já em 2017, anunciou uma redução do volume mensal de aquisição de ativos financeiros para 60 mil milhões de euros (revertendo o aumento de 20 mil milhões de euros decidido em Março de 2016). Contudo, manteve quer os níveis de taxas de juro, quer a indicação de continuar pronto a intervir sempre que as condições o requeiram.

As projeções de crescimento para a economia norte-americana foram revistas em baixa, para 2,1%, ainda assim consubstanciando uma aceleração face ao ano de 2016. Contudo, a não implementação das medidas de estímulo da Administração Trump (como o choque fiscal e o programa de infraestruturas) impediu que as expectativas mais otimistas se materializassem, também num contexto de novo abrandamento no primeiro trimestre de 2017. A Reserva Federal dos EUA, no entanto, continuou a retirada dos

estímulos, com uma nova subida da principal taxa de referência para 1,25% e, em junho, tendo anunciado que ainda em 2017 iria começar a reduzir o volume de ativos financeiros adquiridos ao abrigo do seu programa de *quantitative easing*, de forma gradual.

No mercado cambial, apesar da subida de taxas de juro de referência pela Reserva Federal, o dólar depreciou face ao euro, para 1,18 dólares por euro, uma depreciação de 12,8% desde o início do ano, para o nível mais fraco desde o início de 2015.

No Reino Unido, o crescimento económico poderá começar a refletir os efeitos do “Brexit” no decurso dos próximos trimestres, segundo o FMI. Só em março de 2017 é que o Governo ativou o pedido formal de saída, ao abrigo do artigo 50.º do Tratado de Lisboa. Em junho, as eleições antecipadas convocadas pelo Governo para reforçar a sua posição resultaram antes na perda de maioria absoluta, o que poderá afetar um processo que os vários intervenientes já consideram complexo e difícil. Neste sentido, o FMI reviu em baixa a sua projeção de crescimento, para 1,7%. O Banco de Inglaterra, neste contexto, manteve a política expansionista e as indicações de disponibilidade para atuar, se e quando necessário.

As perspetivas para China foram revistas em alta ligeira, fruto das medidas de estímulo implementadas pelas autoridades. No entanto, considera o FMI que essas medidas, ao resultarem num aumento dos já elevados níveis de dívida, podem resultar num aumento dos riscos adversos no médio prazo.

Neste contexto global, prosseguiu o movimento de *repricing* das taxas de juro, em especial com uma subida das taxas de juro de médio e longo prazo, na Europa e nos EUA, mas mais pronunciado na Alemanha, onde as taxas subiram acima de 0,5% para o prazo dos 10 anos. Em simultâneo, nos países chamados de “periféricos” na Europa, as taxas de juro subiram de forma menos pronunciada, resultando numa redução do prémio de risco face à Alemanha.

Em Portugal, as taxas de juro de longo prazo desceram, de forma generalizada, traduzindo-se numa clara diminuição do prémio de risco face à Alemanha, que, para o prazo dos 10 anos, desceu abaixo de 250pb, o nível mais baixo desde o início de 2016.

No mercado monetário europeu, as taxas de juro de curto prazo permaneceram em redor dos mínimos, refletindo a mensagem do BCE de que está disponível para atuar, se e quando necessário.

<sup>1</sup> Gambetti e Musso (2017), “The macroeconomic impact of the ECB's expanded asset purchase programme (APP)”, ECB Working paper 2075/2017

### Economia Portuguesa

A atividade económica manteve, durante o primeiro semestre, um forte ritmo de crescimento, com o PIB a ter crescido 2,9% em termos homólogos no segundo trimestre, o mais forte desde o quarto trimestre de 2000, prolongando desde modo a recuperação iniciada no segundo semestre de 2016.

A melhoria esteve baseada na recuperação das exportações e do investimento, enquanto o consumo privado manteve um sólido contributo para o crescimento económico, apoiado na descida da taxa de desemprego, para 9,1% no mês de junho. Esta redução da taxa de desemprego foi o resultado combinado do aumento do emprego e da população ativa, que tem contribuído para a melhoria da confiança das famílias e consequentemente das expectativas do consumo privado.

Depois de uma evolução menos favorável entre meados de 2015 e meados de 2016, a evolução positiva das exportações, os mais elevados níveis de utilização da capacidade instalada e a envolvente externa, contribuíram para gerar expectativas mais otimistas, que podem potenciar as iniciativas de novos investimentos, em especial nos segmentos de máquinas e equipamentos, e de material de transporte. O inquérito ao investimento do INE, relativo ao primeiro semestre, revelou que os empresários sinalizavam intenção de maior investimento, em especial para expansão da capacidade. Contudo, as taxas de investimento continuam em níveis historicamente baixos. Em 2017, o investimento poderá representar 17% do PIB, que compara com os níveis pré-crise de 22%.

As exportações cresceram a dois dígitos durante o primeiro semestre, tanto em termos de bens, como de serviços, estes últimos apoiados num forte dinamismo das atividades relacionadas com o turismo, com o aumento dos turistas não residentes, da duração da estadia e com os empresários do setor a conseguir extrair mais valor, com uma subida da receita média por alojamento disponível.

Ao nível das exportações de bens, o crescimento foi generalizado entre bens, mas destacou-se a recuperação das exportações de bens energéticos (decorrente do encerramento para manutenção da refinaria de Sines, no primeiro semestre de 2016) e de veículos automóveis, com o início de produção de um novo modelo automóvel na AutoEuropa.

O saldo positivo da balança de transações correntes encontra-se suportado pelo reforço do saldo positivo da balança de serviços, em particular do contributo do turismo e transportes. A balança de bens poderá continuar numa tendência gradualmente menos deficitária, com a dependência energética a continuar a ser o fator mais

penalizador. As exportações líquidas para o Reino Unido, França, Angola e EUA continuaram a ser as mais dinâmicas e a contribuir para o reforço das exportações.

No primeiro trimestre, o défice orçamental foi de 2,1% do PIB, uma melhoria de cerca de 1,2 p.p. face ao período homólogo. A melhoria das receitas dos impostos indiretos e contribuições sociais foram os principais fatores, enquanto a despesa permaneceu quase inalterada. O saldo primário registou um excedente de 865 milhões de euros (cerca de 1,9% do PIB). A dinâmica recente está em linha com as metas orçamentais de 1,5% do PIB para o défice.

A dívida pública manteve-se em redor dos 130,5% do PIB, no primeiro trimestre de 2017, perspetivando-se que se situe em redor dos 127%, em 2017. Até ao início de agosto, o Tesouro português reforçou os pagamentos antecipados ao FMI, com um total de reembolsos de 5,3 mil milhões de euros. O total de reembolsos, desde 2015, já ultrapassou os 12 mil milhões de euros, ou seja, cerca de 54% do empréstimo original.

No primeiro semestre do ano, prosseguiu o processo de desalavancagem do setor privado, embora com diferentes dinâmicas em curso. Ao nível do crédito aos particulares, o ritmo de redução do crédito moderou, com um crescimento ligeiro no crédito ao consumo, face aos níveis de final de 2016, o que está associado, também, ao dinamismo do consumo privado e, em especial, de bens duradouros. Ainda assim, em percentagem do rendimento disponível, o peso do crédito não tem sofrido alterações. Ao nível do crédito hipotecário, os volumes de nova produção cresceram 45% face ao período homólogo, mas situavam-se ainda bastante abaixo dos máximos observados em 2007-08, e são insuficientes para compensar a natural erosão da carteira, pelo que o *stock* de crédito hipotecário continuou a reduzir-se.

No crédito às empresas, prosseguiu a desalavancagem a um ritmo mais forte, fruto também das medidas de gestão dos *non-performing loans* que algumas instituições desenvolveram, ao abrigo dos seus processos de recapitalização, incluindo vendas e *write-offs* de carteiras de crédito.

Fruto destas dinâmicas, e de acordo com os dados do Banco de Portugal, o rácio de *non-performing loans* reduziu-se, no primeiro trimestre, para 16,7% (face a 17,9% no período homólogo).

(Elaborado com a informação disponível até 15 de Agosto de 2017)



### Principais riscos e incertezas no segundo semestre de 2017

A atividade do Banco Santander Totta está condicionada por um conjunto de riscos e incertezas, relacionados, uns com a envolvente em que opera, outros intrínsecos à sua própria atividade.

A **envolvente económica** é uma determinante essencial para as operações do Banco e o contexto está sujeito a vários fatores de incerteza. Sendo Portugal uma economia aberta, com relevantes fluxos de comércio internacional com a União Europeia, a atividade está dependente do crescimento económico a nível doméstico, assim como da evolução da economia europeia.

Neste contexto, o processo em curso de saída, pelo Reino Unido, da União Europeia (“Brexit”) é um foco de incerteza, na medida em que pode ter efeitos de contágio a todo o espaço da UE, do ponto de vista económico e financeiro. De igual modo, o processo de reformas estruturais que está a ser desenvolvido por vários países europeus, pode consubstanciar um fator de risco, caso não se concretizem as esperadas melhorias em termos de crescimento económico e de emprego.

O **contexto internacional** está, ainda, envolto em incertezas de natureza geopolítica, com um redesenho das relações de forças entre as várias potências, mundiais e regionais. Os focos de tensão latente podem afetar a confiança, a nível global, e afetar o crescimento económico.

Também, a **nível doméstico**, a materialização das expectativas de investimento e de consumo pelos agentes económicos está sujeito a incerteza, com repercussões sobre os volumes de negócio (crédito e depósitos), assim como sobre a política comercial e de preço, num contexto de forte concorrência entre instituições.

Um menor crescimento económico teria implicações tanto ao nível da desalavancagem do sector privado como da consolidação orçamental, do ponto de vista das contas públicas.

Um mais lento avanço na dinâmica de redução do endividamento, público e privado, em particular se associado a um menor crescimento económico, poderia comprometer a perceção de risco por parte dos investidores e das agências de notação de risco, com implicações sobre o *rating* da República. O mesmo poderia ocorrer caso não se conclua o processo de venda do Novo Banco, que, além da perceção de risco e *rating*, pode ampliar os riscos contingentes sobre o setor bancário, já que são os responsáveis, em última instância pelas responsabilidades assumidas pelo Fundo de Resolução nacional, acionista do banco.

Estes fatores podem ter repercussões sobre a liquidez e a capacidade de acesso do Santander Totta, assim como das demais instituições bancárias, aos mercados financeiros globais. Por um lado, o valor de mercado dos ativos elegíveis como colateral nas operações de refinanciamento do BCE pode diminuir. Por outro lado, uma pior perceção de risco pode reduzir as linhas de financiamento disponíveis ao nível das contrapartes nos mercados financeiros globais e/ou reduzir o apetite de risco para aquisição de títulos de dívida emitidos pelas instituições financeiras nacionais, incluindo o Santander Totta.

Os riscos intrínsecos à atividade são, entre outros, os de crédito, taxa de juro, de mercado, operacional e regulatório.

Ao nível do **risco regulatório**, e na sequência da crise financeira, aumentaram os requisitos de liquidez e capital sobre o setor bancário, incluindo a criação da União Bancária, com mecanismos únicos de supervisão e resolução na União Monetária. A supervisão tornou-se mais intrusiva, com exercícios de *stress test* e de transparência mais frequentes, num quadro de requisitos mínimos de capital regulatório mais elevados. Acresce a incerteza associada à implementação do MREL (*minimum requirement on eligible liabilities*), com um rácio de capital total mais elevado, composto por passivos *bail-in-able*, que exige maior financiamento em mercado e custos de financiamento mais elevados, assim como da IFRS9, que associa a constituição e gestão de provisões de crédito ao ciclo económico.

O **risco de crédito** está associado à política de admissão e seguimento de crédito, por um lado, e ao ciclo económico, por outro, quanto à capacidade de cumprimento pelos clientes e ao valor dos ativos dados como garantia. Uma conjuntura económica menos favorável pode contribuir para dificuldades acrescidas dos clientes em fazer face às suas responsabilidades, em simultâneo com o risco de desvalorização dos ativos utilizados como colateral das operações, em especial ao nível do crédito hipotecário, assim como dos sectores de construção e promoção imobiliária.

O **risco de mercado** pode estar associado à atual conjuntura, de reduzidos níveis de taxas de juro de referência, políticas monetárias não convencionais e níveis muito baixos de volatilidade nos mercados financeiros. A reversão das políticas expansionistas, nomeadamente do chamado *“quantitative easing”*, e a subida das taxas de juro de referência pode resultar em movimentos de *repricing* dos ativos financeiros, em particular os representativos de dívida, pública ou privada, afetando o seu valor de mercado, com repercussões sobre as carteiras de ativos e sobre o valor do património dos fundos de pensões. Eventuais efeitos de contágio a outros mercados, como os acionistas ou de *commodities*, ou ainda a mercados emergentes, podem contribuir para uma deterioração da aversão ao risco pelos agentes económicos, com movimentos adversos dos preços dos ativos e consequente aumento da volatilidade.



## Atividade Consolidada

### Introdução

No final do primeiro semestre de 2017, o Banco Santander Totta registou um resultado líquido de 222,5 milhões de euros, equivalente a um aumento de 15,4% em comparação com o período homólogo de 2016.

A carteira de crédito, que totalizou 33,0 mil milhões de euros, diminuindo 2,9% em relação a junho de 2016, foi condicionada pela venda de crédito e de *write-offs* que ocorreram ao longo de 2016 e no primeiro semestre de 2017. Caso não se considere estes efeitos, o crédito reduziu apenas 0,1% face a junho de 2016. A contratação de novos empréstimos de crédito à habitação e de crédito a empresas, tem-se mantido muito dinâmica, o que se tem traduzido na melhoria das quotas de mercado do Banco.

O rácio de crédito em risco situou-se em 4,5%, melhorando 2,4 p.p., face aos 6,9% no final do primeiro semestre do ano anterior, tendo uma cobertura de 92,4% (91,8% um ano antes).

Os recursos de clientes atingiram 33,1 mil milhões de euros, correspondendo a um aumento anual de 1,3%, com os fundos de investimento e os seguros e outros recursos a registarem subidas de 19,8% e de 4,5%, respetivamente.

O rácio de transformação, medido pelo peso do crédito líquido nos depósitos, reduziu para 108,7%, no final do primeiro semestre de 2017, face aos 109,8% observados um ano antes.

O rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1), calculado de acordo com as regras da CRD IV/CRR, atingiu 16,3% em base *phasing in*, e de 16,1% em base *fully implemented*, acima dos requisitos mínimos exigidos pelo Banco Central Europeu.

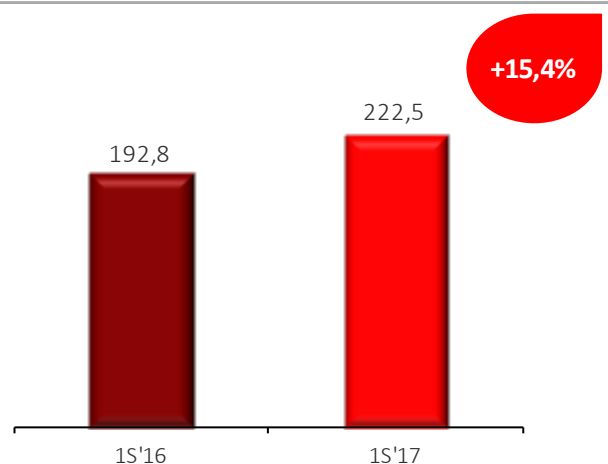
O financiamento líquido junto do Eurosistema situou-se em 1,3 mil milhões de euros, descendo 22,2% no último ano e revelando uma confortável situação de liquidez disponível, tendo em conta o valor da carteira de ativos elegíveis como garantia nas operações de financiamento junto do Eurosistema de 12,8 mil milhões de euros, no final de junho de 2017.

O rácio LCR (Liquidity Coverage Ratio), calculado segundo as normas da CRD IV situou-se em 221%, cumprindo as exigências regulamentares em base *fully implemented* que estarão em vigor em 2018.

Os *ratings* da dívida de longo prazo do Banco Santander Totta são as seguintes: Fitch – BBB, Moody's – Ba1, S&P – BB+ e DBRS – BBBH.

### RESULTADO LÍQUIDO

milhões de euros



Resultados

<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS</b> (milhões de euros)	<b>1S'17</b>	<b>1S'16</b>	<b>1S'17/1S'16</b>
<b>Margem financeira</b>	<b>339,4</b>	<b>370,0</b>	<b>-8,3%</b>
Rendimento de instrumentos de capital	2,9	0,3	+767,5%
Comissões líquidas	164,3	157,3	+4,4%
Outros resultados de exploração	(17,1)	(5,4)	+214,7%
<b>Margem comercial</b>	<b>489,5</b>	<b>522,2</b>	<b>-6,3%</b>
Resultado de operações financeiras	51,7	87,8	-41,1%
<b>Produto bancário</b>	<b>541,2</b>	<b>610,0</b>	<b>-11,3%</b>
Custos operacionais	(258,7)	(284,4)	-9,0%
Custos com pessoal	(156,7)	(166,1)	-5,7%
Gastos gerais administrativos	(83,4)	(100,6)	-17,2%
Depreciações e amortizações	(18,7)	(17,7)	+5,8%
<b>Resultado de exploração</b>	<b>282,5</b>	<b>325,6</b>	<b>-13,2%</b>
Imparidade e provisões líquidas	0,9	(53,4)	-
Resultados de associadas	2,6	2,0	+31,0%
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>	<b>286,0</b>	<b>274,3</b>	<b>+4,3%</b>
Impostos	(63,5)	(81,5)	-22,1%
Interesses que não controlam	(0,0)	0,0	-
<b>Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST</b>	<b>222,5</b>	<b>192,8</b>	<b>+15,4%</b>

No final de junho de 2017, a margem financeira totalizou 339,4 milhões de euros, apresentando uma diminuição de 8,3%, quando comparada com 370,0 milhões de euros apurados no período homólogo, com efeito positivo induzido pela redução do custo dos depósitos a prazo, no entanto mitigado pelos proveitos inferiores da carteira de crédito e de títulos, com menor peso da carteira de dívida pública no balanço do Banco.

As comissões líquidas ascenderam a 164,3 milhões de euros, face a 157,3 milhões de euros registados no período homólogo, traduzindo um crescimento de 4,4%, impulsionado pela evolução verificada nas comissões de gestão e manutenção de contas, de meios de pagamento, de fundos de investimento e de seguros, em consequência não só da maior vinculação e transacionalidade dos clientes, como também da evolução favorável do volume dos recursos fora de balanço.

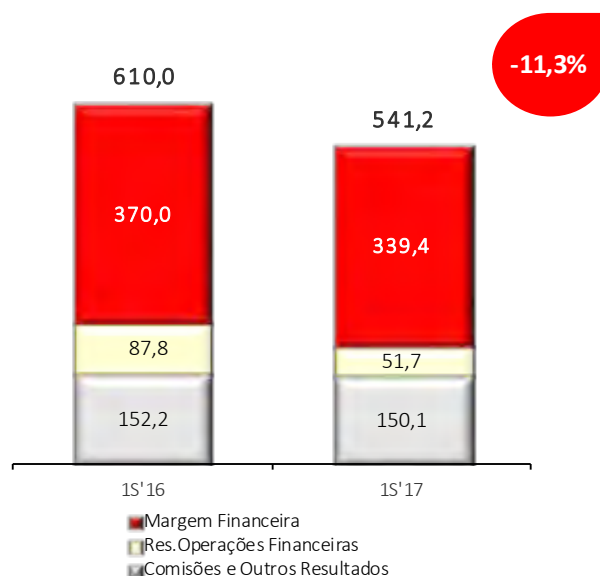
Os outros resultados de exploração, no valor de -17,1 milhões de euros englobaram principalmente a contribuição regulatória do Banco para o Fundo de Resolução. A margem comercial cifrou-se em 489,5 milhões de euros, com um decréscimo de 6,3% em relação ao montante verificado no final do primeiro semestre de 2016.

Os resultados de operações financeiras atingiram 51,7 milhões de euros, diminuindo 41,1% face aos 87,8 milhões de euros relevados no semestre homólogo de 2016, em consequência da diminuição de proveitos realizados na alienação de carteira de títulos de dívida pública.

O produto bancário alcançou 541,2 milhões de euros, correspondendo a uma redução de 11,3% face ao período homólogo.

**PRODUTO BANCÁRIO**

milhões de euros



Os custos operacionais cifraram-se em 258,7 milhões de euros, apresentando uma redução de 9,0% face aos 284,4 milhões de euros apurados no semestre homólogo, suportada na poupança alcançada nos custos com pessoal (-5,7%) e nos gastos gerais administrativos (-17,2%), refletindo a otimização da estrutura organizacional, com o

consequente redimensionamento da rede de distribuição e a redução do número de colaboradores, adaptada à atual realidade do negócio. As amortizações do exercício evidenciaram um crescimento de 5,8%, especialmente associadas a investimentos informáticos.

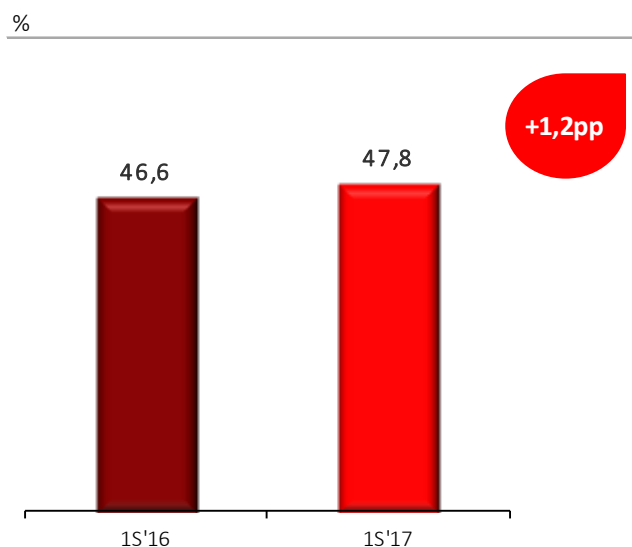
**CUSTOS OPERACIONAIS** (milhões de euros)

	1S'17	1S'16	1S'17/1S'16
Custos com pessoal	(156,7)	(166,1)	-5,7%
Gastos gerais administrativos	(83,4)	(100,6)	-17,2%
Depreciações e amortizações	(18,7)	(17,7)	+5,8%
<b>Custos operacionais</b>	<b>(258,7)</b>	<b>(284,4)</b>	<b>-9,0%</b>
<b>Rácio de eficiência</b>	<b>47,8%</b>	<b>46,6%</b>	<b>+1,2 p.p.</b>

A evolução das receitas e dos custos conduziu a um rácio de eficiência de 47,8%, comparando com 46,6% registado no período homólogo, beneficiando da forte disciplina de

custos, embora atenuado pelo decréscimo do produto bancário.

RÁCIO DE EFICIÊNCIA



O resultado de exploração situou-se em 282,5 milhões de euros, uma redução de 13,2% em comparação com o período homólogo de 325,6 milhões de euros, beneficiando do comportamento dos custos operacionais, embora mitigado pelo decréscimo do produto bancário.

A imparidade e provisões líquidas cifraram-se numa reversão líquida de 0,9 milhões de euros, comparando com uma dotação líquida de 53,4 milhões de euros no período homólogo, com provisões inferiores relacionadas com crédito e ativos recebidos em dação, espelhando a melhoria da situação económica do país e dos indicadores de risco de crédito.

O resultado antes de impostos e de interesses que não controlam totalizou 286,0 milhões de euros, superior em 4,3% em relação ao mesmo período de 2016.

O resultado consolidado do exercício atingiu 222,5 milhões de euros, o que corresponde a uma subida de 15,4%, quando comparado com os 192,8 milhões de euros obtidos no final de junho de 2016, em consequência da descida dos custos operacionais e da melhor qualidade da carteira de crédito do Banco, que compensaram o decréscimo do produto bancário.

Balanço e Atividade

O volume de negócio atingiu 66,1 mil milhões de euros, no final de junho de 2017 (-0,9% face a igual data de 2016). O crédito a clientes reduziu 2,9%, influenciado pela venda de

crédito e de *write-offs*, sendo parcialmente compensado pelos recursos de clientes que progrediram 1,3%.

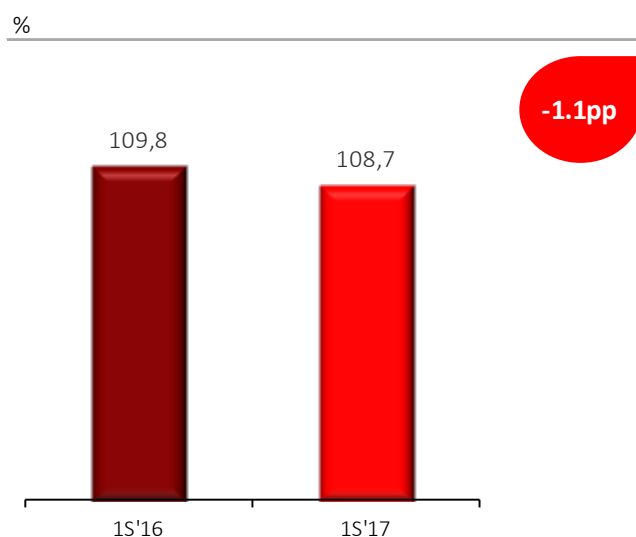
VOLUME DE NEGÓCIO (milhões de euros)	1S'17	1S'16	1S'17/1S'16
<b>Volume de Negócio</b>	<b>66.132</b>	<b>66.714</b>	<b>-0,9%</b>
Crédito a clientes (bruto)	33.012	34.011	-2,9%
Recursos de Clientes	33.120	32.703	+1,3%

O rácio crédito/depósitos situou-se em 108,7%, no final do primeiro semestre de 2017, com um decréscimo de 1,1 p.p. em relação aos 109,8% verificados um ano antes. Esta evolução decorreu da redução na carteira de crédito a

clientes e da estabilização observada nos depósitos de clientes, refletindo a forte capacidade de retenção destas aplicações, num enquadramento de taxas de remuneração muito baixas.



CRÉDITO / DEPÓSITOS



A carteira de crédito totalizou 33,0 mil milhões em junho de 2017, descendo 2,9% em relação a junho de 2016, influenciada pela venda de crédito e de *write-offs* no valor de cerca mil milhões de euros, desde o início de 2016 até ao

final do primeiro semestre de 2017. Caso se ajuste o valor da carteira de crédito destes efeitos, teria diminuído apenas 0,1% face ao período homólogo do exercício anterior.

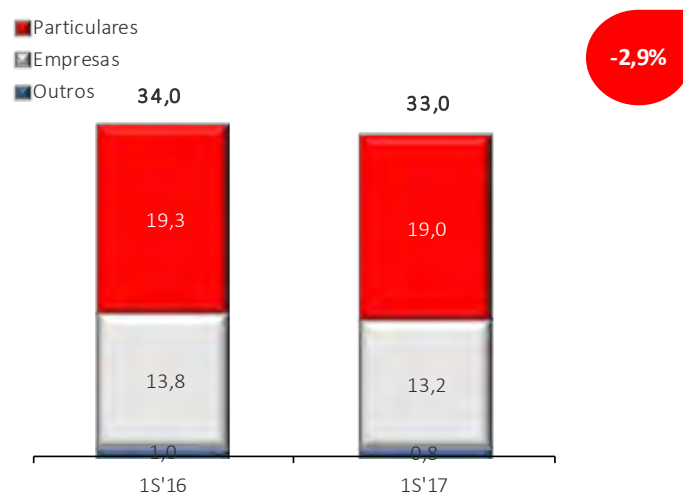
CRÉDITO (milhões de euros)	1S'17	1S'16	1S'17/1S'16
<b>Crédito a clientes (bruto)</b>	<b>33.012</b>	<b>34.011</b>	<b>-2,9%</b>
<i>do qual</i>			
Crédito a particulares	19.000	19.281	-1,5%
<i>do qual</i>			
Habituação	17.039	17.133	-0,5%
Consumo	1.521	1.525	-0,2%
Crédito a empresas	13.188	13.756	-4,1%

O crescimento da concessão do novo crédito, tanto à habitação como a empresas, traduziu-se no aumento das quotas de mercado do Banco, embora mitigado pela gestão da carteira de ativos não produtivos e consequente venda de crédito em incumprimento. O crédito à habitação encerrou o primeiro semestre de 2017 a descer 0,5%, o crédito ao consumo diminuiu 0,2%, enquanto o crédito a empresas variou negativamente 4,1%, em relação ao período homólogo.

A estrutura da carteira de crédito a clientes manteve padrões idênticos de diversificação entre o final do primeiro semestre de 2016 e de 2017, com o crédito à habitação a representar 52% e o crédito a empresas a valer 40% do crédito total concedido em 30 de junho de 2017.

## CRÉDITO BRUTO

milhões de euros



No final de junho de 2017, a qualidade da carteira de crédito avaliada pela proporção do crédito em risco em função do crédito total, atingiu 4,5%, equivalente a uma melhoria de 2,4p.p. em comparação com 6,9% apurados em igual data de 2016, tendo o correspondente rácio de cobertura do crédito

em risco por imparidades ascendido a 92,4% (91,8% no período homólogo). O custo do crédito, medido pela relação entre provisões para crédito e a carteira de crédito média confirmou a trajetória descendente atingindo 0,09%.

### INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO

	1S'17	1S'16	1S'17/1S'16
Crédito vencido a mais de 90 dias / Crédito total	3,3%	4,2%	-0,9 p.p.
Crédito com incumprimento / Crédito total	3,7%	4,4%	-0,7 p.p.
Crédito em risco / Crédito total	4,5%	6,9%	-2,4 p.p.
Crédito reestruturado / Crédito total	8,6%	9,5%	-0,9 p.p.
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco / Crédito total	6,3%	6,7%	-0,4 p.p.
Custo do crédito	0,1%	0,1%	+0,0 p.p.
Cobertura de crédito vencido a mais de 90 dias	125,3%	150,7%	-25,4 p.p.
Cobertura de crédito com incumprimento	110,4%	145,2%	-34,8 p.p.
Cobertura de crédito em risco	92,4%	91,8%	+0,6 p.p.

Finalizado o primeiro semestre de 2017, os recursos de clientes registaram uma subida de 1,3%, ascendendo a 33,1 mil milhões de euros, que compara com 32,7 mil milhões de

euros na mesma data de 2016. Os depósitos mantiveram-se estáveis e os recursos fora de balanço continuam a evidenciar uma evolução muito favorável, subindo 9,5%.

## INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

<b>RECURSOS</b> (milhões de euros)	<b>1S'17</b>	<b>1S'16</b>	<b>1S'17/1S'16</b>
<b>Recursos de clientes</b>	<b>33.120</b>	<b>32.703</b>	<b>+1,3%</b>
Recursos de balanço	28.461	28.447	+0,0%
Depósitos	28.461	28.447	+0,0%
Recursos fora de balanço	4.659	4.256	+9,5%
Fundos de investimento comercializados pelo Banco	1.664	1.389	+19,8%
Seguros e outros recursos	2.996	2.867	+4,5%

### Rácios de Solvabilidade

No final de junho de 2017, o rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1), calculado de acordo com as regras da CRD IV/CRR, atingiu 16,3%, e 16,1% caso se considere as regras totalmente implementadas, acima dos requisitos mínimos exigidos pelo Banco Central Europeu ao abrigo do SREP.

<b>CAPITAL</b> (milhões de euros)	<b>1S'17</b>	<b>1S'16</b>	<b>1S'17/1S'16</b>
<b>Common Equity Tier I</b>	<b>2.973</b>	<b>3.113</b>	<b>-4,5%</b>
Tier I	2.962	3.113	-4,8%
Capital (total)	2.967	3.116	-4,8%
<b>Risk Weighted Assets (RWA)</b>	<b>18.214</b>	<b>18.772</b>	<b>-3,0%</b>
Rácio CET I	16,3%	16,6%	-0,3 p.p.
Rácio Tier I	16,3%	16,6%	-0,3 p.p.
Rácio de capital (total)	16,3%	16,6%	-0,3 p.p.

### Perspetivas para o segundo semestre de 2017

Como referido anteriormente, perspectiva-se que o ano de 2017 seja condicionado por fatores de risco associados não só à evolução da conjuntura económica portuguesa e internacional como também ao enquadramento regulamentar e de supervisão.

Os bancos continuarão a desenvolver a sua atividade num enquadramento de fraco crescimento económico, baixas taxas de juro e novas exigências regulatórias, nomeadamente no que respeita a requisitos de capital, rácios de liquidez e de alavancagem, e ainda novos regulamentos referentes aos mecanismos de resolução, com o conseqüente impacto estrutural na rentabilidade das instituições financeiras.

O Santander Totta tem vindo a demonstrar uma forte capacidade de geração de receitas, mantendo sólidos rácios de capital e uma situação de liquidez confortável.

Para o segundo semestre de 2017, mantém-se os principais objetivos de incremento das quotas de mercado e de vinculação de clientes, de aumento da rentabilidade dos capitais próprios e dos volumes de negócio, em simultâneo com a gestão prudente do risco da carteira de crédito.

O Santander Totta prosseguirá a sua estratégia de apoio à revitalização da economia portuguesa e das empresas, aliada a uma política de controlo rigoroso dos riscos no que respeita à concessão e ao seguimento de crédito.

No domínio do processo de transformação comercial que tem vindo a ser implementado, o Banco prosseguirá a política de simplificação dos processos; o reforço do modelo de distribuição multicanal de modo a prestar um serviço mais completo e acessível aos clientes; e agilização da gestão de risco, com modelos mais ajustados a cada segmento de clientes, mantendo uma gestão prudente e rigorosa dos riscos assumidos.

Na sequência da aprovação pela Comissão Europeia da aquisição do Banco Popular pelo Banco Santander, ainda no segundo semestre, o Santander Totta irá solicitar às autoridades as necessárias autorizações para adquirir as atividades do Banco Popular Portugal e proceder à sua fusão no Banco. Deste modo, o Banco passará a operar sob a marca única “Santander Totta”, e reforçará a sua presença comercial, em especial no segmento de PME. A plena integração, operacional e tecnológica, poderá estar concluída ainda no primeiro semestre de 2018.



### Banca Comercial

#### Particulares

O Banco prossegue a sua estratégia de transformação do modelo comercial, com a simplificação de processos e o desenvolvimento da plataforma digital a fim de melhorar a qualidade de serviço e a eficiência o que se tem vindo a refletir no incremento do número de clientes vinculados e digitais. O número de clientes vinculados (particulares) e clientes digitais aumentou 23% e 34% respetivamente, em relação ao período homólogo, ficando acima dos objetivos fixados.

O crédito à habitação mantém crescimentos muito significativos, tendo subido 56% na comparação entre os novos empréstimos contratados no primeiro semestre do ano e os observados no mesmo período de 2016. Por seu turno, a produção de crédito pessoal subiu 8,4%, beneficiando da campanha “CrediSimples”, um produto inovador, disponível exclusivamente na *App* do Banco e de contratação inteiramente digital.

Os recursos subiram 1% no primeiro semestre, em termos médios, em relação ao valor observado no final de 2016, sendo de destacar o crescimento de 14% em seguros financeiros e fundos de investimento.

No final de junho de 2017, o número de clientes do Mundo 1|2|3 ultrapassou os 176 mil, com um crescimento no semestre de 24%. O Mundo 1|2|3 é uma solução multiproduto dirigida a clientes particulares do Banco que, para além das vantagens da conta 1|2|3, pode proporcionar um conjunto adicional de benefícios, via *cash-back* na conta-cartão Mundo 1|2|3, nomeadamente o reembolso de 1% sobre o valor pago de IMI. A criação de um novo seguro de proteção, o seguro Auto, e a incorporação no Mundo 1|2|3 do *Time Select*, um serviço de assistência pessoal exclusivo a clientes *Select*, permitiu enraizar a presença do Banco no dia-a-dia de todos os clientes, sendo que 22% dos clientes ativos do Banco já têm conta Mundo 1|2|3 e destes, 55% já detêm o cartão Mundo 1|2|3 e um seguro proteção. Esta solução tem vindo a acrescentar benefícios para os clientes desde o seu lançamento há cerca de 2 anos.

#### Empresas

O segmento de Empresas continuou a merecer um especial destaque na atividade do Santander Totta. No primeiro semestre do ano, manteve-se o contexto de forte concorrência a nível de preços, tendência já verificada no decurso de 2016.

O Banco prosseguiu uma estratégia assente na gestão equilibrada entre os volumes da carteira de crédito e de

recursos, visando promover o crescimento rentável do negócio. A quota de produção de crédito a empresas, até ao final de junho, atingiu 17%.

O foco no crescimento dos clientes empresas concretiza-se também através de ações de proximidade com os clientes, como sejam a oferta não financeira do Santander *Advance Empresas* (formação, estágios, entre outros) e a iniciativa local de conferências em diversas regiões do país (*Box Santander Advance Empresas*) que chegou já a 6 distritos do país, envolvendo mais de 1.300 empresas, materializando a cultura corporativa do Santander de ser um Banco “Simples, Próximo e Justo”.

Por seu turno, na vertente da inovação, o Santander Totta apoia o EIA - *European Innovation Academy*, o maior programa de aceleração em inovação digital da Europa e que, entre outros módulos, prevê a realização de um seminário destinado às empresas com alto potencial de inovação, com o objetivo de dotar os participantes de ferramentas distintas da abordagem clássica de produto.

O Grupo Santander foi premiado pela revista *Euromoney* com o galardão “World's Best Bank for SMEs”, realçando que a estratégia global do Santander, com referência ao programa Santander *Advance Empresas*, vai para além do financiamento, uma vez que abrange soluções de formação, internacionalização e conectividade que permitem às empresas superar desafios e encontrar soluções que permitam criar valor.

No que se refere a crédito protocolado, em particular na linha “PME Capitalizar”, o Banco Santander Totta está em 2º lugar, com uma quota de mercado de 16,9%.

Em negócio internacional, o Banco prossegue a estratégia de reforço da sua presença junto das empresas no apoio ao comércio externo e nos processos de internacionalização. Em janeiro, o Santander Totta ganhou o prémio de *Best Trade Finance Award 2017* em Portugal, atribuído pela prestigiada revista internacional *Global Finance*, posicionando-se como o melhor Banco para apoiar as empresas portuguesas no seu negócio internacional.

Em maio, decorreu a conferência “TOP Exporta'17”, evento que materializa o reconhecimento do Santander Totta a cerca de 2 mil empresas a nível internacional, nos setores de atividade em que atuam - agricultura e pescas, ambiente, comércio, construção, indústria, serviços, transportes e logística, e turismo. Esta é mais uma das iniciativas que se enquadram no objetivo do Banco ser uma referência no apoio às empresas, reforçando a proximidade com este segmento e o firme propósito de apoio à economia portuguesa.

### Promotores e Mediadores

Durante o 1º semestre de 2017 a área de Promotores e Mediadores Imobiliários deu seguimento a uma estratégia assente na proximidade com os nossos parceiros e no reconhecimento do mérito e desempenho destes.

Quanto aos Promotores Externos, a estratégia seguida baseou-se no lançamento de diversos concursos e campanhas com o objetivo de premiar os melhores promotores em diversas vertentes do negócio como a captação de clientes de crédito à habitação, de crédito pessoal e de crédito ao segmento de Negócios, criando condições para que estes parceiros continuem focados e identificados com as principais prioridades do Banco. Durante o semestre decidiu-se e implementou-se uma revisão do comissionamento em vigor, adequando-o às mais recentes condições de mercado e às prioridades do Banco.

No projeto das Lojas de Promotor, foi mantida a estratégia de reforço desta rede complementar à rede de balcões. Com a abertura de mais 24 lojas, ao longo do semestre, alcançaram-se 360 lojas em funcionamento.

Relativamente aos Mediadores Imobiliários, o primeiro semestre de 2017 confirmou a tendência de crescimento deste canal, tendo-se verificado produções de crédito à habitação superiores ao estimado, o que permitiu superar os objetivos traçados. O Banco manteve a habitual presença nas convenções nacionais dos principais parceiros, reforçando a excelente relação de parceria com as grandes redes de *franchising* do setor imobiliário.

### Omnicanalidade

Durante o primeiro semestre de 2017, prosseguiu a implementação do Plano de Transformação Multicanal, de acordo com a estratégia definida pelo Grupo para os canais diretos, com o objetivo de modernizar, simplificar e estar mais próximo dos seus clientes, e aumentando a oferta dos serviços do Banco ao nível do digital.

#### *Canais Digitais*

Das diversas iniciativas realizadas no primeiro semestre de 2017, para clientes particulares, destaca-se o lançamento da contratação de crédito pessoal na *App*, que permite aos clientes, através de uma análise de risco executada em tempo real, contratar um produto específico (CrediSIMPLES) através da *App* Santander Totta. Este lançamento coloca o Banco Santander Totta na vanguarda da transformação digital e permite testar novas formas de interagir com os clientes e de corresponder às suas expectativas, cada vez mais orientadas para os canais digitais.

De realçar ainda o lançamento da Caneta Digital, uma funcionalidade que permite a contratação *online* da maioria dos produtos do Banco a partir do Netbanco. Numa fase inicial esta funcionalidade é usada pelos utilizadores do Santander Próximo (balcão remoto), com o objetivo de alargamento, durante o segundo semestre, aos restantes clientes particulares.

As funcionalidades referidas anteriormente foram desenvolvidas de acordo com a metodologia *Agile*, metodologia inovadora de execução de projetos, que cruza uma maior flexibilidade na gestão com a constituição de equipas multi-disciplinares. A flexibilidade da gestão permite a decomposição dos projetos complexos em projetos mais simples, com entrega de novas funcionalidades aos clientes de uma forma mais rápida e a constituição de equipas multi-disciplinares permite uma maior aproximação entre as áreas de negócio e as de tecnologia, conduzindo a soluções mais flexíveis e adaptadas às necessidades dos clientes.

No que respeita ao Netbanco de Empresas, prosseguiu a implementação do plano de melhorias no *design* e na navegabilidade, incorporando novas funcionalidades, com o objetivo de proporcionar uma interação mais simples, melhorar a experiência do utilizador e apoiar a captação e fidelização de clientes Empresa. Destacam-se, assim, as seguintes melhorias:

- Novas funcionalidades de consultas de movimentos e extratos dos cartões de crédito individuais dos colaboradores das empresas;
- Vídeos tutoriais sobre a gestão de cartões no NetBanco Empresas;
- Contratação do seguro *SafeCare Corporate*;
- Melhorias funcionais nas transferências e introdução dos beneficiários e lotes de pagamentos nas transferências nacionais e internacionais e de cartas cheque;
- Novas funcionalidades nas operações pendentes de assinatura com possibilidade de repetir operações sem repetir a introdução de dados e melhoria na funcionalidade de saldos e movimentos;
- Pedido de abertura de CDI's com assinatura desmaterializada.

#### *Website Público*

O *redesign* do *site* público de particulares no plano de uniformização e simplificação dos conteúdos da imagem, com ênfase na simplicidade de utilização e tónica nos elementos de conversão (*call-to-action*) foi elemento fundamental na estratégia de simplificação e melhoria da experiência de cliente, ao longo do primeiro semestre.

Foram desenvolvidas e reforçadas as ferramentas de métricas e de análise de otimização de conteúdos (SEO). Destaca-se a implementação da nova área de Sustentabilidade, das novas páginas de Fundos de

Investimento, Cartões, um novo Simulador de Reforma e o lançamento da plataforma *eBroker*. Foram melhorados o simulador de Crédito Pessoal, de Crédito Habitação Mundo 123 e o Perfilador de Seguros.

A estratégia seguida, tem permitido aumentar a visibilidade e utilização do *site* com 1 milhão de visitantes únicos e mais de 5 milhões de visualizações por mês, ao longo do primeiro semestre.

### **Contact Center**

A atividade realizada no primeiro semestre de 2017 acentuou a alteração do *mix* de contactos, com maior peso do suporte aos canais digitais. Este incremento de atividade também deriva do aumento de clientes do Banco.

Em média, por mês, foram realizados mais de 150 mil contactos com clientes, repartidos por 135 mil chamadas, 13 mil *e-mails* e cerca de 2 mil sessões de *chat*. Foram ainda seguidas e geridas cerca de 1.500 iterações nas páginas e perfis de redes sociais do Banco, por mês.

A atividade de empresas no *Contact Center* registou uma evolução e crescimento muito positivos, representando já cerca de 18% do total de atividade, com aumento significativo de funcionalidades e autonomia, tendo sido efetuada a consolidação do Centro de Atendimento de Empresas.

O *Contact Center* continua a ser o principal ponto de suporte à atividade digital, não apenas como apoio para esclarecimento de dúvidas e suporte aos clientes ou no papel decisivo que tem nos processos de adesão à *App* e *Netbanco*, como também na promoção e derivação de atividade de clientes para os canais digitais.

Durante os primeiros seis meses do ano, foram implementadas diversas funcionalidades, das quais é de realçar os novos serviços de *Broker Online*, uma equipa de especialistas em mercados para apoio aos clientes e colaboradores do Banco nos temas de mercados financeiros, e a Superlinha Santander Próximo (unidade de apoio e complementar para os clientes do Santander Próximo).

### **SelfBanking**

Durante o primeiro semestre de 2017, a atividade de *SelfBanking* foi centrada na colocação em prática da estratégia e dos planos de atividades previstos para o incremento do negócio, na focalização para o serviço prestado ao cliente e na implementação do plano de integração da atividade da rede ex-Banif.

Paralelamente à evolução prevista do negócio de instalação de ATM's, o início da implementação do plano de integração do ex-Banif produziu um maior crescimento do número de

ATM's da Rede Multibanco posicionando as quotas de mercado em valores de 16% em número de ATM's e de 17% em número de movimentos.

A utilização da rede de equipamentos, enquanto canal de comunicação e de ofertas de valor aos clientes foi reforçado, sendo gerador eficaz de *leads* comerciais para a rede de balcões.

O plano de rejuvenescimento e inovação tecnológico e a consolidação do projeto de ATM's com capacidade de recirculação continuam a ser pilares de suporte para o incremento da qualidade e serviço prestado e reconhecido pelos clientes, traduzindo-se pelos índices de satisfação de 94%.

### **Atividade internacional – residentes no estrangeiro**

A atividade internacional do Banco Santander Totta para clientes particulares residentes no estrangeiro privilegiou o aumento da vinculação, captação de novos clientes e oferta de canais digitais, com particular foco no *NetBanco* e *Mobile* que constituem prioridade estratégica do Banco também nas geografias onde o Banco não está representado. Para maior facilidade no acesso às aplicações digitais do Santander Totta concluiu-se a implementação das infraestruturas tecnológicas dos escritórios de representação com quiosques digitais.

A integração de unidades no exterior, do ex-Banif, nomeadamente através da fusão de escritórios de representação em três países e a adequação das licenças junto das autoridades locais está em fase final.

Na ligação aos clientes residentes no estrangeiro, manteve-se a oferta e disponibilidade do Banco, no apoio sistemático às comunidades Portuguesas no exterior.

O Banco esteve presente na 13ª Conferência Anual da Câmara de Comércio Luso-Britânica e no Salão Imobiliário de Paris com elevado número de contactos com a comunidade, associações locais e clientes.

A exemplo de anos anteriores foi lançada a campanha de verão, que visa um atendimento preferencial aos clientes que nos visitam, facultando informação comercial que permita dar as boas-vindas aos Portugueses que residem no exterior. Foi reforçada, também, a comunicação nos aeroportos nacionais e meios de comunicação e privilegiou-se o acolhimento nos principais balcões, promovendo a oferta de serviços e soluções de poupança que permitam reforçar a segurança e confiança no Banco Santander Totta.

Para além do patrocínio à Volta a Portugal em bicicleta, o Banco vai também estar presente na Feira de São Mateus, em Viseu, local privilegiado de visita de muitos dos clientes emigrantes, durante as suas férias de verão.

Em algumas geografias, nomeadamente na Suíça e no Reino Unido, retomaram-se os acordos com bancos locais para incremento das transferências de emigrantes residentes nesses países.

Na atual conjuntura económica, em que muitos estrangeiros estão a escolher Portugal como país de residência, o Banco quer ser uma referência, promovendo o desenvolvimento de projetos que visam captar estes potenciais clientes, nomeadamente através de brochura comunicacional que dê a conhecer o Santander Totta.

Como principais dados de evolução do negócio é de realçar o crescimento do produto bancário, o crescimento significativo de recursos fora de balanço, o aumento de 36% das transferências recebidas que permite incrementar a quota de mercado do Santander Totta, para corolário do foco comercial neste importante serviço para a vinculação dos clientes residentes no estrangeiro.

Nos clientes digitais, o segmento está com um bom desempenho e a crescer 9% para uma taxa de penetração de 26%.

A sucursal de Londres tem continuado a evidenciar boa evolução no controlo da carteira de crédito, mantendo um importante apoio aos balcões em Portugal, para serviço da comunidade portuguesa que vive e trabalha no Reino Unido.

### *Global Corporate Banking*

Durante o primeiro semestre de 2017, a área de Financiamentos Estruturados desenvolveu a sua atividade de acompanhamento das empresas com o objetivo de explorar novas oportunidades de investimentos. Destaca-se, neste período, o financiamento e/ou assessoria financeira de projetos relacionados com a energia eólica, distribuição de gás natural e setor imobiliário, nomeadamente centros comerciais e promoção imobiliária para residências *prime* e apartamentos turísticos.

Nos mercados obrigacionistas, é de sublinhar a participação do Santander Totta, como *bookrunner*, nas emissões de dívida a 7 e 10 anos para a EDP e Brisa Concessões Rodoviárias, respetivamente.

A área de *Fixed Income & FX* (FIC) continuou a acompanhar e a desenvolver soluções de mitigação de risco dos clientes. Na gestão de taxa de juro verificou-se um crescimento significativo na contratação de empréstimos com taxa fixa, o que reflete, por um lado, as preocupações crescentes das empresas quanto ao desempenho futuro das taxas de juro e, por outro lado, a capacidade de resposta do Banco Santander

Totta face às necessidades dos clientes em sintonia com o comportamento incerto dos mercados.

Relativamente à área cambial, manteve-se a tendência de aumento do número de clientes que elegem o Banco para parceiro nas suas operações cambiais. Mais operações e clientes e maior recorrência nas operações dos clientes ativos revelam a forte penetração da área cambial do Banco Santander Totta no apoio às redes comerciais.

A permanência de taxas de juro historicamente baixas tem vindo a condicionar a diversidade de estruturas que a área de Produtos Estruturados consegue oferecer aos seus clientes. Assim, no semestre, é de sublinhar a comercialização de 7 seguros financeiros estruturados, com um montante total de 249,3 milhões de euros e de 6 produtos estruturados (4 emissões denominadas em euros e 2 denominadas em dólares norte-americanos) cujo montante total atingiu os 140,8 milhões de euros. As emissões que foram colocadas estão indexadas a diferentes ativos transacionados em mercados acionistas de várias geografias.

### **Seguros e fundos de investimento comercializados**

Ao longo do primeiro semestre, foram lançados diversos produtos de seguros financeiros, atingindo um volume de colocações superior a 400 milhões de euros. A área de Seguros continua, assim, a aprofundar a relação comercial com os clientes, diversificando a oferta de produtos para uma melhor proteção dos clientes, melhorando, em simultâneo, as funcionalidades da comunicação multicanal. Na vertente digital, as contratações *online* de seguros no NetB@nco registaram um elevado crescimento, representando 33% do total.

Paralelamente, continuou a fomentar-se uma atitude de serviço, com um plano intensivo de iniciativas pós-venda que visam a contínua melhoria na qualidade do serviço e experiência do cliente.

No final do primeiro semestre de 2017, as comissões de seguros financeiros e de risco ascenderam a cerca de 48,2 milhões de euros, as comissões de seguros vinculados a crédito totalizaram 26,2 milhões de euros e as comissões dos seguros de risco autónomos (não vinculados a crédito) atingiram 11,3 milhões de euros.

No que se refere a fundos de investimento comercializados pelo Banco, os mercados financeiros tiveram, ao longo do primeiro semestre de 2017, uma evolução muito positiva, em contraciclo com o comportamento das obrigações governamentais onde se registou uma quebra nos seus preços, com algumas exceções, nomeadamente os Estados Unidos da América e Portugal. Em termos de obrigações de empresas, a evolução no semestre foi também positiva. Neste ambiente de mercado, manteve-se uma gestão ativa



## ÁREAS DE NEGÓCIO

---

do risco dos fundos de investimento mobiliários (FIMs), com o objetivo de maximizar a valorização dos seus ativos face ao respetivo perfil de risco, obtendo-se, na maioria dos fundos, rendibilidades muito interessantes, como também, se aumentou significativamente os montantes sob gestão e a diversificação dos fundos que foram alvo da preferência dos investidores.

Assim, a Santander Asset Management (SAM) terminou o semestre com 1.740 mil milhões de euros de FIMs sob gestão, e com uma quota de mercado acima dos 14%. No mesmo período, os fundos de investimento imobiliário totalizaram 434,5 milhões de euros em ativos sob gestão.

## Introdução

Para o Santander Totta, a qualidade na gestão do risco constitui um eixo fundamental de atuação, na linha da política corporativa do Grupo em que se insere. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão continua a ser um fator decisivo, particularmente numa conjuntura de grande exigência por parte dos mercados financeiros.

A criação e implementação do programa *RiskPro*, com base numa cultura de riscos corporativamente divulgada e que hoje está presente em toda a atividade do Banco, reforça esses princípios ao nível de toda a estrutura influenciando decisivamente a forma como se realizam todos os processos. Este programa foi implementado para envolver todos os colaboradores na gestão de riscos, sendo que a cultura *Risk Pro* abrange um conjunto de comportamentos e condutas que cada um deve desenvolver no dia-a-dia para uma gestão pró-ativa dos diversos riscos.

## Risco de Crédito

### Principais vetores da atividade

No primeiro semestre de 2017, a atividade da área de Riscos de Crédito manteve como vetores principais os seguintes aspetos:

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento dos riscos de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Manutenção do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito;
- Ao nível dos riscos de gestão Individualizada, manteve-se a política de proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, as revisões das suas linhas de crédito e eventuais problemas na sua capacidade de reembolso;
- Esta atuação e o nível de qualidade creditícia dos clientes permitiu continuar a manter rácios de crédito vencido e de crédito em risco significativamente inferiores à média do sector e em simultâneo manter a qualidade global da carteira de crédito. Intensificaram-se os níveis de apoio ao negócio na captação de novas operações e novos clientes de bom risco e desenvolveram-se melhorias nos processos com o objetivo de responder de forma mais eficaz e rápida aos pedidos dos clientes;
- Neste período, decorreu, também, a integração da carteira de crédito do ex-Banif, processo marcado pela avaliação de todos os clientes pela metodologia de riscos do Banco e pelo forte apoio da área de Riscos de Crédito para o sucesso da migração tecnológica e ainda pela atuação relevante na identificação, segmentação e tomada de decisões creditícias sobre a nova carteira;
- Ao nível da função de seguimento de carteiras e clientes, manteve-se o foco permanente na vigilância de segmentos de menor *rating* e em setores que estão, ou previsivelmente venham a ser, afetados pelo contexto macroeconómico, com o objetivo de mitigar os rácios de crédito vencido e morosidade. Manteve-se a política de revisões permanentes de carteira o que permite concluir que a carteira está analisada com critérios adequados e os níveis de imparidades estimados são, também eles, adequados;
- Neste período mantiveram-se as medidas de acompanhamento e revisão de clientes consumando a completa absorção da nova carteira;
- O Banco continua a rever, desenvolver e a aplicar medidas na gestão do processo de admissão de novos créditos com o objetivo de melhorar a qualidade de serviço aos clientes sempre que estes apresentam novas oportunidades de crédito;
- Depois de, durante 2016, se terem realizado diversos trabalhos de identificação e avaliação de riscos de crédito sobre as exposições creditícias, com um foco especial nas principais exposições, concluiu-se com sucesso a integração da nova carteira no processo de admissão e acompanhamento das operações e de clientes oriundos daquela rede, nos modelos do Banco Santander Totta;
- Nos riscos de gestão massiva, o Banco, visando a melhoria contínua e a eficiência do processo de admissão, e tendo presente o objetivo da qualidade da carteira, procedeu à manutenção dos modelos de decisão automática, nomeadamente *scorings* e sistemas comportamentais utilizados nos segmentos de Particulares e de Negócios;
- Ainda ao nível dos riscos de gestão massiva, manteve-se o foco na manutenção da qualidade da carteira, atuando sobre a morosidade de gestão e crédito vencido, continuando a disponibilizar um conjunto de produtos e soluções de reestruturação de dívida que permitam adaptar os encargos dos clientes à sua capacidade de reembolso e rendimento disponível atuais e futuros;
- Neste sentido estão definidas estratégias de admissão adequadas nos sistemas de decisão do Banco, e utilizam-se sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos clientes;
- Com o objetivo de manter o envolvimento comercial e *cross selling* dos clientes e em simultâneo potenciar a captação de novos clientes foram mantidas campanhas comerciais para a área de Negócios, visando a produção de crédito novo e retenção de clientes e operações em curso de forma a compensar a erosão natural desta carteira;
- Num cenário macroeconómico ainda adverso onde os rácios de crédito vencido são ainda significativos, manteve-se um forte enfoque ao nível da atividade de recuperações reforçando a agilidade de intervenção. Destaque para a atividade de recuperações de gestão massiva mantendo

simultaneamente um acompanhamento permanente dos casos especiais e dos judiciais/extrajudiciais;

- Manteve-se a política de reforço da negociação visando a redução do número de dações, para que, quando ocorrem, se privilegie a obtenção de dações em pagamento em alternativa à atuação judicial;
- Seguiu-se o processo de modernização de área de Recuperações assente por um lado em desenvolvimentos informáticos criteriosamente apontados pelos utilizadores como necessários e que visam o controlo do processo desde a entrada em Recuperações, relação com os advogados e ação executiva;
- Manteve-se a vigilância sobre a metodologia de trabalho com vista à otimização dos vários processos tendo como objetivo “stressar” o modelo, aumentando a eficiência dos recursos e a eficácia das ações para permitir antecipar a recuperação do crédito;
- Ao nível da gestão corporativa de riscos, manteve-se o foco permanente no conhecimento e acompanhamento da carteira de crédito, para um rigoroso controlo do seu risco, proporcionando uma adequada e atempada informação de gestão e respetiva tomada de medidas com vista a uma gestão correta dos riscos do Banco;
- Manteve-se, igualmente, a atenção nos modelos internos do Banco, já reconhecidos na sua quase totalidade (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB) para efeitos do cálculo de requerimento de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão;
- Prosseguem os estudos e desenvolvimento dos modelos para a aplicação das normas IFRS9.

### Modelo de risco

#### Introdução

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Banco Santander Totta está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes com gestão individualizada (tratamento à medida ou personalizado) e clientes de gestão massiva.

São clientes de gestão individualizada os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de banca maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de banca de retalho. A avaliação do risco destes clientes é efetuada pelo analista, complementado com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco.

São clientes de gestão massiva os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os riscos com particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas de riscos especializados.

#### Métricas e ferramentas de medição do risco

O Banco Santander Totta utiliza modelos próprios de atribuição de classificação em solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação correspondendo cada *rating* a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e banca maiorista global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas complementado pela análise efetuada pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de banca minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efetuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que entretanto tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exijam.

Para as carteiras de riscos de gestão massiva, tanto de particulares como de negócios, estão implementadas ferramentas de *scoring* e de modelos de decisão que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior previsibilidade dos riscos assumidos e que são utilizados tanto para pré-venda como para venda.

### *Parâmetros de risco de crédito*

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD). Para além da valoração efetuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspetos como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os fatores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada. A perda esperada (ou perda provável) é considerada como mais um custo de atividade (refletindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações. O cálculo da perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II) reporta-se a um nível de perda muito elevado, contudo pouco provável, o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do *rating*, mas também para a obtenção de fatores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a PD calcula-se observando as entradas em morosidade e correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Excetuam-se as carteiras em que, derivado da menor experiência interna de incumprimentos, tais como instituições financeiras, risco país ou banca maiorista global, o cálculo destes parâmetros é efetuado com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência com um portefólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas de *low default* portefólio).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indiretos que decorrem da atividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas quando se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

### **Ciclo do risco de crédito**

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais atuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Comité Executivo de Riscos (CER). É o CER que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegação de poderes.

### *Planificação e estabelecimento de limites*

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos de gestão individualizada, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objeto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, etc.).

Ao nível dos riscos de gestão massiva, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pelas áreas de Riscos e de Negócio, de Planos Estratégicos Comerciais (PEC) onde se refletem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a atividade, a gestão de riscos associada e os meios de suporte necessários.

### *Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo*

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Banco Santander Totta. Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito e a sua solvência e rentabilidade. Adicionalmente, também se efetua um estudo e revisão da



valoração atribuída sempre que se verifique um alerta ou evento que afete o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objeto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios. Esta função está também especializada com base na segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detetar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, ações destinadas a mitigá-los.

### Recuperações

A gestão de recuperações no Santander Totta é uma atividade estratégica, integral e de negócio. Os objetivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negociada, de modo a que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negociada não seja possível, a área de Recuperações procurará então recuperar os créditos recorrendo à via judicial;
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A área de Recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares e Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações, assim segmentada, está dividida nas seguintes fases: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta atividade é partilhada com as áreas de negócio.

### Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transações abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário

interbancário, a contratação de “repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efetuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do Valor Presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo risco potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o primeiro semestre de 2017, o valor presente das operações sobre indexantes de taxa de juro (Euribor) registou uma ligeira redução, refletindo a evolução das taxas de mercado de médio e longo prazo. Relativamente à exposição com grupos financeiros, as operações de cobertura de risco estrutural de taxa de juro mantiveram-se, com exposição pouco significativa visto estas operações estarem ao abrigo de acordos de prestação de colateral (*ISDA Master Agreements/Credit Support Annex*).

### Risco de Balanço

#### Controlo do risco de balanço

O controlo do risco de balanço incide sobre o risco proveniente da variação das taxas de juro e de câmbio, bem como sobre o risco de liquidez, resultantes dos desfasamentos nos vencimentos e no *repricing* dos ativos e passivos. A medição e o controlo do risco de balanço são assegurados por um órgão independente da gestão.

#### Metodologias

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através da modelação das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de *repricing*. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco.

Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o valor em risco (VaR) e a análise de cenários (*stress test*).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições atuais de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

O rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas do BCE situou-se em 221%, no final de junho de 2017.

O controlo dos riscos de balanço é garantido através da aplicação de uma estrutura de limites quantitativos que visam manter as exposições dentro dos níveis autorizados. Os limites incidem sobre os seguintes indicadores:

- Taxa de juro: sensibilidade da margem financeira e do valor patrimonial;
- Liquidez: cenários de *stress* e rácios de liquidez de curto prazo e estrutural.

### Gestão do risco estrutural de balanço

#### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é definido como a probabilidade de sofrer perdas, como resultado de flutuações das curvas de taxa de juro, na margem financeira e na estrutura de capital do Banco. É a exposição financeira e económica do Banco a flutuações da taxa de juro que podem levar a perdas na rentabilidade e no seu valor económico

Como referido anteriormente, o risco de taxa de juro do balanço é medido através de um modelo de análise dinâmica do risco de mercado, modelando a evolução no tempo dos fatores de risco e das posições do banco sobre os ativos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro.

O modelo utilizado permite medir e controlar todos os fatores de risco associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco de desfasamento (risco decorrente de desalinhamentos temporais que possam existir entre os ativos e os passivos do Banco), o risco de curva de rendimentos (risco resultante de alterações das taxas de juro), o risco de base (risco derivado de alteração na correlação entre índices ou pontos nas curvas diferentes) e o risco de opcionalidade (que decorre da opcionalidade dada ou usada por clientes através de ativos e passivos do balanço do Banco).

#### Risco da taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio decorre de variações na taxa de câmbio que afetem posições estruturais do balanço em moeda estrangeira. A sua gestão tem como objetivo a

minimização do impacto deste risco estrutural no resultado e na posição de capital do Banco.

O risco de câmbio da atividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Grupo como estratégia a sua cobertura na totalidade.

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de não cumprir as obrigações de pagamento em tempo útil ou cumpri-las com um custo excessivo, quer seja por condições de financiamento mais gravosas (risco de financiamento quer seja por vendas forçadas de ativos a valores inferiores aos de mercado (risco de liquidez de mercado).

A política de liquidez seguida pelo Grupo assenta num risco de liquidez baixo com base na diversificação contínua das fontes de financiamento, na manutenção de um perfil de maturidade equilibrado e perspetivando o volume e natureza dos instrumentos de financiamento a utilizar, para permitir a consecução e bom desenvolvimento do plano de negócio estabelecido.

Ao manter um perfil de risco conservador, o Banco está muito mais protegido relativamente a potenciais crises que afetem o meio envolvente.

A política do *mix* de financiamento tem sempre por base um nível de risco de liquidez adequado, de acordo com os limites estabelecidos, e é alvo de apreciação mensal em ALCO. Os limites para o risco de liquidez são estabelecidos por um órgão independente da gestão que, entre outros indicadores, exige um volume razoável de ativos líquidos disponíveis.

A gestão de liquidez é efetuada ao nível consolidado. A política de financiamento do Grupo toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de ativos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à atividade de *funding*.

#### Risco de Mercado

O perímetro de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos fatores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados em que o Santander Totta opera.

Em função da finalidade do risco, as atividades são segmentadas do seguinte modo:

- **Negociação:** Neste título inclui-se a atividade de serviço financeiro a clientes;
- **Gestão de balanço:** riscos decorrentes da atividade comercial do Grupo, nomeadamente o risco de taxa de juro e de liquidez resultante dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de ativos e passivos.

### Metodologias

#### Atividade de Negociação

A metodologia aplicada no exercício de 2017, no âmbito do Banco Santander Totta, para a atividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente, utiliza-se a análise de cenários (*stress testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente, é efetuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das alterações que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que nos permite identificar o impacto das variações das variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

#### Medidas de calibração e contraste (*Backtesting*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários “limpos” (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/espóricos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Banco Santander Totta cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efetuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, entre outros.

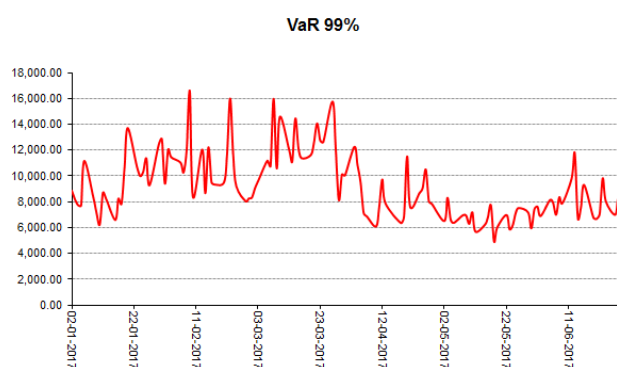
#### Limites

Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objetivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

#### Análise quantitativa do VaR ao longo do ano

A evolução do risco relativo à atividade de negociação nos mercados financeiros durante o ano de 2017, quantificado através do VaR, é a seguinte:



O VaR manteve-se em níveis reduzidos, variando entre os 5 mil euros e os 17 mil euros.

### Risco Operacional

#### Definição e objetivos

O Banco Santander Totta define o risco operacional como “o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas”. Diferencia-o de outro tipo de riscos, por não estar associado a produtos ou negócio, mas que se encontra presente nos processos e/ou ativos, e é gerado internamente por pessoas e/ou sistemas, entre outros, ou como consequência de riscos externos como por exemplo atuação de terceiros ou catástrofes naturais.

O risco operacional é inerente a todos os produtos, atividades, processos e sistemas e é gerado em todas as áreas de negócios e de suporte. Por esse motivo, todos os colaboradores são responsáveis por gerir e controlar os riscos operacionais no seu âmbito de atuação.

O objetivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional está direcionado na identificação, medição, avaliação, controlo e mitigação e informação desse risco.

A prioridade do Banco é, portanto, identificar e mitigar fontes de risco, independentemente de terem ou não ocasionado perdas. A medição também contribui para o estabelecimento de prioridades na gestão do risco operacional.

Para o cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, o Grupo optou numa primeira fase pelo método *standard* previsto no normativo de BIS II.

#### Modelo de gestão

O modelo organizativo de controlo e gestão resulta da adaptação à abordagem de Basileia II pelo Grupo.

É praticada uma supervisão e controlo do risco operacional, através dos seus órgãos de governo. Neste sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva incluem, de forma periódica, o tratamento de aspetos relevantes na gestão e mitigação do risco operacional.

A função de risco operacional está estruturada em três linhas de defesa. A primeira é constituída por todas as áreas de negócio e de suporte, sendo, assim, responsável por identificar, avaliar, monitorizar, mitigar e comunicar este risco.

A segunda linha de defesa é responsável por supervisionar o controlo efetivo do risco operacional nas suas diferentes variáveis e avaliar se o mesmo é administrado de acordo com o nível de tolerância estabelecido pela alta administração do Grupo. A segunda linha de defesa é uma função

independente e complementa as funções de gestão e controlo da primeira linha.

A terceira linha de defesa é constituída pela Auditoria Interna que deve avaliar periodicamente se as políticas, métodos e procedimentos são adequados garantindo que sejam efetivamente implementados na gestão.

As diversas etapas do modelo de gestão e controlo permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as atividades, produtos, processos e sistemas do Banco;
- Definir o perfil objetivo de risco operacional, com especificação das estratégias por unidade e horizonte temporal, por meio do estabelecimento do apetite e tolerância de risco operacional, do orçamento e seu acompanhamento;
- Promover o envolvimento de todos os colaboradores com a cultura do risco operacional por meio de formação adequada a todos os âmbitos e níveis da organização;
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objetiva, continuada e coerente com os padrões regulatórios (Basileia, Banco de Portugal, entre outros) e o sector bancário;
- Realizar um acompanhamento contínuo das exposições de risco operacional, implantar procedimentos de controlo, melhorar o conhecimento interno e minimizar as perdas;
- Estabelecer medidas de mitigação que eliminem ou minimizem o risco operacional;
- Elaborar relatórios periódicos sobre a exposição ao risco operacional, e seu nível de controlo para a Administração e Áreas, bem como informar o mercado e organismos supervisores.

O modelo de controlo de risco operacional implementado traduz-se nos seguintes benefícios:

- Promove o desenvolvimento de uma cultura de risco operacional;
- Permite uma gestão integral e eficaz do risco operacional (identificação, medição/avaliação, controlo/mitigação e informação);
- Melhora o conhecimento dos riscos operacionais, tanto reais como potenciais, e sua atribuição às linhas de negócio e de suporte;
- As informações de risco operacional contribuem para melhorar os processos e controlos, reduzir as perdas e a volatilidade da receita.
- Facilita o estabelecimento de limites de apetite de risco operacional.

Para levar a cabo a identificação, medição e avaliação do risco operacional, foram definidas técnicas e instrumentos de carácter quantitativo e qualitativo, que se combinam para realizar um diagnóstico a partir dos riscos identificados e obter uma valoração através da medição/avaliação de cada área.

A análise quantitativa realiza-se fundamentalmente através de instrumentos que registam e quantificam o potencial nível de perdas associados a eventos de risco operacional, nomeadamente:

- Base de dados interna, cujo objetivo é a captura da totalidade de eventos de risco operacional, quer tenham impactos contabilísticos ou não. Existem processos de conciliação contabilística que garantem a qualidade da informação incluída na base de dados;
- Base de dados externa, que proporciona informação quantitativa e qualitativa permitindo uma análise mais detalhada e estruturada de eventos relevantes que ocorreram no sector;
- Análise de cenários, em que se obtém a opinião das diversas linhas de negócio, gestores de riscos e de controlos, com o objetivo de identificar eventos potenciais de baixa probabilidade de ocorrência e com uma elevada perda para a instituição. Avalia-se o possível impacto e identificam-se controlos adicionais e/ou medidas de mitigação, que reduzam um possível impacto elevado para a instituição.

A análise qualitativa permite avaliar aspetos ligados a perfil de risco. Os instrumentos utilizados são fundamentalmente:

- Autoavaliação de risco operacional, cujo objetivo principal é identificar e avaliar os riscos operacionais em relação aos controlos existentes, e identificar medidas de mitigação no caso em que os níveis de risco não sejam aceitáveis;
- Indicadores que são estatísticas ou parâmetros que proporcionam informação sobre a exposição do risco. Os indicadores e respetivos limites são revistos periodicamente, de forma a estarem ajustados à realidade;
- Recomendações de auditorias e reguladores proporcionam informação relevante sobre o risco, permitindo a identificação de debilidades e controlos.

Existem, em complemento, diversos instrumentos que asseguram um sólido ambiente de controlo, através de políticas, processos e sistemas, controlos internos adequados, medidas de mitigação e estratégias de transferência apropriadas, nomeadamente:

- Ações corretivas;
- Gestão de crises e Plano de Continuidade de Negócio;
- Mecanismos de transferência de riscos e seguros;
- Acordo com terceiros e controlo de fornecedores.

Adicionalmente está em curso a implementação de uma nova ferramenta para gestão do risco operacional, que é comum a diversas áreas de controlo, maximizando sinergias entre as áreas e permitindo a utilização de metodologias comuns para avaliação dos riscos.

### Risco de Cumprimento e Reputacional

O risco de cumprimento é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos para a instituição, com projeção nos resultados ou no capital, decorrentes da violação de normas jurídicas, determinações específicas, obrigações contratuais, regras de conduta e de relacionamento com clientes, princípios éticos e práticas instituídas, relativas à atividade desenvolvida, que se materializem, designadamente, em sanções de carácter legal ou regulatório, afetação das oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou impossibilidade de exigência do cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros.

Por sua vez, entende-se por risco de reputação a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma perceção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

As políticas dos riscos de cumprimento e reputacional têm por finalidade a gestão dos mesmos, tal como definido nos parágrafos anteriores, determinando os mecanismos e procedimentos que permitam: i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à administração e superar as situações que eventualmente se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; e iv) evidenciar, sendo necessário, que o Banco tem estes riscos entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, deteção e, sendo o caso, superação.

Em conformidade com o quadro legal e regulamentar aplicável, o Banco tem estruturada uma função de cumprimento corporizada na Direção de Coordenação de Cumprimento e Conduta, área de primeira linha na hierarquia do Banco e a quem, especialmente, está atribuída a competência funcional de gestão dos riscos de cumprimento e reputacional.

Sem prejuízo de todos os demais aspetos que decorrem do que fica exposto, as políticas globais relativas aos riscos de cumprimento e reputacional abrange, designadamente, os instrumentos abaixo identificados que se referem pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco:

- Valores corporativos;
- Política de cumprimento;
- Políticas de prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo;
- Códigos de conduta;

- Políticas de comercialização e seguimento de produtos;
- Política de riscos;
- Política de identificação e gestão de conflitos de interesses;
- Política de qualidade;
- Política de tratamento e proteção de dados pessoais;
- Monitorização e seguimento de novos normativos;
- Articulação com as autoridades de supervisão e seguimento de ações por elas desenvolvidas;
- Política de formação de colaboradores;
- Políticas de responsabilidade social e defesa do ambiente;
- Políticas de defesa corporativa;
- Políticas de financiamento para sectores sensíveis.



## Práticas de Governo e Modelo de Controlo Interno

A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade de governo societário prevista no artigo 278º, nº 1, alínea b) do CSC, sendo órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e a Comissão de Auditoria, existindo ainda um revisor Oficial de Contas, após a reformulação geral do contrato de sociedade aprovada na Assembleia-Geral de 31 de Maio de 2016 e conclusão dos processos de autorização ou não oposição por parte das entidades de supervisão competentes.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

## Estrutura Acionista

Acionista	Nº ações	%
Santander Totta, SGPS, S.A.	1.241.179.513	98,76%
Taxagest - SGPS, S.A.	14.593.315	1,16%

## Movimento de Ações Próprias

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 31 de Maio de 2017, o Banco Santander Totta S.A. diretamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir ações próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco Santander Totta SA. detinha 305.330 ações próprias correspondente a 0,024% do seu capital social. Durante o ano de 2017, o Banco não procedeu à compra nem a alienação de ações próprias, fechando o semestre com igual número de ações próprias.

### TRANSAÇÃO COM AÇÕES PRÓPRIAS DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017

	Número de ações	Preço médio unitário (€)	Valor Contabilístico (€)	% no Capital Social
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	305.330	5,69	1.737.807	0,024%
Aquisição de ações	0	-	0	-
Alienação de ações	0	-	0	-
<b>Saldo em 30/06/2017</b>	305.330	5,69	1.737.807	0,024%

## Glossário

### **Margem financeira**

“Juros e rendimentos similares” deduzidos dos “juros e encargos similares”

### **Comissões líquidas e outros resultados de exploração**

“Rendimentos de serviços e comissões” deduzidos dos “encargos com serviços e comissões”, adicionado de “outros resultados de exploração”

### **Margem comercial**

Soma da margem financeira, “rendimento de instrumentos de capital” e comissões líquidas e outros resultados de exploração

### **Resultado de operações financeiras**

Soma de “resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”, de “resultados de ativos financeiros disponíveis para venda”, de “resultados de reavaliação cambial” e de “resultados de outros ativos”

### **Produto bancário**

Margem comercial adicionada de resultados de operações financeiras

### **Custos operacionais**

“Custos com pessoal” adicionado de “gastos gerais administrativos” e de “depreciações e amortizações”

### **Resultado de exploração**

Produto bancário subtraído dos custos operacionais

### **Imparidade e provisões líquidas**

Soma das “provisões líquidas de anulações”, de “imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”, de “imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações” e de “imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações”

### **Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam**

Resultado de exploração subtraído de imparidades e provisões líquidas e adicionado de “resultados de associadas”

### **Impostos**

Soma de “correntes” e de “diferidos”

### **Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam**

Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam deduzido de impostos

### **Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST**

Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam deduzido de interesses que não controlam

### **Rácio de eficiência**

Rácio entre os custos operacionais e o produto bancário

### **Rácio Crédito / Depósitos**

Medido de acordo com as definições decorrentes do “Memorando de Entendimento”

### **Crédito a particulares (habitação e consumo) e empresas**

Definido de acordo com a segmentação da informação de gestão (MIS)

### **Crédito vencido / Crédito total**

Rácio entre o saldo do crédito a clientes com prestações de capital ou juros vencidos e o crédito a clientes total

**Crédito vencido a mais de 90 dias / Crédito total**

Rácio entre o saldo do crédito a clientes com prestações de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias e o crédito a clientes total

**Crédito em risco / Crédito total<sup>1</sup>**

Rácio entre o crédito em risco (bruto) e o crédito a clientes total (bruto)

**Crédito reestruturado / Crédito total<sup>2</sup>**

Rácio entre o crédito a clientes reestruturado e o crédito a clientes total

**Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco / Crédito total<sup>2</sup>**

Rácio entre o crédito a clientes reestruturado não incluído no crédito a clientes em risco e o crédito a clientes total

**Custo do crédito**

Rácio entre a “imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações” (da demonstração dos resultados) e a média do “crédito a clientes bruto” (do balanço)

**Cobertura de crédito vencido**

Rácio entre a imparidade para crédito a clientes (valor de balanço) e o crédito a clientes vencido

**Cobertura de crédito vencido a mais de 90 dias**

Rácio entre a imparidade para crédito a clientes (valor de balanço) e o crédito a clientes vencido a mais de 90 dias

**Cobertura de crédito em risco**

Rácio entre a imparidade para crédito a clientes (valor de balanço) e o crédito em risco

**Depósitos**

Corresponde à rubrica de balanço recursos de clientes e outros empréstimos

**Recursos fora de balanço**

Soma dos fundos de investimento comercializados e de seguros e outros recursos, cuja informação é obtida através da Santander Asset Management e/ou do sistema de informação de gestão (MIS)

**Liquidity Coverage Ratio (LCR)**

O LCR (rácio de cobertura de liquidez), de acordo com o disposto no artigo 412.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 575/2013, deverá ser igual ao rácio entre a reserva de liquidez de uma instituição de crédito e as suas saídas de liquidez líquidas durante um período de tensão de 30 dias de calendário.

---

<sup>1</sup> De acordo com a Instrução n.º. 23/2012 do Banco de Portugal

<sup>2</sup> De acordo com a Instrução n.º. 32/2013 do Banco de Portugal

## Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, as demonstrações financeiras condensadas relativas ao primeiro semestre do exercício de 2017 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Santander Totta, S.A e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas nos termos do nº 2 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários.”

### Conselho de Administração

António Basagoiti Garcia-Tuñon Presidente	
António José Sacadura Vieira Monteiro Vice-Presidente	Enrique Garcia Candelas Vice-Presidente
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino Vogal	Inês Oom Ferreira de Sousa Vogal
Isabel Maria Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota Vogal	João Baptista Leite Vogal
José Carlos Brito Sítima Vogal	Jose Urgel Moura Leite Maia Vogal
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Vogal	Luis Manuel Moreira de Campos e Cunha Vogal
Manuel António Amaral Franco Preto Vogal	Manuel Maria de Olazabal Y Albuquerque* Vogal
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida Vogal	Remedios Ruiz Macia Vogal

\*Eleito em 31/05/17



**BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**

**BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ATIVO	Notas	30-06-2017		31-12-2016		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	30-06-2017	31-12-2016
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	1.979.803	-	1.979.803	877.917	<b>Passivo</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	360.859	-	360.859	658.892	Recursos de bancos centrais	19	3.080.638	2.450.694
Ativos financeiros detidos para negociação	7	1.614.174	-	1.614.174	1.758.934	Passivos financeiros detidos para negociação	7	1.638.381	1.766.765
Ativos financeiros disponíveis para venda	8	4.457.933	60.791	4.397.142	5.422.956	Recursos de outras instituições de crédito	20	2.435.951	2.023.379
Aplicações em instituições de crédito	9	1.614.251	-	1.614.251	563.924	Recursos de clientes e outros empréstimos	21	28.460.634	28.513.478
Crédito a clientes	10	33.012.358	1.362.564	31.649.794	31.452.336	Responsabilidades representadas por títulos	22	3.661.298	3.925.402
Investimentos detidos até à maturidade	11	237.851	-	237.851	243.954	Derivados de cobertura	12	66.918	81.655
Derivados de cobertura	12	18.970	-	18.970	32.700	Provisões	23	182.324	220.850
Ativos não correntes detidos para venda	13	150.238	54.666	95.572	90.426	Passivos por impostos correntes	17	43.520	9.850
Propriedades de investimento	14	368.479	-	368.479	378.374	Passivos por impostos diferidos	17	102.476	76.967
Outros activos tangíveis	15	742.917	448.369	294.548	307.065	Instrumentos representativos de capital	24	69.018	69.220
Ativos intangíveis	15	429.722	397.166	32.556	33.854	Passivos subordinados	25	12.315	12.033
Investimentos em associadas	16	54.903	1.500	53.403	54.599	Outros passivos	26	573.509	561.474
Ativos por impostos correntes	17	23.290	-	23.290	12.720	Total do Passivo		<u>40.326.982</u>	<u>39.711.767</u>
Ativos por impostos diferidos	17	311.351	-	311.351	366.992				
Outros ativos	18	696.873	104.305	592.568	721.780	<b>Capital Próprio</b>			
						Capital	27	1.256.723	1.256.723
						Prémios de emissão	27	193.390	193.390
						Outros instrumentos de capital	27	135.000	135.000
						Reservas de reavaliação	27	(430.925)	(609.150)
						Outras reservas e resultados transitados	27	1.983.876	1.952.612
						(Acções próprias)		(43.621)	(43.621)
						Resultado consolidado do período/exercício atribuível aos accionistas do BST	28	222.510	380.032
						Capital próprio atribuível aos accionistas do BST		3.316.953	3.264.986
						Interesses que não controlam	29	676	670
						Total do Capital Próprio		<u>3.317.629</u>	<u>3.265.656</u>
Total do Ativo		<u>46.073.972</u>	<u>2.429.361</u>	<u>43.644.611</u>	<u>42.977.423</u>	Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>43.644.611</u>	<u>42.977.423</u>

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 30 de junho de 2017.



BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	30-06-2017	30-06-2016
Juros e rendimentos similares	31	536.154	574.573
Juros e encargos similares	32	(196.750)	(204.591)
<b>Margem financeira</b>		<u>339.404</u>	<u>369.982</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	33	2.863	330
Rendimentos de serviços e comissões	34	197.867	190.328
Encargos com serviços e comissões	35	(33.567)	(33.008)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	36	(2.418)	(33.519)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	37	35.690	90.519
Resultados de reavaliação cambial	38	4.425	4.402
Resultados de alienação de outros ativos	39	14.048	26.389
Outros resultados de exploração	40	(17.087)	(5.429)
<b>Produto bancário</b>		<u>541.225</u>	<u>609.994</u>
Custos com o pessoal	41	(156.663)	(166.082)
Gastos gerais administrativos	42	(83.367)	(100.627)
Amortizações do período	15	(18.698)	(17.673)
Provisões líquidas de anulações	23	(8.086)	(949)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	23	(14.889)	(41.266)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	164	(2.189)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	23	23.686	(8.948)
Resultados de associadas	43	2.633	2.010
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>		<u>286.005</u>	<u>274.270</u>
Impostos			
Correntes	17	(49.788)	(37.626)
Diferidos	17	(13.707)	(43.840)
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam</b>		<u>222.510</u>	<u>192.804</u>
Interesses que não controlam	29	-	-
<b>Resultado consolidado do período atribuível aos accionistas do BST</b>	28	<u>222.510</u>	<u>192.804</u>
Acções em circulação	28	1.241.824.639	1.098.432.941
Resultado por acção básico e diluído (em Euros)	28	0,18	0,18

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	30 de junho de 2017		30 de junho de 2016	
	Atribuível aos acionistas do BST	Atribuível a interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas do BST	Atribuível a interesses que não controlam
Resultado consolidado do período	222.510	-	192.804	-
Itens que não serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
. Desvios atuariais e financeiros relativos a pensões				
. Valor bruto	12.518	-	(23.478)	-
. Impacto fiscal	-	-	-	-
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
. Variações cambiais em filiais no estrangeiro	-	-	(598)	(6.405)
. Transferências para resultados do período de variações cambiais em filiais no estrangeiro	-	-	(1.717)	-
. Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial				
. Justo valor	530	-	-	-
. Impacto fiscal	(135)	-	-	-
. Variações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda				
. Justo valor	266.703	-	(67.482)	-
. Impacto fiscal	(77.335)	-	17.128	-
. Transferências para resultados do período de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda				
. Justo valor	(35.690)	-	(90.041)	-
. Impacto fiscal	10.350	-	26.112	-
. Variações de justo valor de investimentos detidos até à maturidade:				
. Justo valor	417	-	-	-
. Impacto fiscal	(121)	-	-	-
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa				
. Justo valor	1.161	-	(10.097)	-
. Impacto fiscal	(336)	-	2.928	-
Rendimento integral consolidado do período	400.572	-	45.559	(6.405)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação			Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ações próprias	Resultado líquido do exercício/período	Interesses que não controlam	Total do capital próprio	
				De reavaliações legais	De justo valor	De flutuação cambial								Por impostos diferidos
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>956.723</b>	<b>193.390</b>	<b>135.000</b>	<b>23.245</b>	<b>(462.423)</b>	<b>2.566</b>	<b>114.566</b>	<b>259.554</b>	<b>915.432</b>	<b>428.624</b>	<b>(43.561)</b>	<b>568.377</b>	<b>321.315</b>	<b>3.412.808</b>
Aumento de capital	300.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300.000
Aplicação dos resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	194	51.544	41.066	297.286	-	(390.090)	-	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(178.287)	-	(178.287)
Distribuição de dividendos - Ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	(40.416)	-	-	-	10.026	(30.390)
Reembolso de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(324.266)	-	(324.266)
Incentivos de longo prazo com base em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	44	-	-	-	-	44
Rendimento integral consolidado do primeiro semestre de 2016	-	-	-	-	(191.098)	(2.315)	46.168	-	-	-	-	192.804	(6.405)	39.154
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>	<b>1.256.723</b>	<b>193.390</b>	<b>135.000</b>	<b>23.245</b>	<b>(653.521)</b>	<b>251</b>	<b>160.928</b>	<b>311.098</b>	<b>916.126</b>	<b>725.910</b>	<b>(43.561)</b>	<b>192.804</b>	<b>670</b>	<b>3.219.063</b>
Aplicação dos resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	(429)	429	-	-	-	-
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(60)	-	-	(60)
Incentivos de longo prazo com base em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(226)	-	-	-	-	(226)
Rendimento integral consolidado do segundo semestre de 2016	-	-	-	-	(202.207)	(251)	62.405	-	(296)	-	-	187.228	-	46.879
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.256.723</b>	<b>193.390</b>	<b>135.000</b>	<b>23.245</b>	<b>(855.728)</b>	<b>-</b>	<b>223.333</b>	<b>311.098</b>	<b>915.175</b>	<b>726.339</b>	<b>(43.621)</b>	<b>380.032</b>	<b>670</b>	<b>3.265.656</b>
Aplicação dos resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	163	33.650	159.967	(116.598)	-	(77.182)	-	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(45.817)	-	-	(302.850)	-	(348.667)
Incentivos de longo prazo com base em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	196	-	-	-	-	196
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(134)	-	-	-	6	(128)
Rendimento integral consolidado do primeiro semestre de 2017	-	-	-	-	245.639	-	(67.577)	-	-	-	-	222.510	-	400.572
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>1.256.723</b>	<b>193.390</b>	<b>135.000</b>	<b>23.245</b>	<b>(610.089)</b>	<b>-</b>	<b>155.919</b>	<b>344.748</b>	<b>1.029.387</b>	<b>609.741</b>	<b>(43.621)</b>	<b>222.510</b>	<b>676</b>	<b>3.317.629</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio consolidado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>30-06-2017</u>	<u>30-06-2016</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Juros e comissões recebidas	703.005	713.009
Pagamento de juros e comissões	(224.567)	(250.586)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(271.010)	(292.440)
Contribuições para o fundo de pensões	-	-
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(12.680)	7.721
Recuperação de créditos incobráveis	2.651	1.317
<b>Resultados operacionais antes das alterações nos ativos e passivos operacio</b>	<b>197.399</b>	<b>179.021</b>
<b>(Aumentos) diminuições de ativos operacionais:</b>		
Aplicações em instituições de crédito	(1.049.822)	(318.167)
Ativos financeiros detidos para negociação	144.703	71.097
Crédito a clientes	(236.125)	(54.164)
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	9.352	(3.220)
Ativos não correntes detidos para venda	(103.847)	(4.594)
Propriedades de investimento	16.340	9.037
Outros ativos	251.164	(108.830)
	<u>(968.235)</u>	<u>(408.841)</u>
<b>Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:</b>		
Recursos de instituições de crédito	1.042.456	(2.919.086)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(40.302)	1.356.100
Passivos financeiros detidos para negociação	(128.384)	(33.892)
Outros passivos	18.810	69.396
	<u>892.580</u>	<u>(1.527.482)</u>
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	121.744	(1.757.302)
Impostos pagos	(26.740)	(37.978)
<b>Caixa líquida das atividades operacionais</b>	<b>95.004</b>	<b>(1.795.280)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Dividendos recebidos	2.863	330
Aquisição de ativos financeiros disponíveis para venda	(965)	(2.477.722)
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	1.226.468	2.615.091
Alienação de investimentos detidos até à maturidade	5.885	-
Rendimentos adquiridos nos ativos financeiros disponíveis para venda	119.442	144.077
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(15.061)	(28.703)
Vendas de ativos tangíveis	1.223	1.149
<b>Caixa líquida das atividades de investimento</b>	<b>1.339.855</b>	<b>254.222</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Emissão (reembolso) de dívida titulada	(250.137)	(406.439)
Reembolso de ações preferenciais	-	(320.642)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(32.068)	(80.737)
Dividendos pagos	(348.486)	(178.286)
Aumento de capital	-	300.000
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(315)	(36)
<b>Caixa líquida das atividades de financiamento</b>	<b>(631.006)</b>	<b>(686.140)</b>
<b>Aumento/(Diminuição) líquido(a) de caixa e seus equivalentes</b>	<b>803.853</b>	<b>(2.227.198)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.536.809	3.597.930
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.340.662	1.370.732

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017.



## NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco”, “BST” ou “Grupo”) foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sediado em Portugal na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de ações efetuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição por este do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo Santander durante os primeiros semestres de 2017 e 2016 encontram-se detalhados na Nota 47.

No dia 16 de dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua atividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporados por fusão no CPP que alterou a sua designação para a atual.

Em 3 de maio de 2010, o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de janeiro de 2010.

Em 1 de abril de 2011, o Banco procedeu à fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC).

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), o Banco adquiriu a atividade bancária e um conjunto de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão desta entidade.

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os setores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 551 balcões (608 balcões em 31 de dezembro de 2016) e mantém uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

## 1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do BST foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são efetuados ajustamentos de conversão para as IAS/IFRS.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros – m.euros, exceto quando expressamente indicado)

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 30 de junho de 2017, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas com referência a 31 de dezembro de 2016.

No primeiro semestre de 2017, o Banco adotou as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2017:

- IAS 7 (alteração), ‘Revisão às divulgações’. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa.
- IAS 12 (alteração), ‘Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal.

A adoção das normas e interpretações acima referidas teve impacto sobretudo ao nível das divulgações e da apresentação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias ainda não adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

a) Aplicação obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018:

- IFRS 2 (alteração), ‘Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações’. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (“*cash-settled*”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“*cash-settled*”) para liquidado com capital próprio (“*equity-settled*”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“*equity-settled*”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.
- IFRS 9 (nova), ‘Instrumentos financeiros’. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura, assim como para as regras de cálculo e contabilização de perdas de imparidade.
- IFRS 15 (nova), ‘Rédito de contratos com clientes’. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”.
- Alterações à IFRS 15, ‘Rédito de contratos com...’. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição.

- IFRS 16 (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado".
- IFRIC 22 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada'. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo Grupo no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017. Exceto quanto aos efeitos da aplicação da IFRS 16, os quais à data não é possível ainda estimar, não se preveem impactos materiais resultantes da adoção das normas acima referidas.

#### International Financial Reporting Standard 9 – Financial Instruments

##### **Novos requisitos**

Em 24 de julho de 2014, como resposta ao desafio lançado pelo G20 na sequência da crise financeira global, o IASB (*International Accounting Standards Board*) emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Esta nova norma aplica-se a períodos anuais com início, após 1 de janeiro de 2018 que, com a respetiva adoção pela União Europeia, substituirá a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 incorpora alterações significativas à IAS 39 essencialmente a 3 níveis: (i) novas regras para a classificação, reconhecimento e mensuração de ativos financeiros de acordo com o modelo de negócio da entidade de gestão dos ativos financeiros e das características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos; (ii) novos conceitos ao nível da metodologia e mensuração de imparidade para ativos financeiros, calculada numa ótica de perda esperada ("ECL" – *Expected Credit Loss*); e (iii) novos requisitos de contabilidade de cobertura mais alinhados com as práticas de gestão de risco das entidades. As alterações nestes 3 níveis encontram-se detalhadas abaixo:

##### *a) Classificação e mensuração de ativos financeiros*

O critério para classificação de ativos financeiros dependerá tanto do seu modelo de gestão de negócio como das características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. Consequentemente, o ativo poderá ser mensurado ao custo amortizado, ao justo valor com variações reconhecidas em capital próprio (reservas de reavaliação) ou em resultados do exercício (resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados), dependendo do modelo de negócio em que está inserido e das características dos fluxos de caixa contractuais. Adicionalmente, a IFRS 9, em linha com a IAS 39, estabelece também a opção de, sob certas condições, designar um ativo financeiro ao justo-valor com variações reconhecidas em resultados do exercício.

Com base na análise preliminar efetuada à presente data, e tendo em consideração a atividade principal do Banco que se centra na concessão de crédito, e a reduzida exposição a ativos financeiros complexos, é expectável que:

- Os ativos financeiros equiparados a instrumentos de dívida, classificados como empréstimos e saldos a receber ou detidos até à maturidade através da IAS 39, continuem a ser mensurados ao custo amortizado;

- Os ativos financeiros equiparados a instrumentos de dívida, classificados como disponíveis para venda, continuam a ser mensurados ao justo valor com variações reconhecidas em capital próprio (outro rendimento integral), sendo possível que alguns passem a ser mensurados ao justo valor através de resultados do exercício por opção do Banco sob determinadas condições; e
- Os ativos financeiros equiparados a instrumentos de capital serão mensurados ao justo valor através de resultados do exercício, a não ser que o Banco decida, irrevogavelmente, para ativos que não de negociação, classificar estes ativos ao justo valor com variações reconhecidas em capital próprio (outro rendimento integral). Esta classificação irrevogável implicará que, aquando do desinvestimento/realização desse ativo financeiro, os montantes reconhecidos em capital próprio não são reciclados para resultados do exercício.

A classificação e mensuração de passivos financeiros sob IAS 39 permanece substancialmente igual na IFRS 9. No entanto, importa salientar que, na maioria das situações, as variações de justo valor dos passivos financeiros designados ao justo valor por contrapartida de resultados do exercício, decorrentes do risco de crédito próprio da entidade, serão reconhecidas em capitais próprios (outro rendimento integral).

b) *Modelo de perdas esperadas de imparidade de crédito*

O modelo de perdas esperadas de imparidade de crédito preconizado pela IFRS 9 é aplicável a todos os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado, os ativos financeiros equiparados a instrumentos de dívida valorizados ao justo valor com variações reconhecidas em capital próprio (outro rendimento integral), aos valores a receber de *leasing* e a garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

A alteração mais significativa desta nova norma é a introdução do conceito de perda esperada em detrimento do conceito de perda incorrida no qual se baseia o modelo de imparidade atual do Banco para cumprimento dos requisitos da IAS 39. Esta alteração conceptual é introduzida em conjunto com novos requisitos de classificação e mensuração das perdas esperadas de imparidade de crédito, sendo requerido que os ativos financeiros sujeitos a imparidade sejam classificados por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte:

- “*Stage 1*”: os ativos financeiros são classificados em *stage 1* sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos deve ser reconhecido em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento durante os 12 meses após a data de reporte;
- “*Stage 2*”: os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde data do seu reconhecimento inicial são classificados em *stage 2*. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos (“*lifetime*”). No entanto, o juro continuará a ser calculado sobre o montante bruto do ativo; e
- “*Stage 3*”: os ativos classificados neste *stage* apresentam evidência objetiva de imparidade, na data de reporte, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, será reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito durante a vida residual expectável dos ativos financeiros. O juro é calculado sobre o valor líquido de balanço dos ativos.

O aumento significativo do risco de crédito deverá ser determinado através da análise de indicadores quantitativos e/ou qualitativos internos utilizados pelo Banco na normal gestão de risco de crédito, obrigando assim a uma maior ligação dos requisitos contabilísticos com as políticas de gestão de risco de crédito instituído pelo Banco. Importa no entanto referir que a IFRS 9 contém a presunção refutável de que um incumprimento ocorre quando o ativo apresentada mora há mais de 90 dias (*stage 3*), bem como a presunção refutável de que ocorreu um aumento significativo de risco de crédito aquando a existência de moras há mais de 30 dias (*stage 2*).

De acordo com este novo modelo preconizado pela IFRS 9, a mensuração das perdas esperadas exigirá também a inclusão de informação prospetiva ("*forward looking information*") com inclusão de tendências e cenários futuros, nomeadamente dados macroeconómicos. Neste âmbito, as estimativas de perdas esperadas de imparidade de crédito passarão a incluir múltiplos cenários macroeconómicos cuja probabilidade será avaliada considerando eventos passados, a situação atual e tendências macroeconómicas futuras, como sejam o PIB, a taxa de desemprego, entre outros.

A IFRS 9 não determina a definição de incumprimento (*default*), nem critérios objetivos para a determinação de aumento significativo do risco de crédito, o que introduz um maior nível de subjetividade e estimativas no cálculo das perdas de imparidade, pelo facto de se considerar informação de eventos passados e condições atuais, bem como projeções de eventos futuros. Igualmente relevante são os desafios na modelação relativamente à inclusão na mensuração de perdas esperadas com base nas perspetivas *lifetime* e a inclusão de *forward looking information*.

c) *Contabilidade de cobertura*

A IFRS 9 inclui novos requisitos para contabilidade de cobertura que contêm dois grandes objetivos: (i) a simplificação das atuais necessidades e (ii) alinhar a contabilidade de cobertura com a gestão de risco das entidades. Neste momento, o Banco está a analisar a possibilidade de manter a aplicação da IAS 39 e adiar a implementação dos novos requisitos da IFRS 9 nesta componente.

### **Estratégia de implementação do Banco**

O Grupo Santander, onde se inclui o BST, definiu uma estrutura global de trabalho com o objetivo de adaptar os seus processos internos aos normativos constantes na IFRS 9, de modo a que estes sejam, simultaneamente, aplicáveis, uniformemente, a todas as subsidiárias do Grupo e sejam adaptáveis às características individuais de cada uma.

Relativamente à estrutura de *governance* do projeto de implementação da IFRS 9, o Grupo criou um comité com a responsabilidade de acompanhar o projeto mas também de assegurar que estão envolvidos neste projeto todas as áreas relevantes para o sucesso do mesmo. Desta forma, estão envolvidos neste comité o Departamento de Riscos, o Departamento de Contabilidade e o Departamento de Tecnologia e Operações do Banco. O Departamento de Auditoria Interna e o auditor externo encontram-se igualmente envolvidos no projeto, mantendo reuniões regulares com este comité com o objetivo de acompanhar a implementação do projeto.

O BST completou com sucesso a fase de desenho e desenvolvimento do plano de implementação dos normativos da IFRS 9. Os principais objetivos alcançados incluem:

- Definição dos requisitos funcionais, assim como a definição de um modelo operacional adaptado aos requisitos da IFRS 9;
- Definição de um plano de formação para os colaboradores que poderão vir a estar envolvidos na aplicação desta norma ou cujos departamentos serão impactados pela adoção da mesma; e

- No que diz respeito ao ambiente de IT, foram identificadas as necessidades tecnológicas, bem como as necessidades de adaptação do atual ambiente de controlo interno.

O BST encontra-se atualmente na fase de implementação dos modelos e requisitos definidos, com o objetivo de assegurar a eficiente implementação dos normativos previstos na IFRS 9, otimizando os recursos necessários para o desenvolvimento dos requisitos e modelos definidos. Quando a fase de implementação estiver concluída, o BST irá testar os resultados obtidos pelos modelos implementados através de diversas simulações, por forma a assegurar que a transição para o novo normativo está de acordo com o estabelecido inicialmente. Esta última fase inclui um cálculo paralelo do montante de imparidade de acordo com os requisitos previstos na IFRS 9, como complemento e base de comparação às simulações internas que o BST desenvolveu ao longo do projeto de implementação da IFRS 9.

O Comité de Auditoria do BST está consciente da importância do projeto da implementação dos normativos da IFRS 9 para o BST sendo, portanto, expectável que continue a acompanhar o projeto até à sua finalização.

#### 1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, rendimentos, gastos, outros rendimentos integrais e fluxos de caixa do Banco e as das entidades controladas por si direta e indiretamente (Nota 4), incluindo entidades com finalidade especial.

Empresas subsidiárias são aquelas em que o Banco exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas atividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto, pela exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida e a capacidade de usar o seu poder sobre as atividades relevantes da investida para afetar o valor dos seus resultados. Adicionalmente, em resultado da aplicação da IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, o Banco inclui no seu perímetro de consolidação entidades com finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efetivo e quando está exposto à maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global a partir do momento em que o Banco assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que o controlo cessa. As transações e os saldos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica “Interesses que não controlam” (Nota 29).

O custo de aquisição é mensurado pelo justo valor dos ativos dados em troca, dos passivos assumidos e dos interesses de capital próprio emitidos para o efeito. Os custos de transação incorridos são contabilizados como gastos nos períodos em que os custos são incorridos, com exceção dos custos da emissão de valores mobiliários representativos de dívida ou de capital próprio, que devem ser reconhecidos em conformidade com a IAS 32 e a IAS 39. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos na aquisição são mensurados pelo justo valor determinado à data de aquisição.

Na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam são mensurados ao justo valor ou na proporção da percentagem detida sobre o ativo líquido da entidade adquirida, quando representam direitos efetivos na entidade. Quando seja adquirido controlo através de direitos potenciais os interesses que não controlam são mensurados ao justo valor.

Por outro lado, o Banco gere ativos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento não são incluídas no perímetro de consolidação do Banco, exceto quando este detém o controlo desses fundos de investimento, nomeadamente quando tem mais de 50% das suas unidades de participação, casos esses em que aqueles fundos são consolidados pelo método da integração global. De acordo com o estabelecido na IAS 32 e na IFRS 10, o valor correspondente à participação de terceiros nos fundos de investimento que foram consolidados pelo método da integração global é apresentado como um passivo na rubrica “Instrumentos representativos de capital”. Os interesses que não controlam de resultados relativos ao fundo de investimento consolidado são reconhecidos como uma dedução à rubrica “Outros resultados de exploração” (Fundo Novimovest) atendendo à natureza dos principais rendimentos auferidos por esse fundo.

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco exerce influência significativa mas em que não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20%, mas inferior a 50% (com direitos de voto proporcionais à participação) ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Banco passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Banco do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas. Os dividendos atribuídos pelas Associadas reduzem ao valor do investimento realizado pelo Grupo. O Banco realiza testes de imparidade para os seus investimentos em associadas, sempre que se verifiquem indícios de imparidade. As perdas de imparidade contabilizadas em períodos anteriores podem ser reversíveis, até ao limite das perdas acumuladas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição dos negócios e a percentagem efetiva equivalente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas adquiridas, assim como quaisquer instrumentos de Capital Próprio emitidos pelo Grupo. Com uma periodicidade mínima anual, o Banco realiza testes de imparidade ao goodwill, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, nunca superiores ao grupo de ativos que compõem cada segmento operacional do Grupo, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas de “cash-flows” futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Banco e assentes em metodologias apropriadas e aceites. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas. O goodwill das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação, sendo esta sujeita a testes de imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (step acquisition) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Na data da primeira adoção das IFRS, o Banco decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais” (IFRS 3). Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2004 encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.



As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de janeiro de 2004 foram registadas pelo método da compra. O Banco reconheceu o justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos ou efetuou a respetiva valorização de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis para alguns ativos e passivos em que aquele não é o princípio de mensuração previsto na IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. O custo de aquisição equivaleu ao valor determinado à data da compra, dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos e das contingências, nos termos da IFRS 3. Deste modo, o Banco aplicou a IAS 19 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com os benefícios de colaboradores e a IAS 12 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com impostos sobre o rendimento.

Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos, e após a sua confirmação nos termos previstos na IFRS 3, é superior ao custo de aquisição (ganho na compra a desconto), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados. Nos termos da IFRS 3, o Banco tem um período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para obter informação em falta e eventualmente corrigir de forma retrospectiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, conseqüentemente, o resultado determinado na compra.

Com a aplicação das alterações às normas IFRS 3 e IAS 27, o Banco definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O goodwill é apurado nessa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos ativos e passivos da participada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às normas acima referidas, o Banco reavaliou por resultados as participações nas quais perdeu o controlo.

Por outro lado, o Banco decidiu anular na data de transição para as IAS/IFRS (1 de janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas com moeda funcional diferente do Euro, por contrapartida de resultados transitados. A partir dessa data, e de acordo com a IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para euros de acordo com a seguinte metodologia:

- A conversão dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira é efetuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;
- Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos fixos tangíveis, permanecem refletidos ao câmbio original; e
- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para euros são registadas nos capitais próprios do Banco na rubrica de “Reservas de reavaliação - De flutuação cambial”.

As políticas contabilísticas das subsidiárias e das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

### 1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transações em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera (“moeda funcional”), sendo expressas em euros.

As transações em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os ativos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho (“fixing” do Banco de Portugal).

c) Crédito e contas a receber

Esta categoria de ativos financeiros inclui o crédito concedido a clientes e outras contas a receber e as aplicações em instituições de crédito.

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial e obrigações) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registadas inicialmente pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões e acrescido de todos os custos externos diretamente atribuíveis às operações.

Posteriormente, o crédito e as outras contas a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos a análises periódicas de imparidade.

As comissões e os custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos ativos incluídos nesta categoria, bem como os juros associados aos créditos concedidos, são periodificados ao longo do seu período de vigência, segundo o método da taxa de juro efetiva, sendo reconhecidos independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. A partir de 1 de janeiro de 2004, o Banco optou por diferir as comissões recebidas e pagas associadas aos créditos concedidos.

O Banco classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no Manual de Crédito aprovado pelo Banco, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Por outro lado, o Banco analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e cujos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação daqueles créditos sejam reduzidas, os mesmos são considerados incobráveis e são reconhecidas perdas de imparidade para a sua totalidade. Para estes, o Banco procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação posterior, esta é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

### Imparidade

Periodicamente, o Banco analisa o crédito concedido a clientes e as outras contas a receber com o objetivo de identificar indícios de imparidade. Considera-se que um ativo financeiro se encontra em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse ativo ou grupo de ativos.

Para efeitos de apuramento da imparidade do crédito concedido, o Banco segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Garantias e avales prestados; e
- Derivados.

Relativamente ao segmento de crédito concedido a empresas, o Banco efetua uma análise individual dos clientes que apresentem:

- Responsabilidades superiores a 10.000 m.euros;
- Responsabilidades superiores a 500 m.euros e que estejam classificados em “morosidade de gestão” no seu sistema de acompanhamento; e
- Responsabilidades superiores a 1.000 m.euros se classificados em VE1, Substandard e em VE2 e VE3, no seu sistema de vigilância especial.

Neste sentido, estes segmentos podem incluir clientes sem incumprimento. Pontualmente, o Banco inclui ainda na sua análise individual alguns clientes por julgamento profissional, embora estes não apresentem as características indicadas anteriormente.

Os clientes analisados individualmente para os quais sejam apuradas perdas por imparidade inferiores a 0,5% são posteriormente avaliados no âmbito de uma análise de imparidade coletiva, sendo diferenciados entre clientes com responsabilidades superiores ou inferiores a 300 m.euros.

Para os restantes segmentos da carteira de crédito, o Banco efetua uma análise coletiva para apuramento das perdas por imparidade.

A evidência de imparidade de um ativo ou grupo de ativos definida pelo Banco está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
  - . Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
  - . Das condições económicas do setor no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respetivos créditos e o valor atualizado dos *cash-flows* estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percecionada pelo Banco (*"Incurred but not reported"*). Para todos os segmentos da carteira, o Banco considera um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência que o Banco incorreu numa perda por imparidade em crédito ou em outras contas a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses ativos e o valor atual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro do ativo ou ativos financeiros. O valor de balanço do ativo ou dos ativos financeiros é reduzido do saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade consiste na taxa de juro corrente, estabelecida no respetivo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no Banco para a sua carteira de crédito concedido a clientes, a existência de perdas por imparidade é analisada em termos individuais, através de uma análise casuística, bem como em termos coletivos. Quando um grupo de ativos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais desses ativos e os dados históricos relativos a perdas em ativos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Banco entende necessário, a informação histórica é atualizada com base nos dados correntes observáveis, por forma a que esta reflita os efeitos das condições atuais.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento ocorrido após a determinação da imparidade, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido diretamente na demonstração dos resultados.

Relativamente aos créditos adquiridos ao Banif no âmbito da medida de resolução, tal como previsto na IFRS 3, foi determinado o respetivo justo valor na data de aquisição (20 de dezembro de 2015, data da resolução).

#### Anulação de capital e juros

De acordo com as políticas em vigor no Banco, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados decorridos três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais são suspensos a partir da data da denúncia do contrato.

#### Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados de alienação de outros ativos". Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses ativos, líquido de perdas por imparidade.

### Desreconhecimento

Os ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os ativos.

### Factoring

Os ativos associados a operações de factoring contratadas com recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos de fundos por conta dos contratos respetivos.

Os ativos associados a operações de factoring contratadas sem recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o registo de um passivo na rubrica de “Outros passivos - Credores e outros recursos - Credores diversos - Credores por contratos de factoring”. As entregas de fundos efetuadas aos aderentes originam o débito correspondente na rubrica de “Outros passivos - Credores e outros recursos - Credores diversos - Credores por contratos de factoring”.

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registados em contas extrapatrimoniais.

### Crédito titularizado não desreconhecido

O Banco não desreconhece do ativo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração, e
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica “Crédito a clientes” e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o respetivo prazo das operações de crédito.

A manutenção do risco e/ou benefício é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no ativo e no passivo representa a proporção do risco/benefício detido pelo Banco (envolvimento continuado).

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

#### Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respetivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas de acordo com os seguintes critérios:

*i) Como locatário*

Os ativos em regime de locação financeira são registados, pelo seu justo valor, na rubrica de “Outros ativos tangíveis” por contrapartida de um passivo, processando-se as correspondentes amortizações. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de “Juros e encargos similares”.

*ii) Como locador*

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. O saldo de locação financeira corresponde ao valor a receber do locatário, adicionado de qualquer valor residual estimado, não garantido pelo Banco. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

#### Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

As garantias de performance são inicialmente reconhecidas ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Aquando da quebra contratual, o Banco tem o direito de reverter a garantia, sendo os valores reconhecidos em Crédito a Clientes após a transferência da compensação de perdas para o beneficiário da garantia.

*d) Reconhecimento de rendimentos e encargos com serviços e comissões*

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

O reconhecimento dos encargos com serviços e comissões é efetuado de acordo com os mesmos critérios adotados para os rendimentos.

e) Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade. Qualquer reclassificação ou venda significativa de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, ou não esteja enquadrada nas exceções previstas pelas normas, obrigará o Banco a reclassificar, integralmente, esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda. Adicionalmente, o Banco ficará impossibilitado de classificar qualquer ativo nesta categoria pelo período de 2 anos subsequentes à venda/reclassificação ("contaminação da carteira").

Estes investimentos são registados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, sendo em cada data de balanço aferida a existência de evidência objetiva de imparidade. Quando existe evidência de imparidade a perda correspondente é reconhecida em resultados através da utilização de uma rubrica de imparidade. Se, num período subsequente, o montante de perda de imparidade reconhecido diminuir, e caso essa diminuição possa ser diretamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento inicial da imparidade, a reversão do montante de imparidade reconhecido inicialmente é feita através da utilização da rubrica de provisões anteriormente constituída. O montante revertido é reconhecido em resultados.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco na data de pagamento ou recebimento, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transacionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

Para além da categoria "Crédito a clientes e outras contas a receber" e de "Instrumentos detidos até à maturidade", os ativos e passivos financeiros são posteriormente classificados numa das quatro categorias previstas na IAS 39:

- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Ativos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável e fixo transacionados em mercados ativos adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação e os ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são registados na rubrica "Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".



O justo valor dos ativos financeiros detidos para negociação e transacionados em mercados ativos é o seu “bid-price” mais representativo, dentro do intervalo “bid-ask” ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash-flows”.

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash-flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não sejam transacionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação (“Credit Value Adjustments” e “Debit Value Adjustments”), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e de dívida que não se encontram classificados como ativos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com exceção dos instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados pelo seu custo de aquisição, líquido de imparidade. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva de reavaliação – De justo valor” até à sua venda ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade, momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de ativos monetários são reconhecidos diretamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos ativos financeiros disponíveis para venda são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados “Rendimentos de instrumentos de capital” na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iii) Reclassificação de ativos financeiros

De acordo com a alteração introduzida em 13 de outubro de 2008 na Norma IAS 39 - "Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração", o Banco pode reclassificar um ativo financeiro que já não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo (não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido principalmente para efeitos de venda ou recompra a curto prazo), retirando-o da categoria de justo valor através de resultados, se forem cumpridos alguns requisitos. No entanto, não são permitidas reclassificações de outras categorias para a categoria de "Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados". Caso o Banco venda ou reclassifique um valor significativo de ativos financeiros detidos até à maturidade antes do seu vencimento durante o ano financeiro, ou durante os dois anos financeiros anteriores, o Banco terá que reclassificar todos os ativos financeiros detidos até à maturidade remanescentes para a categoria de disponíveis para venda. Caso isto se verifique, o Banco não poderá classificar ativos na categoria de detidos até à maturidade durante os dois anos financeiros subsequentes à reclassificação.

A partir desta data também é permitida a reclassificação de instrumentos financeiros da categoria de ativos financeiros detidos para venda para as categorias de créditos e saldos a receber e investimentos detidos até à maturidade, desde que a entidade seja capaz de provar a capacidade e intenção de manter o ativo até a maturidade. As reclassificações são contabilizadas ao justo-valor à data da reclassificação tornando-se este o "novo custo amortizado" do instrumento. Qualquer ganho ou perda registada em capital próprio do ativo reclassificado é reciclada para resultados ao longo da maturidade do instrumento à taxa de juro efetiva do instrumento. Se, subsequentemente, for reconhecida imparidade no ativo reclassificado, o montante reconhecido em capital, à data, é reciclado para resultados do exercício.

iv) Reconhecimento de rendimentos

Os juros inerentes aos ativos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o seu custo de aquisição e o seu valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados na rubrica de "Juros e rendimentos similares" da demonstração dos resultados.

v) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respetivos juros a pagar.

vi) Imparidade em instrumentos financeiros

Quando existe evidência objetiva de imparidade num ativo ou grupo de ativos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para instrumentos de capital cotados, considera-se que existe evidência objetiva de imparidade quando ocorre uma desvalorização prolongada ou de valor significativo na cotação daqueles títulos. Para os restantes títulos, é considerada evidência objetiva de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

Desta forma, o Banco considera a natureza e características específicas dos ativos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade que efetua. Relativamente aos critérios objetivos de imparidade, o Banco considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros e, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento ocorrido após a determinação da imparidade, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido diretamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a ativos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objetiva de imparidade resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e transferida para a demonstração dos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no seu justo valor resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no seu justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável daqueles ativos corresponde à melhor estimativa dos seus fluxos de caixa futuros, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

vii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes, outros passivos e emissões de obrigações. Estes passivos são registados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquido de custos de transação (custos incrementais), e são posteriormente registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

As emissões de obrigações encontram-se registadas nas rubricas “Responsabilidades representadas por títulos” e “Passivos subordinados”.

Os derivados embutidos nas obrigações e nos depósitos estruturados emitidos são registados separadamente nas rubricas de “Ativos e passivos financeiros detidos para negociação”, sendo reavaliados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Transações em mercado secundário

O Banco efetua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respetivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o abate, ou o aumento do passivo, são reconhecidas de imediato em resultados.

g) Valorização e registo de instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados transacionados pelo Banco são reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em obrigações emitidas e em depósitos estruturados) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro, resultante de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para a aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos de negociação, nas rubricas de ativos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são refletidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Banco.

Nos termos previstos na IAS 39, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspetos:
  - . Identificação do instrumento de cobertura;
  - . Identificação do elemento coberto;
  - . Identificação do tipo de risco coberto; e
  - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia da cobertura é testada em cada data de reporte financeiro comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o ativo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

#### Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transação futura altamente provável, e que possa afetar os resultados.

Neste sentido, o Banco contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável e para depósitos estruturados emitidos pelo Banco remunerados a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido diretamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é refletida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto. Caso o Banco realize a cobertura de uma operação que não se prevê vir a ser realizada, a quantia do derivado ainda reconhecida em Capital Próprio é imediatamente transferida para resultados do exercício, sendo o derivado transferido para a carteira de negociação do Banco.

h) Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis), deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde ao período em que se espera que os ativos estejam disponíveis para uso e que se detalha de seguida:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são depreciadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos. Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção destes ativos são considerados como parte do custo inicial do seu respetivo custo, quando se traduzem em montantes significativos e mensuráveis com fiabilidade.

Conforme previsto na IFRS 1, os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 foram registados pelo seu valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo de aquisição ajustado por reavaliações efetuadas nos termos da legislação em vigor decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das depreciações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Sempre que exista uma indicação de que o ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel, onde está localizado o balcão, através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para este efeito, a nova quantia depreciada não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas de imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado atual.

i) Ativos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercute para além do exercício em que são realizadas. Anualmente é efetuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos.

No primeiro semestre de 2017 e no exercício de 2016, o Banco não reconheceu quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

j) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, edifícios e terrenos detidos pelo Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest) para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efetuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

k) Ativos não correntes detidos para venda

O Banco regista na rubrica de “Ativos não correntes detidos para venda” os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica “Outros ativos”. Estes ativos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos custos que o Banco estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no ativo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontravam em processo de venda foram transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas), sendo sujeitos a avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade. Se, numa data subsequente, os factos que levaram o Banco a registar perdas por imparidade deixarem de se verificar, o Banco irá reverter as perdas por imparidade, até ao limite do valor que os bens teriam se não tivessem sido reclassificados para ativos não correntes detidos para venda.

De acordo com as disposições previstas na norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, o Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes ativos.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação (a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota), exceto no que diz respeito a passivos contingentes associados à aquisição de negócios, os quais são reconhecidos de acordo com o previsto na IFRS 3.

Desta forma, a rubrica do passivo “Provisões” inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de alguns membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua atividade, bem como outras situações associadas à aquisição de parte significativa da atividade do ex-Banif.

m) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o setor bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões atualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no ativo. Para estes colaboradores, o Banco era responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93º do ACT, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) nº 29 de 8 de agosto de 2016. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

Em outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do setor bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de janeiro, que definiu que os trabalhadores do setor bancário que estivessem no ativo na data da sua entrada em vigor (4 de janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção. Face ao caráter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.



Em dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), relativamente à transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do ACT.

Na sequência daquele acordo, foi publicado ainda em 2011 o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, que definiu que a Segurança Social era responsável, a partir de 1 de janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo daquele Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com aquele Decreto-Lei, o Banco, através do seu Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

- i) das atualizações do valor das pensões acima referidas, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis;
- ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respetivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis;
- iii) do subsídio por morte;
- iv) da pensão de sobrevivência a filhos;
- v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador; e
- vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de atual reformado, cujas condições de atribuição ocorressem a partir de 1 de janeiro de 2012.

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões autónomo.

Por outro lado, em fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de diretivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma e o prémio na reforma.

O ex-Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho em vigor para o setor bancário. Desta forma, no exercício de 2006, o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida para o qual os seus colaboradores podiam efetuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN para aquele Fundo dependia dos seus resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST, os colaboradores do BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de maio de 2010, tendo sido reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de julho de 1997. No exercício de 2014, o Fundo do ex-BSN foi liquidado após autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

A Totta IFIC não dispunha de Fundo de Pensões. Na sequência da fusão por incorporação da Totta IFIC no BST, os colaboradores desta foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de abril de 2011. Adicionalmente, foi reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de julho de 1997.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao ex-Banif, o BST assumiu as responsabilidades com pensões de um conjunto de trabalhadores do ex-Banif.

Em 8 de agosto de 2016 foi publicado pelo Ministério do Trabalho no BTE um novo ACT. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

- i) Alteração na fórmula de determinação da contribuição da entidade empregadora para o SAMS, a qual deixa de ser uma percentagem da reforma e passa a ser um valor fixo (88 euros por beneficiário e 37,93 euros no caso dos pensionistas); e
- ii) Introdução de um novo benefício denominado prémio na reforma – prémio fim de carreira. Este benefício, pelo facto de ser atribuído na data da reforma ou em caso de morte, é considerado como um benefício pós-emprego pelo que passa a integrar as responsabilidades com reforma.

#### Aplicação da IAS 19

Em 1 de janeiro de 2005, o Banco optou por não aplicar retrospectivamente a IAS 19, não tendo então efetuado o recálculo dos ganhos e perdas atuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adotado aquela Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas atuariais existentes em 1 de janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adoção da IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

Em 2011 o Banco alterou a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, deixando de adotar o método do corredor, e passando a reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente em capitais próprios (outro rendimento integral), tal como previsto na versão revista da IAS 19.

Por outro lado, a partir de 1 de janeiro de 2013, na sequência da revisão da IAS 19 – “Benefícios aos empregados”, o Banco passou a registar na rubrica de “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos serviços correntes;
- Juro líquido com o plano de pensões;
- Custo com reformas antecipadas, correspondente ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O juro líquido com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o juro líquido representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de “Outros ativos” ou “Outros passivos”, dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento. O reconhecimento de um excesso de justo valor dos ativos do plano sobre as responsabilidades descontadas depende da existência de uma redução de contribuições futuras, ou do reembolso de contribuições efetuadas.

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a taxa de cobertura da totalidade das responsabilidades do BST (excluindo as associadas à sua sucursal de Londres e ao ex-Banif) com benefícios a empregados, incluindo SAMS, ascendia a 98,29% e 100,02%, respetivamente.

n) Impostos sobre os lucros

O BST e as empresas do Grupo localizadas em Portugal estão sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). As contas da sucursal são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados da sucursal são ainda sujeitos a impostos locais no país onde está estabelecida. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respetivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

Com a redação dada pela Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55–A/2010, de 3 de dezembro) e de acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufrísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º do Código do IRC.

A partir de 1 de janeiro de 2007, os municípios passaram a poder deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Com a publicação da Lei nº 12–A/2010, de 30 de junho, foi introduzida igualmente a derrama estadual, a pagar por todos os sujeitos passivos que apurassem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 2.000 m.euros. A derrama estadual correspondia a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros – m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de dezembro), as empresas que apresentassem nesse exercício e nos dois exercícios seguintes lucros tributáveis mais elevados passaram a estar sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Neste sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre 1.500 m.euros e 10.000 m.euros passaram a estar sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a 10.000 m.euros passaram a estar sujeitas a uma taxa de 5%.

A Lei nº 66–B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) veio proceder a uma redução do limite a partir do qual passou a ser aplicável a taxa de derrama estadual de 5% de 10.000 m.euros para 7.500 m.euros, aplicável ao período de tributação que se iniciasse em ou após 1 de janeiro de 2013.

A tributação dos lucros das empresas para os exercícios de 2016 e 2017, passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável;
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
  - Menor do que 1.500 m.euros 0%
  - Entre 1.500 m.euros e 7.500 m.euros 3%
  - Entre 7.500 m.euros e 35.000 m.euros 5%
  - maior do que 35.000 m.euros 7%

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos no primeiro semestre de 2017 e no exercício de 2016 fosse de 29%.

Os prejuízos fiscais gerados a partir do exercício de 2014, inclusive, poderão ser utilizados nos doze períodos de tributação posteriores. Por outro lado, o prazo de reporte de prejuízos fiscais é de seis anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2008 e 2009, de quatro anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2010 e 2011 e de cinco anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2012 e 2013. Contudo, a dedução dos prejuízos a efetuar em cada exercício não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável, podendo o remanescente (30%) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

Na sequência da publicação do Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, as entidades que apresentavam as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas, emitidas pelo Banco de Portugal (NCA) passaram a aplicar as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia na preparação das suas demonstrações financeiras individuais. Neste contexto, nas demonstrações financeiras individuais do BST, a carteira de crédito de clientes e as garantias prestadas passou a estar sujeita ao registo de perdas por imparidade calculadas de acordo com os requisitos previstos na Norma Internacional de Contabilidade 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39), em substituição do registo de provisões para risco específico, para riscos gerais de crédito e para risco-país, nos termos anteriormente previstos no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95.

O Decreto Regulamentar nº 5/2016, de 18 de novembro (Decreto Regulamentar) veio estabelecer os limites máximos das perdas por imparidades e outras correções de valor para risco específico de crédito dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em sede de IRC no exercício de 2016. Esta metodologia foi também aplicada para o tratamento dos ajustamentos de transição relativos a imparidades do crédito das entidades que apresentavam anteriormente as suas demonstrações financeiras em NCAs.

Adicionalmente, o Decreto Regulamentar inclui uma norma transitória que prevê a possibilidade de a diferença positiva entre o valor de provisões para crédito constituídos a 1 de janeiro de 2016 ao abrigo do Aviso do Banco de Portugal nº 3/95 e as perdas por imparidade registadas a essa mesma data referentes aos mesmos créditos ser considerada no apuramento do lucro tributável de 2016 apenas na parte que exceda os prejuízos fiscais gerados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012 e não utilizados. O Banco optou por aplicar a norma transitória.

#### Contribuição sobre o setor bancário

Com a publicação da Lei nº 55 - A/2010, de 31 de dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário. Esta contribuição tem a seguinte base de incidência:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (“Tier 1”) e complementares (“Tier 2”) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
  - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
  - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
  - Passivos por provisões;
  - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
  - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
  - Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,110% e 0,0003%, respetivamente.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

O Grupo não reconhece impostos diferidos ativos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas filiais e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta num futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos no montante de 272.955 m. euros, que constavam do perímetro definido pelo Banco de Portugal no âmbito da medida de resolução, incluem 250.000 m. euros relativos a prejuízos fiscais gerados na esfera do Banif, dos quais:

- . 138.543 m. euros até 2014; e
- . 111.457 m. euros gerados entre 1 de janeiro e 20 de dezembro de 2015.

O Banco apresentou requerimento junto do Ministro das Finanças para que os impostos diferidos ativos transferidos no âmbito da aquisição do ex-Banif relativos a prejuízos fiscais reportáveis sejam utilizados para compensar lucros tributáveis futuros do BST, nos termos do número 4 do artigo 145.º-AU do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

O requerimento apresentado pelo Banco incluía os valores constantes na medida de resolução (179.000 m. euros), os quais foram posteriormente atualizados pelo Banco de Portugal para 272.955 m. euros, dos quais 250.000 m. euros relativos a prejuízos fiscais, tendo sido retirados do perímetro passivos líquidos de ativos correspondentes a esta diferença.

De acordo com a *Definitive Offer*, caso não seja obtido o despacho favorável do Ministro das Finanças ao requerimento apresentado pelo BST, o Banco tem direito a receber um montante equivalente em obrigações do tesouro ou numerário.

Não obstante o acima, atendendo a que até à presente data não foi obtido o despacho favorável do Ministro das Finanças nem se conhecem os respetivos termos, o Banco não reconheceu os impostos diferidos ativos transferidos do ex-Banif.

Tal como previsto na *Definitive Offer*, o Banco solicitou ao Ministro das Finanças e tem ainda pendente de reconhecimento:

- A aplicação do regime fiscal de neutralidade previsto para as operações de entradas de ativos estabelecido no artigo 74º do Código do IRC, sendo abrangido pela neutralidade, designadamente o resultado registado pelo BST em resultado da aquisição dos elementos patrimoniais incluídos no balanço apresentado pelo Banco de Portugal, as depreciações e amortizações dos elementos patrimoniais, as perdas por imparidade e as provisões que foram transferidos do ex-Banif.
- A isenção do imposto municipal sobre as transmissões de imóveis, isenção de imposto do selo e de emolumentos e outros encargos legais que se mostrem devidos pela prática das operações ou atos necessários à execução da medida de resolução de transferência parcial de atividade do Banif para o BST, incluindo os relativos à transmissão dos créditos hipotecários.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os associados a desvios atuariais relativos a responsabilidades com pensões, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

o) Planos de incentivos a longo prazo sobre ações

O Banco tem planos de incentivos a longo prazo sobre opções sobre ações do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “equity settled share-based payment transactions”, conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, a cobertura e a execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada diretamente pelo Banco Santander S.A.. O Banco paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na rubrica de “Outras reservas”, por contrapartida da rubrica de “Custos com o pessoal”, na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre opções sobre ações do Banco Santander S.A. que se encontram em vigor está incluída na Nota 48.

p) Ações próprias

As ações próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, bem como os respetivos impostos, são registadas diretamente em capitais próprios não afetando o resultado do exercício.

q) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análises de perdas por imparidade.

O Banco não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou encargo a reportar relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

r) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas de “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, uma vez que os itens contabilizados nesta rubrica têm um período de vencimento não superior a 3 meses, e o seu risco de variação de valor é imaterial.

1.4. Comparabilidade da informação

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Santander Totta são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

#### Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 1.3. f). Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 1.3. f), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

#### Justo valor

Os ativos e passivos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros detidos para negociação”, “Passivos financeiros detidos para negociação”, “Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Ativos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado (ou seja, um preço de saída) entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é determinado por um órgão do Banco independente da função de negociação, tendo em consideração os seguintes aspetos:

- Relativamente a instrumentos financeiros transacionados em mercados ativos, cotação de fecho na data de balanço;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez), são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:
  - i) Preços (“bid prices”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
  - ii) Cotações indicativas (“bid prices”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers; e
  - iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado, a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

#### Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido de despesas ou rendimentos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa de juro efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associada a instrumentos financeiros valorizados pelo custo amortizado seja revista (e desde que tal não implique o desreconhecimento e reconhecimento de novos instrumentos financeiros), o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os *cash flows* revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos *cash flows* futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.



#### Determinação de perdas por imparidade em crédito

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Banco quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o conseqüente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

#### Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 1.3. f), as menos-valias potenciais resultantes da desvalorização destes ativos são reconhecidas por contrapartida da reserva de reavaliação – justo valor. No entanto, sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos valias potenciais acumuladas naquela reserva são transferidas para custos do exercício.

Quanto a instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias potenciais são transferidas da reserva de reavaliação – justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do *rating* do emitente. O valor de imparidade para ativos financeiros disponíveis para venda apurado com base nos critérios acima referidos encontra-se indicado na Nota 23.

#### Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos.

Com o objetivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

O acima referido Decreto-Lei procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo procedido também à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com a interpretação das mesmas efetuada por parte do Banco.

#### Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais do Banco e as decisões até à data dos tribunais, os quais no entanto poderão vir a não se concretizar.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros – m.euros, exceto quando expressamente indicado)3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão do Banco:

**Global Corporate Banking:**

Inclui essencialmente a atividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

**Banca de Retalho:**

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com faturação inferior a 10 milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por canais complementares.

**Banca de Empresas:**

São consideradas nesta área as empresas com faturação superior a 10 milhões de euros. Esta atividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projetos, de comércio, às exportações e ao imobiliário.

**Atividades Corporativas:**

Nesta área é considerada toda a atividade desenvolvida no Banco e que dá suporte às atividades principais mas que não está diretamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

A demonstração dos resultados por segmento operacional em 30 de junho de 2017 apresenta o seguinte detalhe:

	2017				
	Global Corporate Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Total Consolidado
Margem financeira estrita	43.379	210.116	47.682	38.227	339.404
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	2.863	2.863
<b>Margem financeira alargada</b>	<b>43.379</b>	<b>210.116</b>	<b>47.682</b>	<b>41.090</b>	<b>342.267</b>
Comissões líquidas	20.769	140.853	8.922	(6.244)	164.300
Outros resultados da atividade bancária	-	3.264	-	(20.351)	(17.087)
<b>Margem comercial</b>	<b>64.148</b>	<b>354.233</b>	<b>56.604</b>	<b>14.495</b>	<b>489.480</b>
Resultado de operações financeiras	7.625	2.011	1.267	40.842	51.745
<b>Produto bancário</b>	<b>71.773</b>	<b>356.244</b>	<b>57.871</b>	<b>55.337</b>	<b>541.225</b>
Custos de transformação	(10.085)	(212.717)	(15.969)	(1.259)	(240.030)
Amortizações do período	(1.504)	(16.713)	(481)	-	(18.698)
<b>Margem de exploração</b>	<b>60.184</b>	<b>126.814</b>	<b>41.421</b>	<b>54.078</b>	<b>282.497</b>
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	605	(6.583)	8.272	(1.419)	875
Resultados associadas	-	-	-	2.633	2.633
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>60.789</b>	<b>120.231</b>	<b>49.693</b>	<b>55.292</b>	<b>286.005</b>
Impostos	(18.237)	(36.353)	(14.908)	6.003	(63.495)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>42.552</b>	<b>83.878</b>	<b>34.785</b>	<b>61.295</b>	<b>222.510</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros – m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2017, os ativos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2017				Total Consolidado
	Global Corporate Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	
<b>Ativo</b>					
Crédito a Clientes					
Crédito hipotecário	-	17.039.069	-	-	17.039.069
Crédito ao consumo	-	1.520.819	-	-	1.520.819
Outros créditos	3.514.979	4.203.374	5.371.553	-	13.089.906
Total de ativos afetos	<b>3.514.979</b>	<b>22.763.262</b>	<b>5.371.553</b>	-	<b>31.649.794</b>
Ativos não afetos					11.994.817
<b>Total do Ativo</b>					<b>43.644.611</b>
<b>Passivo</b>					
Recursos em Balanço					
Recursos de clientes e outros empréstimos	421.504	23.340.135	4.108.322	590.673	28.460.634
Responsabilidades representadas por títulos	-	36.542	-	3.624.756	3.661.298
Total de passivos afetos	<b>421.504</b>	<b>23.376.677</b>	<b>4.108.322</b>	<b>4.215.429</b>	<b>32.121.932</b>
Passivos não afetos					8.205.050
<b>Total do Passivo</b>					<b>40.326.982</b>
<b>Garantias e avales</b>	<b>185.762</b>	<b>408.452</b>	<b>776.726</b>	-	<b>1.370.940</b>

A demonstração dos resultados por segmento operacional em 30 de junho de 2016 apresenta o seguinte detalhe:

	2016				Total Consolidado
	Global Corporate Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	
Margem financeira estrita	43.185	229.556	74.967	22.274	369.982
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	330	330
<b>Margem financeira alargada</b>	<b>43.185</b>	<b>229.556</b>	<b>74.967</b>	<b>22.604</b>	<b>370.312</b>
Comissões líquidas	25.068	131.044	12.011	(10.803)	157.320
Outros resultados da atividade bancária	(14)	3.033	(1)	(8.447)	(5.429)
<b>Margem comercial</b>	<b>68.239</b>	<b>363.633</b>	<b>86.977</b>	<b>3.354</b>	<b>522.203</b>
Resultado de operações financeiras	5.815	1.271	356	80.349	87.791
<b>Produto bancário</b>	<b>74.054</b>	<b>364.904</b>	<b>87.333</b>	<b>83.703</b>	<b>609.994</b>
Custos de transformação	(9.786)	(230.921)	(24.643)	(1.359)	(266.709)
Amortizações do período	(1.559)	(15.349)	(765)	-	(17.673)
<b>Margem de exploração</b>	<b>62.709</b>	<b>118.634</b>	<b>61.925</b>	<b>82.342</b>	<b>325.612</b>
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(12.826)	(55.281)	(11.403)	26.158	(53.352)
Resultados associadas	-	-	-	2.010	2.010
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>49.883</b>	<b>63.353</b>	<b>50.522</b>	<b>110.510</b>	<b>274.270</b>
Impostos	(14.965)	(19.175)	(15.157)	(32.169)	(81.466)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>34.918</b>	<b>44.178</b>	<b>35.365</b>	<b>78.341</b>	<b>192.804</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros – m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2016				Total Consolidado
	Global Corporate Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	
<b>Ativo</b>					
Crédito a Clientes					
Crédito hipotecário	-	17.029.555	-	-	17.029.555
Crédito ao consumo	-	1.495.029	-	-	1.495.029
Outros créditos	3.545.806	4.206.713	5.175.233	-	12.927.752
Total de ativos afetos	<b>3.545.806</b>	<b>22.731.297</b>	<b>5.175.233</b>	-	<b>31.452.336</b>
Ativos não afetos					11.525.087
<b>Total do Ativo</b>					<b>42.977.423</b>
<b>Passivo</b>					
Recursos em Balanço					
Recursos de clientes e outros empréstimos	637.444	23.703.035	3.491.289	681.710	28.513.478
Responsabilidades representadas por títulos	-	52.968	-	3.872.434	3.925.402
Total de passivos afetos	<b>637.444</b>	<b>23.756.003</b>	<b>3.491.289</b>	<b>4.554.143</b>	<b>32.438.880</b>
Passivos não afetos					7.272.887
<b>Total do Passivo</b>					<b>39.711.767</b>
<b>Garantias e avales</b>	<b>189.111</b>	<b>412.616</b>	<b>785.269</b>	-	<b>1.386.997</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros – m.euros, exceto quando expressamente indicado)

De seguida é apresentada a informação geográfica da atividade consolidada, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o balanço por segmentos geográficos era como se segue:

	30-06-2017		
	Atividade doméstica	Atividade internacional	Total
	Portugal	Bahamas	consolidado
<b>Ativo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.979.803	-	1.979.803
Disponibilidades em outras instituições de crédito	360.840	19	360.859
Ativos financeiros detidos para negociação	1.614.174	-	1.614.174
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.397.142	-	4.397.142
Aplicações em instituições de crédito	1.614.251	-	1.614.251
Crédito a clientes	31.647.563	2.231	31.649.794
Investimentos detidos até à maturidade	237.851	-	237.851
Derivados de cobertura	18.970	-	18.970
Ativos não correntes detidos para venda	95.572	-	95.572
Propriedades de investimento	368.479	-	368.479
Outros ativos tangíveis	294.203	345	294.548
Ativos intangíveis	32.556	-	32.556
Investimentos em associadas	53.403	-	53.403
Ativos por impostos correntes	23.290	-	23.290
Ativos por impostos diferidos	311.351	-	311.351
Outros ativos	592.559	9	592.568
<b>Total do ativo</b>	<b>43.642.007</b>	<b>2.604</b>	<b>43.644.611</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais	3.080.638	-	3.080.638
Passivos financeiros detidos para negociação	1.638.381	-	1.638.381
Recursos de outras instituições de crédito	2.435.951	-	2.435.951
Recursos de clientes e outros empréstimos	28.460.129	505	28.460.634
Responsabilidades representadas por títulos	3.661.298	-	3.661.298
Derivados de cobertura	66.918	-	66.918
Provisões	181.930	394	182.324
Passivos por impostos correntes	43.520	-	43.520
Passivos por impostos diferidos	102.476	-	102.476
Instrumentos representativos de capital	69.018	-	69.018
Passivos subordinados	12.315	-	12.315
Outros passivos	573.511	(2)	573.509
<b>Total do Passivo</b>	<b>40.326.085</b>	<b>897</b>	<b>40.326.982</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital próprio atribuível aos acionistas do BST	3.350.620	(33.667)	3.316.953
Interesses que não controlam	676	-	676
<b>Total do capital próprio</b>	<b>3.351.296</b>	<b>(33.667)</b>	<b>3.317.629</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>43.677.381</b>	<b>(32.770)</b>	<b>43.644.611</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros – m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2016		Total consolidado
	Atividade doméstica	Atividade internacional	
	Portugal	Bahamas	
<b>Ativo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	877.917	-	877.917
Disponibilidades em outras instituições de crédito	658.873	19	658.892
Ativos financeiros detidos para negociação	1.758.934	-	1.758.934
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.422.956	-	5.422.956
Aplicações em instituições de crédito	563.924	-	563.924
Crédito a clientes	31.448.518	3.818	31.452.336
Investimentos detidos até à maturidade	243.954	-	243.954
Derivados de cobertura	32.700	-	32.700
Ativos não correntes detidos para venda	89.437	989	90.426
Propriedades de investimento	378.374	-	378.374
Outros ativos tangíveis	306.213	852	307.065
Ativos intangíveis	33.854	-	33.854
Investimentos em associadas	54.599	-	54.599
Ativos por impostos correntes	12.720	-	12.720
Ativos por impostos diferidos	366.992	-	366.992
Outros ativos	720.063	1.717	721.780
<b>Total do ativo</b>	<b>42.970.028</b>	<b>7.395</b>	<b>42.977.423</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais	2.450.694	-	2.450.694
Passivos financeiros detidos para negociação	1.766.765	-	1.766.765
Recursos de outras instituições de crédito	2.023.379	-	2.023.379
Recursos de clientes e outros empréstimos	28.510.045	3.433	28.513.478
Responsabilidades representadas por títulos	3.925.402	-	3.925.402
Derivados de cobertura	81.655	-	81.655
Provisões	220.850	-	220.850
Passivos por impostos correntes	9.850	-	9.850
Passivos por impostos diferidos	76.967	-	76.967
Instrumentos representativos de capital	69.220	-	69.220
Passivos subordinados	12.033	-	12.033
Outros passivos	561.000	474	561.474
<b>Total do Passivo</b>	<b>39.707.860</b>	<b>3.907</b>	<b>39.711.767</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital próprio atribuível aos acionistas do BST	3.303.272	(38.286)	3.264.986
Interesses que não controlam	670	-	670
<b>Total do capital próprio</b>	<b>3.303.942</b>	<b>(38.286)</b>	<b>3.265.656</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>43.011.802</b>	<b>(34.379)</b>	<b>42.977.423</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros – m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	2017		
	Atividade doméstica	Atividade internacional	Total
	Portugal	Bahamas	Consolidado
Juros e rendimentos similares	535.327	827	536.154
Juros e encargos similares	(196.745)	(5)	(196.750)
<b>Margem financeira</b>	<b>338.582</b>	<b>822</b>	<b>339.404</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	2.863	-	2.863
Rendimentos de serviços e comissões	197.839	28	197.867
Encargos com serviços e comissões	(33.561)	(6)	(33.567)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(2.418)	-	(2.418)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	35.690	-	35.690
Resultados de reavaliação cambial	4.312	113	4.425
Resultados de alienação de outros ativos	14.048	-	14.048
Outros resultados de exploração	(16.799)	(288)	(17.087)
<b>Produto bancário</b>	<b>540.556</b>	<b>669</b>	<b>541.225</b>
Custos com o pessoal	(156.590)	(73)	(156.663)
Gastos gerais administrativos	(83.257)	(110)	(83.367)
Amortizações do período	(18.695)	(3)	(18.698)
Provisões líquidas de anulações	(7.378)	(708)	(8.086)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(20.123)	5.234	(14.889)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	164	-	164
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	24.186	(500)	23.686
Resultados de associadas	2.633	-	2.633
<b>Resultados antes de impostos e de interesses que não controlam</b>	<b>281.496</b>	<b>4.509</b>	<b>286.005</b>
Impostos correntes	(49.788)	-	(49.788)
Impostos diferidos	(13.707)	-	(13.707)
<b>Resultados após impostos e antes de interesses que não controlam</b>	<b>218.001</b>	<b>4.509</b>	<b>222.510</b>
Interesses que não controlam	-	-	-
<b>Resultado consolidado do período atribuível aos acionistas do BST</b>	<b>218.001</b>	<b>4.509</b>	<b>222.510</b>

	2016		
	Atividade doméstica	Atividade internacional	Total
	Portugal	Bahamas	Consolidado
Juros e rendimentos similares	573.833	739	574.573
Juros e encargos similares	(204.434)	(157)	(204.591)
<b>Margem financeira</b>	<b>369.399</b>	<b>582</b>	<b>369.982</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	330	-	330
Rendimentos de serviços e comissões	190.129	199	190.328
Encargos com serviços e comissões	(32.969)	(33)	(33.008)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(33.519)	-	(33.519)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	90.519	-	90.519
Resultados de reavaliação cambial	4.648	(246)	4.402
Resultados de alienação de outros ativos	26.438	(58)	26.389
Outros resultados de exploração	(5.358)	(69)	(5.429)
<b>Produto bancário</b>	<b>609.617</b>	<b>375</b>	<b>609.994</b>
Custos com o pessoal	(164.734)	(225)	(166.082)
Gastos gerais administrativos	(100.018)	(134)	(100.627)
Amortizações do período	(17.656)	(11)	(17.673)
Provisões líquidas de anulações	(949)	-	(949)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(41.266)	-	(41.266)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	(2.189)	-	(2.189)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	(8.948)	-	(8.948)
Resultados de associadas	2.010	-	2.010
<b>Resultados antes de impostos e de interesses que não controlam</b>	<b>275.867</b>	<b>5</b>	<b>274.270</b>
Impostos correntes	(36.508)	-	(37.626)
Impostos diferidos	(43.775)	-	(43.840)
<b>Resultados após impostos e antes de interesses que não controlam</b>	<b>195.584</b>	<b>5</b>	<b>192.804</b>
Interesses que não controlam	-	-	-
<b>Resultado consolidado do período atribuível aos acionistas do BST</b>	<b>195.584</b>	<b>5</b>	<b>192.804</b>

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram consistentes com as descritas na Nota 1.3 deste Anexo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, extraídos das respetivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) direta		Participação (%) efetiva		Ativo líquido		Capitais próprios		Resultado do período/exercício	
	30-06-2017	31-12-2016	30-06-2017	31-12-2016	30-06-2017	31-12-2016	30-06-2017	31-12-2016	30-06-2017	31-12-2016
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Matriz	Matriz	Matriz	Matriz	45.988.048	45.801.324	3.014.665	2.834.839	348.903	336.500
TOTTA IRELAND, PLC <sup>(4)</sup>	100,00	100,00	100,00	100,00	926.842	944.147	444.012	430.106	9.792	3.251
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS	100,00	100,00	100,00	100,00	83.740	180.244	83.710	180.210	-	(621)
TOTTAURBE - EMP.ADMIN. E CONSTRUÇÕES, S.A. <sup>(1)</sup>	100,00	100,00	100,00	100,00	121.888	122.350	116.589	116.989	612	2.258
TAXA GEST,SGPS,SA	99,00	99,00	99,00	99,00	55.749	55.755	55.745	55.747	(1)	(1)
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	79,28	79,08	79,28	79,08	382.620	393.896	333.139	330.892	3.094	7.752
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	7.035	6.917	6.899	6.774	125	333
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	-	-	-	-	142	142	38	38	-	-
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	-	-	-	-	819.579	855.338	(6.359)	(12.429)	(1)	(6.590)
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	-	-	-	-	756.575	776.282	(8.271)	(9.538)	(4.304)	(5.978)
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	-	-	-	-	758.314	806.271	760.086	796.623	828	(8.031)
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	-	-	-	-	716.716	749.211	715.308	740.895	1.543	(7.378)
ATLANTES MORTGAGE NO 1 PLC <sup>(3)</sup>	-	-	-	-	87.119	106.032	-	(11.276)	-	-
ATLANTES MORTGAGE NO 1 FTC <sup>(3)</sup>	-	-	-	-	99.731	85.950	11.527	84.105	-	-
ATLANTES FINANCE 6 <sup>(3)</sup>	-	22,02	-	22,02	-	58.939	-	453	-	-
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC <sup>(3)</sup>	100,00	100,00	100,00	100,00	1.878.532	2.717.179	-	-	-	-
BENIM - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.	-	-	25,81	25,81	n.d.	11.218	n.d.	7.179	n.d.	(8)
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	21,50	21,50	21,50	21,50	326.171	339.037	75.204	83.418	9.357	60.545
LUSIMOVEST - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	25,77	25,77	25,77	25,77	144.729	145.123	96.629	94.407	2.222	1.949
BANIF INTERNACIONAL BANK, LTD (2)	100,00	100,00	100,00	100,00	2.836	44.705	936	3.514	4.453	(4.487)

n/d – não disponível



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a atividade, a localização da Sede e o método de consolidação utilizado para as empresas incluídas na consolidação foi como segue:

Empresa	Atividade	Sede	Método de Consolidação
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Lisboa	Matriz
TOTTA IRELAND, PLC <sup>(4)</sup>	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Funchal	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. <sup>(1)</sup>	Gestão de propriedades	Lisboa	Integral
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A.	Promoção imobiliária	Lisboa	Equivalência patrimonial
BANIF INTERNATIONAL BANK <sup>(2)</sup>	Bancária	Bahamas	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Lisboa	Integral
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	Emissão e gestão de cartões de crédito	Lisboa	Equivalência patrimonial
HIPOTOTTA nº 1 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC <sup>(3)</sup>	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
ATLANTES MORTGAGE 1 PLC <sup>(3)</sup>	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
ATLANTES MORTGAGE 1 FTC <sup>(3)</sup>	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
ATLANTES FINANCE 6 <sup>(3)</sup>	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Equivalência patrimonial
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Fundo Imobiliário	Lisboa	Integral
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Gestão de titularizações	Lisboa	Integral
LUSIMOVEST - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	Fundo Imobiliário	Lisboa	Equivalência patrimonial

- (1) A situação líquida desta subsidiária inclui prestações suplementares no montante de 99.760 m.euros.
- (2) Esta entidade foi consolidada pela primeira vez durante o exercício de 2015, decorrente da medida de resolução aplicada ao ex-Banif. O capital desta subsidiária está representado por 25.000.000 ações ordinárias com o valor nominal de 1 euro e por 10.000 ações preferenciais com o valor nominal de 1 cêntimo. As ações preferenciais foram emitidas no dia 24 de junho de 2009 e no dia 26 de junho de 2009, foi decidido pelo Conselho de Administração da participada emitir um “Global Share Certificate for Ten Thousand Preference Shares” que foi por sua vez subscrito por 10.000 m. de euros por outra entidade do Grupo Banif, a qual não foi adquirida pelo BST. Durante o exercício de 2016 o Banco adquiriu as ações preferenciais pelo montante de 90 m. de euros.
- (3) Estas entidades foram consolidadas pela primeira vez em 2015. A Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Gamma) era uma sociedade de titularização de créditos, detida pela Oitante até 31 de dezembro de 2016. No âmbito da aquisição de parte significativa da atividade do Banif, o BST adquiriu onze operações de titularização cujos créditos foram originados por este e cedidos à Gamma, a qual se financiou através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating para cada operação de titularização. Por simplificação, o Banco considerou estas titularizações no seu conjunto denominando-as “Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC”, tendo registado estes veículos de acordo com o envolvimento continuado do Grupo nestas operações, determinado com base na percentagem detida do respetivo equity piece. Adicionalmente, existe uma titularização denominada “Atlantes Mortgages 1 PLC” em que os créditos foram vendidos a um fundo de titularização de créditos denominado “Atlantes Mortgages n.º. 1 FTC”, que emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade irlandesa “Atlantes Mortgages n.º. 1 PLC”. Por último, a “Atlantes Finance 6” dizia respeito a uma titularização em que os créditos foram cedidos igualmente à Gamma, não dispondo o Grupo BST a 31 de dezembro de 2016 da totalidade do equity piece. Durante o primeiro semestre de 2017 esta operação foi liquidada, tendo o Banco adquirido os respetivos ativos residuais. Em 31 de dezembro de 2016, o Banco adquiriu a totalidade do capital da Gamma à Oitante pelo valor de 7.933 m. euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

- (4) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de novembro, os montantes refletidos nas colunas do “Resultado do período/exercício” correspondem ao resultado líquido apurado no período compreendido entre 1 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2017 e no período compreendido entre 1 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2016. Nos períodos compreendidos entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2017, o resultado líquido da Totta Ireland, PLC ascendeu a 6.541 m. euros.

De acordo com a IFRS 10, que veio substituir a IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades com finalidade especial (SPE’s), criadas no âmbito de operações de titularização quando as controla, ou seja quando detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à sua atividade, nomeadamente, as obrigações que emitiram com maior grau de subordinação – *equity pieces*.

Durante o exercício de 2016 o Banco procedeu à liquidação das seguintes sociedades:

- Serfin International Bank & Trust;
- BST International Bank Inc. – Porto Rico;
- Totta & Açores, Inc. – Newark;
- Totta & Açores Financing.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o balanço do Fundo Novimovest apresentava a seguinte composição:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Carteira de títulos	3.059	3.175
Carteira de imóveis	368.479	378.374
Contas de terceiros	10.266	10.916
Disponibilidades	567	489
Acréscimos e diferimentos	<u>249</u>	<u>942</u>
	<u>382.620</u>	<u>393.896</u>
Capital do Fundo	333.139	330.892
Ajustamento e provisões	5.352	5.407
Contas de terceiros	41.579	55.335
Acréscimos e diferimentos	<u>2.550</u>	<u>2.262</u>
	<u>382.620</u>	<u>393.896</u>

Em 30 de junho de 2017 e de 2016, o resultado líquido consolidado inclui um lucro de 2.453 m. euros e de 3.319 m. euros, respetivamente, atribuíveis ao Fundo Novimovest.

## 5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Caixa	209.844	224.159
Depósitos à ordem		
No Banco de Portugal	1.769.959	653.758
	<u>1.979.803</u>	<u>877.917</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1% e abatido um montante de 100.000 euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no País		
Depósitos à Ordem	5.495	12.191
Cheques a Cobrar	72.436	66.420
Juros a Receber	320	-
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Outras Instituições de Crédito		
Depósitos à Ordem	280.930	578.819
Cheques a Cobrar	1.678	1.462
	<u>360.859</u>	<u>658.892</u>

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos de “Cheques a cobrar” correspondem a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito, os quais, em geral, são compensados nos dias úteis seguintes.

7. ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Ativos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor positivo	1.611.115	1.755.759
Títulos - Unidades de participação	3.059	3.175
	<u>1.614.174</u>	<u>1.758.934</u>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor negativo	<u>(1.638.381)</u>	<u>(1.766.765)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as rubricas de “Instrumentos financeiros derivados” têm a seguinte composição:

	30-06-2017			31-12-2016		
	Ativo	Passivo	Líquido (Nota 12)	Ativo	Passivo	Líquido (Nota 12)
Forwards	10.819	10.927	(108)	13.162	13.611	(449)
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	33	642	(609)	8.128	9.049	(921)
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	1.467.166	1.488.746	(21.580)	1.573.218	1.574.903	(1.685)
Contratos sobre cotações (equity swaps)	6.643	11.023	(4.380)	2.027	648	1.379
Opções						
Contratos de taxa de câmbio	2.176	2.157	19	2.382	2.368	14
Contratos sobre cotações	15.331	13.628	1.703	28.720	28.292	428
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	108.947	111.258	(2.311)	128.122	137.894	(9.772)
	<u>1.611.115</u>	<u>1.638.381</u>	<u>(27.266)</u>	<u>1.755.759</u>	<u>1.766.765</u>	<u>(11.006)</u>

Em 30 de junho de 2017 as rubricas de ativo e passivo relativas a “Instrumentos financeiros derivados” encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, 66.182 m.euros e 58.745 m.euros de “Credit Value Adjustments” e de “Debit Value Adjustments”, respetivamente (126.669 m.euros e 129.288 m.euros em 31 de dezembro de 2016, respetivamente).

A quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos “back-to-back” com o Banco Santander, S.A..

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Títulos - Unidades de participação” correspondia ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maxirent.

## 8. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Correções de valor por operações de cobertura	Reserva de justo valor			Valor de balanço	
				Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total		
						Imparidade (Nota 23)		
Instrumentos de dívida						(Nota 27)		
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	3.862.098	55.231	20.372	123.564	(9.879)	113.685	(116)	4.051.270
Outros residentes								
Dívida não subordinada	250.334	4.053	-	6.054	-	6.054	(230)	260.211
Dívida subordinada	2.822	1	-	-	-	-	(2.822)	1
	<u>4.115.254</u>	<u>59.285</u>	<u>20.372</u>	<u>129.618</u>	<u>(9.879)</u>	<u>119.739</u>	<u>(3.168)</u>	<u>4.311.482</u>
Instrumentos de Capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	56.904	-	-	819	(528)	291	(24.460)	32.735
Valorizados ao custo histórico	83.849	-	-	-	-	-	(32.418)	51.431
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	1.382	-	-	-	-	-	-	1.382
Valorizados ao custo histórico	857	-	-	-	-	-	(745)	112
	<u>4.258.246</u>	<u>59.285</u>	<u>20.372</u>	<u>130.437</u>	<u>(10.407)</u>	<u>120.030</u>	<u>(60.791)</u>	<u>4.397.142</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2016							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Correções de valor por operações de cobertura	Reserva de justo valor			Imparidade (Nota 23)	Valor de balanço
				Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total (Nota 27)		
<b>Instrumentos de dívida</b>								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	4.946.587	105.163	30.573	38.070	(160.108)	(122.038)	(119)	4.960.166
Outros residentes								
Operações de titularização	3.513	-	-	-	-	-	-	3.513
Dívida não subordinada	351.635	11.099	-	10.899	-	10.899	(230)	373.403
Dívida subordinada	2.983	1	-	-	-	-	(2.983)	1
	<b>5.304.718</b>	<b>116.263</b>	<b>30.573</b>	<b>48.969</b>	<b>(160.108)</b>	<b>(111.139)</b>	<b>(3.332)</b>	<b>5.337.083</b>
<b>Instrumentos de Capital</b>								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	57.375	-	-	897	(741)	156	(24.505)	33.026
Valorizados ao custo histórico	84.140	-	-	-	-	-	(32.787)	51.353
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	1.383	-	-	-	-	-	-	1.383
Valorizados ao custo histórico	857	-	-	-	-	-	(746)	111
	<b>5.448.473</b>	<b>116.263</b>	<b>30.573</b>	<b>49.866</b>	<b>(160.849)</b>	<b>(110.983)</b>	<b>(61.370)</b>	<b>5.422.956</b>

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as rubricas de Obrigações do Tesouro incluíam valias reconhecidas em resultados nos montantes de 20.372 m.euros e 30.573 m.euros, respetivamente, relativas a correções de valor por operações de cobertura de risco de taxa de juro. Estes títulos apresentavam as seguintes características:

Descrição	30-06-2017					31-12-2016						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Obrigações do Tesouro - Portugal												
- Com vencimento entre um e três anos	346.013	701	22.897	7.795	-	377.406	-	-	-	-	-	-
- Com vencimento entre três e cinco anos	329.991	2.461	-	9.384	-	341.836	1.425.731	35.308	27.244	33.943	-	1.522.226
- Com vencimento entre cinco e dez anos	3.185.607	52.065	(2.525)	96.506	-	3.331.653	3.520.370	69.850	3.329	(155.981)	-	3.437.568
Outros	487	4	-	-	(116)	375	486	5	-	-	(119)	372
	<b>3.862.098</b>	<b>55.231</b>	<b>20.372</b>	<b>113.685</b>	<b>(116)</b>	<b>4.051.270</b>	<b>4.946.587</b>	<b>105.163</b>	<b>30.573</b>	<b>(122.038)</b>	<b>(119)</b>	<b>4.960.166</b>

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o Banco detinha na sua carteira Obrigações do Tesouro Portuguesas, nos montantes de 628.206 m.euros e 877.472 m.euros, respetivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 20).

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Instrumentos de dívida" incluía, entre outros, os seguintes títulos:

Descrição	30-06-2017					31-12-2016				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Adquiridos no âmbito de operações de titularização										
ATLANTES FINANCE 6 S 03/20/33	-	-	-	-	-	3.513	-	-	-	3.513
Dívida não subordinada										
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.75% JAN/2018	200.119	3.366	3.813	-	207.298	200.402	7.144	7.009	-	214.555
Banco Comercial Português 22/06/2017	-	-	-	-	-	101.021	2.512	1.009	-	104.542
CGD 3% 2014/2019	49.985	687	2.241	-	52.913	49.982	1.443	2.881	-	54.306
Outros	230	-	-	(230)	-	230	-	-	(230)	-
	<b>250.334</b>	<b>4.053</b>	<b>6.054</b>	<b>(230)</b>	<b>260.211</b>	<b>351.635</b>	<b>11.099</b>	<b>10.899</b>	<b>(230)</b>	<b>373.403</b>
Dívida subordinada										
BPSM97 - TOPS - OB. PERP. SUB	2.822	1	-	(2.822)	1	2.983	1	-	(2.983)	1

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Com referência a 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Instrumentos de capital” inclui os seguintes títulos:

Descrição	30-06-2017			31-12-2016			Valor de balanço
	Custo de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Custo de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	
<b>Valorizados ao justo valor</b>							
FUNDO SOLUCAO ARRENDAMENTO	28.528	(515)	-	28.013	28.925	(718)	28.207
UNICAMPUS-FEI IMOBILIARIO FECHAD	1.500	14	-	1.514	1.500	14	1.514
VISA INC series C	1.375	-	-	1.375	1.375	-	1.375
FCR PORTUGAL VENTURES VALOR 2	3.836	171	(3.099)	908	3.836	297	1.034
FUNFRA P-FUNDAÇÃO PORTUGUESA, S.A	274	491	-	765	274	468	742
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S	374	36	-	410	518	32	550
FII FECHADO GEF II	391	7	-	398	391	(11)	380
Outros	1.271	87	(624)	734	1.157	74	607
Titulos com imparidade a 100%	20.737	-	(20.737)	-	20.782	-	(20.782)
	<b>58.286</b>	<b>291</b>	<b>(24.460)</b>	<b>34.117</b>	<b>58.758</b>	<b>156</b>	<b>(24.505)</b>
<b>Valorizados ao custo histórico</b>							
FUNDO RECUPERACAO FCR CATEGOR	32.689	-	(12.715)	19.974	32.603	-	(12.715)
Fundo Fechado de Investimento Imobiliário - Imorent	18.663	-	(4.000)	14.663	18.663	-	(4.000)
BANIF PROPERTY	15.350	-	(10.000)	5.350	15.350	-	(10.000)
SIBS - SGPS, S.A.	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE	3.749	-	(531)	3.218	3.749	-	(531)
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE - PS	3.749	-	(531)	3.218	3.749	-	(531)
PORTUGAL CAPITAL VENTURES - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO,	1.065	-	(214)	851	1.065	-	(214)
Titulos com imparidade a 100%	5.085	-	(5.085)	-	5.456	-	(5.456)
Outros	895	-	(87)	808	901	-	(86)
	<b>84.706</b>	<b>-</b>	<b>(33.163)</b>	<b>51.543</b>	<b>84.997</b>	<b>-</b>	<b>(33.533)</b>

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o Banco detinha 5.861.770 unidades de participação do Fundo Solução Arrendamento Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional nos montantes de 28.528 m.euros e 28.925 m.euros, respetivamente, as quais foram subscritas através do pagamento em numerário de 2 m.euros, da entrega em espécie de imóveis e o remanescente através da alienação de imóveis e a subsequente subscrição de unidades de participação.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o Banco respondeu a chamadas de capital do Fundo Recuperação, FCR, nos montantes de 86 m.euros e 1.018 m.euros, respetivamente. Em 30 de junho de 2017, o Banco detinha em carteira 33.688 unidades de participação correspondentes a 4,12% do capital daquele Fundo.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, apresentavam as seguintes percentagens de desvalorização face aos respetivos custos de aquisição:

	30-06-2017				Valor de balanço
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	933.473	18.361	(2.525)	(9.879)	939.430
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	28.643	-	-	(528)	28.115
	<b>962.116</b>	<b>18.361</b>	<b>(2.525)</b>	<b>(10.407)</b>	<b>967.545</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2016				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida					
Entre 0% e 25%	3.963.213	78.610	30.573	(160.108)	3.912.288
Instrumentos de capital					
Entre 0% e 25%	29.432	-	-	(733)	28.699
Entre 25% e 50%	19	-	-	(8)	11
	29.451	-	-	(741)	28.710
	3.992.664	78.610	30.573	(160.849)	3.940.998

9. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Aplicações em outras Instituições de Crédito no País		
Depósitos	200.000	200.000
Empréstimos	99.086	55.216
Juros a Receber	2.707	2.220
	301.793	257.436
Aplicações em outras Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	1.003.356	44.930
Depósitos	285.581	223.367
Outras aplicações	23.469	38.156
Juros a Receber	52	35
	1.312.458	306.488
	1.614.251	563.924

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Outras aplicações" inclui contas margem de 21.971 m.euros e 37.734 m.euros, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)10. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Crédito não titulado		
Crédito interno		
A empresas		
Desconto e créditos titulados por efeitos	143.412	146.417
Empréstimos	4.730.393	4.416.723
Crédito em conta corrente	899.721	905.215
Descobertos em depósitos à ordem	125.185	106.338
Créditos tomados	1.037.473	1.133.408
Locação financeira	833.171	817.078
Outros créditos	731.995	611.223
A particulares		
Habitação	13.399.230	13.180.788
Consumo e outros	1.941.801	1.864.890
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	178.682	208.265
Crédito em conta corrente	6.967	7.406
Descobertos em depósitos à ordem	85	189
Créditos tomados	45.785	46.687
Locação financeira	4.708	5.095
Outros créditos	10.165	10.952
A particulares		
Habitação	425.667	411.741
Consumo e outros	36.880	37.131
	<u>24.551.320</u>	<u>23.909.546</u>
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada	<u>4.310.977</u>	<u>4.201.242</u>
Ativos titularizados não desreconhecidos		
A empresas - Empréstimos		
.Gamma STC	-	483.100
A particulares		
Crédito à habitação		
.Hipototta nº 4 PLC	755.284	795.196
.Hipototta nº 5 PLC	708.654	738.289
.Gamma STC	1.556.048	1.631.395
Locação Financeira		
.Gamma STC	-	7.783
	<u>3.019.986</u>	<u>3.655.763</u>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Créditos e juros vencidos		
Até 90 dias	29.233	77.790
Há mais de 90 dias	1.087.227	1.214.694
	<u>1.116.460</u>	<u>1.292.484</u>
	<u>32.998.743</u>	<u>33.059.035</u>
Juros a receber		
Crédito não titulado	42.659	71.469
Crédito Titulado	17.383	16.911
Ativos titularizados não desreconhecidos	1.610	5.015
Correcções de valor de ativos objecto de cobertura	(2.443)	(1.971)
Despesas com encargo diferido	69.232	73.752
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(114.826)	(109.353)
	<u>13.615</u>	<u>56.104</u>
	<u>33.012.358</u>	<u>33.115.139</u>
Imparidade em crédito a clientes (Nota 23)	(1.362.564)	(1.662.803)
	<u>31.649.794</u>	<u>31.452.336</u>

No primeiro semestre de 2017 e no exercício de 2016 foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas que na sua maioria já tinham sido abatidos ao ativo. Como resultado destas operações foram registados nos primeiros semestres de 2017 e 2016 ganhos líquidos nos montantes de 10.868 m.euros e 12.527 m.euros, respetivamente (Nota 39).

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Crédito interno – A particulares - Habitação” incluía créditos afetos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco nos montantes de 8.082.149 m.euros e 8.051.500 m.euros, respetivamente (Nota 22).

O movimento ocorrido na imparidade em crédito a clientes durante o primeiro semestre de 2017 e 2016 é apresentado na Nota 23.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Até três meses	29.233	77.790
Entre três meses e seis meses	161.460	43.252
Entre seis meses e um ano	152.266	273.034
Entre um ano e três anos	410.775	398.178
Mais de três anos	362.726	500.230
	<u>1.116.460</u>	<u>1.292.484</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 o crédito vencido e o crédito vivo com e sem indícios de imparidade, considerando a segmentação para efeitos de apuramento de perdas por imparidade do Banco, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2017			31-12-2016		
	Crédito Vencido	Crédito Vivo	Crédito Total	Crédito Vencido	Crédito Vivo	Crédito Total
Crédito concedido a Empresas						
Sem indícios de imparidade	-	12.552.462	12.552.462	-	11.184.292	11.184.292
Com indícios de imparidade	702.102	489.227	1.191.329	772.228	629.694	1.401.922
	<u>702.102</u>	<u>13.041.689</u>	<u>13.743.791</u>	<u>772.228</u>	<u>11.813.986</u>	<u>12.586.214</u>
Crédito à Habitação						
Sem indícios de imparidade	-	15.968.867	15.968.867	-	16.044.807	16.044.807
Com indícios de imparidade	326.919	662.351	989.270	391.851	691.870	1.083.721
	<u>326.919</u>	<u>16.631.218</u>	<u>16.958.137</u>	<u>391.851</u>	<u>16.736.677</u>	<u>17.128.528</u>
Crédito ao Consumo						
Sem indícios de imparidade	-	1.149.614	1.149.614	-	1.114.600	1.114.600
Com indícios de imparidade	17.993	53.921	71.914	18.710	52.436	71.146
	<u>17.993</u>	<u>1.203.535</u>	<u>1.221.528</u>	<u>18.710</u>	<u>1.167.036</u>	<u>1.185.746</u>
Crédito concedido através de cartões de crédito						
Sem indícios de imparidade	-	296.723	296.723	-	295.498	295.498
Com indícios de imparidade	12.945	5.365	18.310	16.181	4.772	20.953
	<u>12.945</u>	<u>302.088</u>	<u>315.033</u>	<u>16.181</u>	<u>300.270</u>	<u>316.451</u>
Outros créditos a Particulares						
Sem indícios de imparidade	-	656.682	656.682	-	1.733.945	1.733.945
Com indícios de imparidade	56.501	60.686	117.187	93.514	70.740	164.254
	<u>56.501</u>	<u>717.368</u>	<u>773.869</u>	<u>93.514</u>	<u>1.804.685</u>	<u>1.898.199</u>
	<u>1.116.460</u>	<u>31.895.898</u>	<u>33.012.358</u>	<u>1.292.484</u>	<u>31.822.655</u>	<u>33.115.139</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)11. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	30-06-2017			31-12-2016		
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor de balanço
<b>De outros emissores públicos nacionais</b>						
CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA/99	2.792	-	2.792	4.240	-	4.240
<b>De outros residentes</b>						
<i>Divida não Subordinada</i>						
EDIA 2010/2030	18.076	171	18.247	18.745	188	18.933
IBERWIND II P- CONSULTORIA SENIO	20.101	17	20.118	21.210	20	21.230
IBERWIND II P-CONSULTORIA SENIOR	6.062	11	6.073	6.398	13	6.411
REN REDES ENERGETICAS 4.125% 2018	9.165	154	9.319	9.305	341	9.646
TAGUS CLASSE A-VARIAVEL-12/05	57.501	40	57.541	60.991	44	61.035
ENERGY ON NO.2 CLASS B NOTES MAY	33	-	33	32	-	32
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS 2017	123.709	19	123.728	122.403	24	122.427
	<u>234.647</u>	<u>412</u>	<u>235.059</u>	<u>239.084</u>	<u>630</u>	<u>239.714</u>
	<u>237.439</u>	<u>412</u>	<u>237.851</u>	<u>243.324</u>	<u>630</u>	<u>243.954</u>

Os montantes reconhecidos durante os períodos findos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 em reservas de justo valor, relativos aos ativos financeiros reclassificados, são os seguintes:

	Reserva de justo valor	
	30-06-2017 (Nota 27)	31-12-2016 (Nota 27)
De ativos financeiros disponíveis para venda para detidos até à maturidade	<u>7.575</u>	<u>7.992</u>

12. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017			31-12-2016		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
<b>Coberturas de justo valor</b>						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	16.044	59.258	(43.214)	22.218	69.871	(47.653)
Swaps cotações (equity swap)	2.926	3.056	(130)	6.741	5.676	1.065
Opções	-	614	(614)	-	863	(863)
<b>Cobertura de fluxos de caixa</b>						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	-	3.990	(3.990)	3.741	5.245	(1.504)
	<u>18.970</u>	<u>66.918</u>	<u>(47.948)</u>	<u>32.700</u>	<u>81.655</u>	<u>(48.955)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	30-06-2017								
	Valor de balanço	Valor nominal					Total	Valor nominal	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outros
<b>1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)</b>									
Forwards									
Compra	(108)	107.074	35.160	32.079	340	-	174.653	87.376	87.277
Venda		107.031	35.141	32.053	340	-	174.565	89.593	84.972
Swaps divisas (currency swaps)									
Compra	(609)	36.055	138	-	-	-	36.193	656	35.537
Venda		36.585	135	-	-	-	36.720	36.096	624
Outros swaps de taxa de juro									
Swaps sobre cotações (equity swap)	(21.580)	328.293	2.559	427.749	2.595.221	20.000.244	23.354.066	23.354.066	-
Opções de moeda									
Compras	19	47.838	55.601	54.530	-	-	157.969	113.938	44.031
Vendas		45.392	55.601	54.530	-	-	155.523	113.938	41.585
Opções de cotações									
Compras	1.703	-	-	-	113.938	-	113.938	113.938	-
Vendas		-	-	-	113.938	-	113.938	113.938	-
Outros (Caps & Floors)									
	(2.311)	130	30.339	10.540	2.387.795	880.664	3.309.468	3.309.468	-
	<b>(27.266)</b>	<b>708.398</b>	<b>214.674</b>	<b>611.481</b>	<b>5.647.743</b>	<b>21.403.104</b>	<b>28.585.400</b>	<b>28.291.374</b>	<b>294.026</b>
<b>2. Instrumentos derivados de cobertura</b>									
Cobertura de justo valor									
Swaps taxa de juro (interest rate swap)									
Ativos financeiros disponíveis para venda	(52.223)	-	-	-	200.000	400.000	600.000	600.000	-
Passivos e crédito	9.009	1.910	8.019	691	135.832	877.767	1.024.219	848.964	175.254
Opções AutoCollable									
	(612)	-	-	196.916	-	-	196.916	196.916	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)									
	(131)	137.570	149.103	538.432	179.376	-	1.004.481	878.112	126.369
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps taxa de juro (interest rate swap)									
Fluxos de caixa	(3.991)	-	-	-	522.370	-	522.370	465.624	-
	<b>(47.948)</b>	<b>139.480</b>	<b>157.122</b>	<b>736.039</b>	<b>1.037.578</b>	<b>1.277.767</b>	<b>3.347.986</b>	<b>2.989.616</b>	<b>301.623</b>
<b>31-12-2016</b>									
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Valor nominal					Total	Valor nominal	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outros
<b>1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)</b>									
Forwards									
Compra	(449)	67.751	38.592	18.852	953	-	126.148	62.032	64.116
Venda		67.718	38.575	18.838	952	-	126.083	62.024	64.059
Swaps divisas (currency swaps)									
Compra	(921)	975.230	-	-	-	-	975.230	-	975.230
Venda		970.553	-	-	-	-	970.553	970.553	-
Outros swaps de taxa de juro									
Swaps sobre cotações (equity swap)	(1.685)	4.401.381	2.205.417	280.277	2.844.331	16.636.801	26.368.207	26.368.207	-
Opções de moeda									
Compras	14	182.703	32.278	47.934	272	-	263.187	-	263.187
Vendas		182.703	32.278	47.934	272	-	263.187	-	263.187
Opções de cotações									
Compras	428	-	1.654	-	-	-	1.654	-	1.654
Vendas		-	1.654	-	-	-	1.654	-	1.654
Outros (Caps & Floors)									
	(9.772)	43	1.311.620	31.068	4.117.973	1.334.960	6.795.664	6.795.664	-
	<b>(11.006)</b>	<b>6.848.601</b>	<b>3.662.068</b>	<b>444.903</b>	<b>7.400.819</b>	<b>18.247.179</b>	<b>36.603.570</b>	<b>34.970.483</b>	<b>1.633.087</b>
<b>2. Instrumentos derivados de cobertura</b>									
Cobertura de justo valor									
Swaps taxa de juro (interest rate swap)									
Ativos financeiros disponíveis para venda	(61.691)	-	-	-	-	600.000	600.000	600.000	-
Passivos e crédito	14.038	17.530	12.199	10.561	107.588	696.800	844.678	654.943	189.735
Opções AutoCollable									
	(863)	-	-	-	196.516	-	196.516	196.516	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)									
	1.065	244.484	178.977	287.227	645.101	-	1.355.789	1.216.415	139.374
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps taxa de juro (interest rate swap)									
Fluxos de caixa	(1.504)	125.000	100.000	-	521.671	-	746.671	746.671	-
	<b>(48.955)</b>	<b>387.014</b>	<b>291.176</b>	<b>297.788</b>	<b>1.470.876</b>	<b>1.296.800</b>	<b>3.743.654</b>	<b>3.414.545</b>	<b>329.109</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O Banco realiza operações de derivados no âmbito da sua atividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura).

O Banco transaciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transações são efetuadas em mercados de balcão (OTC – Over-the-counter).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um *Master Agreement* da ISDA – *Internacional Swaps and Derivatives Association*. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transações por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transações em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a IAS 39, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transacionados no mercado na data de referência. A evolução do justo valor dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

13. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Imóveis recebidos em dação em pagamento	145.780	138.310
Imóveis de serviço próprio para venda	2.605	3.225
Equipamento	1.753	1.992
Outros Imóveis	100	100
	<u>150.238</u>	<u>143.627</u>
Imparidade (Nota 23)	<u>(54.666)</u>	<u>(53.201)</u>
	<u>95.572</u>	<u>90.426</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na rubrica de "Ativos não correntes detidos para venda" no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 foi o seguinte:

	30-06-2017											
	31 de Dezembro de 2016				Imparidade (Nota 23)			Transferências		30 de Junho de 2017		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Dotações	Reposições	Utilizações	Valor bruto	Imparidade acumulada (Nota 23)	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Imóveis:												
Recebidos em dação em pagamento	138.310	(49.668)	27.681	(34.683)	(934)	2.012	6.269	14.472	(9.617)	145.780	(51.938)	93.842
Serviço próprio para venda e outros	3.225	(1.943)	379	(999)	(111)	7	699	-	-	2.605	(1.348)	1.257
Equipamento	1.992	(1.590)	263	(502)	(426)	214	422	-	-	1.753	(1.380)	373
Outros imóveis	100	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-	100
	143.627	(53.201)	28.323	(36.184)	(1.471)	2.233	7.390	14.472	(9.617)	150.238	(54.666)	95.572

O Banco tem como objetivo a venda de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como ativos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do custo

O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação/obsolescência funcional, física e económica verificada.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas, as quais se encontram credenciadas junto da Comissão dos Mercados dos Valores Mobiliários (CMVM).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)14. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	<u>368.479</u>	<u>378.374</u>

Durante o exercício de 2013, na sequência da subscrição de diversas unidades de participação, o Banco passou a consolidar pelo método de integração global o Fundo Imobiliário Novimovest cujo principal ativo são imóveis para arrendamento.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest apresentavam as seguintes características:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Terrenos		
Urbanizados	14.981	14.876
Não urbanizados	1.123	1.123
Projetos de Construção		
Outros Projetos de Construção	16.756	36.884
Construções acabadas		
Arrendadas	257.392	260.836
Não arrendadas	78.227	64.655
	<u>368.479</u>	<u>378.374</u>

Por outro lado, durante os primeiros semestres de 2017 e 2016, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest geraram, entre outros, os seguintes rendimentos e encargos anuais:

	<u>30-06-2017</u>	<u>30-06-2016</u>
Rendas	7.877	8.967
Condomínio	(632)	(664)
Conservação e reparação	(407)	(307)
Seguros	(114)	(126)
	<u>6.724</u>	<u>7.870</u>

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi como segue:

	<u>30-06-2017</u>				
	<u>Saldo a</u> 31 de dezembro de 2016	<u>Entradas</u>	<u>Valorização</u> a justo valor	<u>Alienações</u>	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	<u>378.374</u>	<u>-</u>	<u>(1.412)</u>	<u>(8.483)</u>	<u>368.479</u>

	<u>31-12-2016</u>				
	<u>Saldo a</u> 31 de Dezembro de 2015	<u>Entradas</u>	<u>Valorização</u> a justo valor	<u>Alienações</u>	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	<u>387.193</u>	<u>-</u>	<u>8.100</u>	<u>(16.919)</u>	<u>378.374</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O efeito da valorização ao justo valor dos imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados "Outros resultados de exploração – Mais / Menos valias em propriedades de investimento" (Nota 40).

As propriedades de investimento detidas pelo Banco são avaliadas, com uma periodicidade bianual, ou mais curta se entretanto tiver ocorrido um evento que suscite dúvidas quanto ao valor da última avaliação realizada, por entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 1.3.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	Nível 3	
	30-06-2017	31-12-2016
Propriedades de investimento	<u>368.479</u>	<u>378.374</u>

De acordo com os requisitos estabelecidos pela IFRS 13, apresenta-se abaixo para as propriedades de investimento com maior valor na carteira do Grupo em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, um resumo das suas principais características, das técnicas de valorização adotadas e dos *inputs* mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

Descrição do imóvel	Ocupação	Valor em 30-06-2017	Valor em 31-12-2016	Técnica de valorização	Inputs relevantes
Hotel Delfim - Alvor Hotel em Portimão	Arrendado	34.614	34.614	Método do rendimento	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
S <sup>o</sup> Cruz do Bispo - Lotes 1, 2 e 3 Terrenos em Matosinhos	Urbanizado	40.969	40.601	Método comparativo de mercado/ Método do Valor Residual	Taxa de capitalização Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
Galerias Saldanha Residence Centro Comercial em Lisboa	Arrendado	25.265	25.265	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2
Armazém em Perafita Armazém em Matosinhos	Arrendado	15.850	15.850	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Av. Antero de Quental, 9 Escritórios e loja em Ponta Delgada	Arrendado	11.942	12.173	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Estrada da Outurela, 119, Camaxide Escritórios em Oeiras	Arrendado	11.451	12.263	Método de rendimento / Método comparativo de mercado (2015) Método de rendimento / Método do custo (2014)	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Campos de Golf Vila Sol - G1 e G2 Campos de Golf em Loulé	Arrendado	12.180	12.033	Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Parque Logístico SPC Armazéns 1 e 4 Armazéns em Vila Franca de Xira	Arrendado (SPC 1) Não arrendado (SPC 4)	10.295	10.296	Método de rendimento / Método comparativo de mercado (2015) Método de rendimento / Método do custo (2014)	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Ailena - Valongo Terrenos Terrenos em Valongo	Não urbanizado	-	8.732	Método comparativo de mercado/ Método do custo/ Método do Valor Residual	Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
		<u>162.566</u>	<u>171.827</u>		

Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso se verifique um aumento dos custos de construção ou de comercialização, um aumento da taxa de capitalização, uma diminuição do valor de renda por metro quadrado ou uma diminuição da taxa de ocupação, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

15. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e 2016 pode ser apresentado da seguinte forma:

	30-06-2017													
	31-12-2016			Abates e vendas		Transferências		Amortizações	Perdas de	30-06-2017			Valor líquido	
	Valor	Amortizações	Imparidade (Nota 23)	Aquisições	Valor	Amortizações	De/Para ativos detidos para venda			do período	Imparidade (Nota 23)	Valor		Amortizações
	Bruto	Acumuladas			Bruto	Acumuladas	Valor	Amortizações	Bruto			Acumuladas	Bruto	Acumuladas
<b>Ativos tangíveis</b>														
<b>Imóveis</b>														
. Imóveis de serviço próprio	402.284	143.664	3.870	1.826	2.215	155	(10.223)	(3.519)	3.732	-	391.672	143.722	3.870	244.080
. Despesas em edifícios arrendados	148.941	141.295	-	-	151	154	(46)	(46)	1.331	-	148.744	142.426	-	6.318
. Outros imóveis	1.307	148	20	-	14	-	-	-	3	500	1.293	151	520	622
<b>Ativos tangíveis em curso</b>														
. Imóveis de serviço próprio	88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88	-	-	88
	<u>552.620</u>	<u>285.107</u>	<u>3.890</u>	<u>1.826</u>	<u>2.380</u>	<u>309</u>	<u>(10.269)</u>	<u>(3.565)</u>	<u>5.066</u>	<u>500</u>	<u>541.797</u>	<u>286.299</u>	<u>4.390</u>	<u>251.108</u>
<b>Equipamento</b>														
. Mobiliário e material	23.621	19.843	-	1.243	83	82	-	-	445	-	24.781	20.206	-	4.575
. Máquinas e ferramentas	6.027	5.462	-	103	3	3	-	-	75	-	6.127	5.534	-	593
. Equipamento informático	95.298	83.486	-	1.418	84	79	-	-	2.075	-	96.632	85.482	-	11.150
. Instalações interiores	28.458	15.404	-	1.738	21	15	(258)	(116)	1.085	-	29.917	16.358	-	13.559
. Material de transporte	20.470	9.800	-	743	2.483	1.735	-	-	947	-	18.730	9.012	-	9.718
. Equipamento de segurança	13.264	12.368	-	318	-	-	-	-	153	-	13.582	12.521	-	1.061
. Outro equipamento	5.546	4.706	-	200	1	1	-	-	119	-	5.745	4.824	-	921
. Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>192.684</u>	<u>151.069</u>	<u>-</u>	<u>5.763</u>	<u>2.675</u>	<u>1.915</u>	<u>(258)</u>	<u>(116)</u>	<u>4.899</u>	<u>-</u>	<u>195.514</u>	<u>153.937</u>	<u>-</u>	<u>41.577</u>
<b>Outros ativos tangíveis</b>														
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
. Património artístico	1.826	-	-	36	-	-	-	-	-	-	1.862	-	-	1.862
. Outros	3.464	3.463	-	-	1	1	-	-	-	-	3.463	3.462	-	1
	<u>5.571</u>	<u>3.744</u>	<u>-</u>	<u>36</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.606</u>	<u>3.743</u>	<u>-</u>	<u>1.863</u>
	<u>750.875</u>	<u>439.920</u>	<u>3.890</u>	<u>7.625</u>	<u>5.056</u>	<u>2.225</u>	<u>(10.527)</u>	<u>(3.681)</u>	<u>9.965</u>	<u>500</u>	<u>742.917</u>	<u>443.979</u>	<u>4.390</u>	<u>294.548</u>
<b>Ativos intangíveis</b>														
Software adquirido a terceiros	414.887	385.087	-	5.294	-	-	(225)	-	8.733	-	419.956	393.820	-	26.136
Ativos intangíveis em curso	2.894	-	-	2.141	-	-	225	-	-	-	5.260	-	-	5.260
Trespases	3.346	3.346	-	-	-	-	-	-	-	-	3.346	3.346	-	-
Diferenças de consolidação positivas	1.160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.160	-	-	1.160
	<u>422.287</u>	<u>388.433</u>	<u>-</u>	<u>7.435</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.733</u>	<u>-</u>	<u>429.722</u>	<u>397.166</u>	<u>-</u>	<u>32.556</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	30-06-2016															
	31-12-2015				Abates e vendas		Transferências De/Para ativos detidos para venda (Nota 13)		Amortizações do período	Perdas de Imparidade	Outros e Diferenças de câmbio		30-06-2016			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor líquido
Ativos tangíveis																
Imóveis																
. Imóveis de serviço próprio	387.162	139.061	3.843	4.995	-	-	(715)	(241)	3.541	36	(376)	(292)	391.066	142.069	3.879	245.118
. Despesas em edifícios arrendados	148.784	138.518	-	6	173	173	-	-	1.604	-	(3)	(3)	148.613	139.945	-	8.668
. Outros imóveis	1.293	287	20	-	-	-	-	-	63	-	-	-	1.293	350	20	923
Ativos tangíveis em curso																
. Imóveis de serviço próprio	9.034	-	-	5.282	-	-	-	-	-	-	-	-	14.317	-	-	14.317
	<u>546.273</u>	<u>277.866</u>	<u>3.863</u>	<u>10.284</u>	<u>173</u>	<u>173</u>	<u>(715)</u>	<u>(241)</u>	<u>5.208</u>	<u>36</u>	<u>(379)</u>	<u>(295)</u>	<u>555.289</u>	<u>282.364</u>	<u>3.899</u>	<u>269.026</u>
Equipamento																
. Mobiliário e material	20.840	19.129	-	1.010	46	46	-	-	370	-	(1)	(1)	21.803	19.452	-	2.351
. Máquinas e ferramentas	5.555	5.462	-	13	45	45	-	-	19	-	(1)	(1)	5.522	5.435	-	87
. Equipamento informático	98.949	89.608	-	3.919	10.307	10.306	-	-	2.099	-	-	-	92.562	81.401	-	11.161
. Instalações interiores	24.740	13.551	-	1.267	4	4	(1)	(1)	939	-	-	-	26.002	14.484	-	11.517
. Material de transporte	21.848	11.720	-	1.159	3.608	3.556	-	-	949	-	(2)	(2)	19.397	9.111	-	10.286
. Equipamento de segurança	12.669	12.172	-	123	-	-	-	-	87	-	-	-	12.791	12.259	-	532
. Outro equipamento	5.320	4.472	-	89	-	-	-	-	117	-	-	-	5.409	4.589	-	820
. Ativos tangíveis em curso	14	-	-	164	-	-	-	-	-	-	-	-	178	-	-	178
	<u>189.935</u>	<u>156.114</u>	<u>-</u>	<u>7.745</u>	<u>14.010</u>	<u>13.957</u>	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>	<u>4.580</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>(3)</u>	<u>183.665</u>	<u>146.732</u>	<u>-</u>	<u>36.933</u>
Outros ativos tangíveis																
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
. Património artístico	1.829	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.829	-	-	1.829
. Outros	3.464	3.464	-	-	-	-	-	-	-	-	51	51	3.515	3.515	-	-
	<u>5.574</u>	<u>3.745</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>51</u>	<u>51</u>	<u>5.625</u>	<u>3.796</u>	<u>-</u>	<u>1.829</u>
	<u>741.782</u>	<u>437.724</u>	<u>3.863</u>	<u>18.029</u>	<u>14.183</u>	<u>14.130</u>	<u>(717)</u>	<u>(242)</u>	<u>9.788</u>	<u>36</u>	<u>(332)</u>	<u>(248)</u>	<u>744.579</u>	<u>432.892</u>	<u>3.899</u>	<u>307.788</u>
Ativos intangíveis																
Software adquirido a terceiros	393.964	368.693	-	8.434	19	-	-	-	7.885	-	-	-	402.379	376.577	-	25.802
Ativos intangíveis em curso	5.782	-	-	2.239	-	-	-	-	-	-	-	-	8.022	-	-	8.022
Trespases	3.345	3.345	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.345	3.345	-	-
	<u>403.091</u>	<u>372.037</u>	<u>-</u>	<u>10.674</u>	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.885</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>413.746</u>	<u>379.922</u>	<u>-</u>	<u>33.824</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)16. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017		31-12-2016	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
Investimentos em associadas				
No país				
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	25,81	1.855	25,81	1.855
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,50	28.148	21,50	29.916
Lusimovest	25,76	24.900	25,76	24.328
		<u>54.903</u>		<u>56.099</u>
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 23)				
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.		(1.500)		(1.500)
		<u>53.403</u>		<u>54.599</u>

A participação na Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. é detida indiretamente pelo Banco por via da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A..

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os investimentos financeiros detidos na Unicre incluíam goodwill. O teste de imparidade efetuado ao goodwill na Unicre não evidenciou perdas de imparidade neste investimento financeiro.

17. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Ativos por impostos correntes		
IRC a recuperar	<u>23.290</u>	<u>12.720</u>
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	1.139	7.662
Outros	42.381	2.188
	<u>43.520</u>	<u>9.850</u>
Ativos por Impostos diferidos		
Relativos a diferenças temporárias	<u>311.351</u>	<u>366.992</u>
Passivos por Impostos diferidos		
Relativos a diferenças temporárias	99.429	73.819
Prejuízos fiscais reportáveis	3.047	3.148
	<u>102.476</u>	<u>76.967</u>

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Ativos por impostos correntes – IRC a recuperar” incluía 8.437 m.euros e 7.858 m.euros, respetivamente, pagos pelo Banco relativos a correções efetuadas pela Administração Tributária às suas declarações de impostos de exercícios anteriores. Por não concordar com os motivos daquelas correções, o Banco registou estes pagamentos como um ativo e apresentou reclamações graciosas relativamente às mesmas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2017</u>	<u>30-06-2016</u>
Impostos correntes:		
Do semestre	(39.292)	(28.875)
Contribuição especial sobre o setor bancário	(21.580)	(19.633)
Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE's)	(1.326)	(563)
Outros	12.410	11.445
	<u>(49.788)</u>	<u>(37.626)</u>
Impostos diferidos:		
Registo e reversão de diferenças temporárias, líquido	(13.707)	(43.840)
	<u>(63.495)</u>	<u>(81.466)</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos ativos e passivos durante no período findo em 30 de junho de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 pode ser apresentado da seguinte forma:

	<u>30-06-2017</u>			<u>Saldos em 30-06-2017</u>
	<u>Saldos em 31-12-2016</u>	<u>Outro rendimento integral</u>	<u>Resultados</u>	
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
Ativos	171.032	-	(8.072)	162.960
Passivos relativos a menos-valias potenciais	(4.931)	-	12	(4.919)
Reavaliação de ativos tangíveis	(3.148)	-	102	(3.046)
Pensões:				
Reformas antecipadas	21.078	-	2.549	23.627
Pensões de reforma e desvios actuariais	83.578	-	(7.945)	75.633
Transferência de responsabilidades com pensões para a segurança social	4.536	-	(152)	4.384
Operações de titularização:				
Prémio/desconto em dívida emitida	(162)	-	13	(149)
Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(8.146)	-	(213)	(8.359)
Resultados em compras de títulos intragrupo	(24.745)	-	268	(24.477)
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	(1.227)	-	(201)	(1.428)
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	5.127	(336)	-	4.791
Ativos financeiros disponíveis para venda	34.664	(67.106)	-	(32.442)
Diferimento de comissões	2.604	-	525	3.129
Valias fiscais não contabilísticas	(1.505)	-	(75)	(1.580)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	1.864	-	(17)	1.847
Plano de incentivos de longo prazo	2.092	-	84	2.176
Custos de Incorporação	7.314	-	(585)	6.728
	<u>290.025</u>	<u>(67.442)</u>	<u>(13.707)</u>	<u>208.875</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	30-06-2016			Saldos em 30-06-2016
	Saldos em 31-12-2015	Outro rendimento integral	Resultados	
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
Ativos	220.997	-	(19.498)	201.499
Passivos relativos a menos-valias potenciais	(1.818)	-	-	(1.818)
Reavaliação de ativos tangíveis	(3.311)	-	69	(3.242)
Pensões:				
Reformas antecipadas	23.096	-	(56)	23.040
Pensões de reforma e desvíos actuariais	101.629	-	(10.817)	90.812
Transferência de responsabilidades com pensões para a segurança social	4.838	-	(151)	4.687
Prémio de antiguidade	10.861	-	(257)	10.604
Operações de titularização:				
Prémio/desconto em dívida emitida	(185)	-	13	(172)
Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(4.271)	-	(279)	(4.550)
Resultados em compras de títulos intragrupo	(21.642)	-	(2.206)	(23.848)
Valorizações e ajustamentos temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	(559)	-	(357)	(916)
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	132	2.928	-	3.060
Ativos financeiros disponíveis para venda	(51.701)	43.240	-	(8.461)
Diferimento de comissões	1.870	-	381	2.251
Valias fiscais não contabilísticas	(1.540)	-	17	(1.523)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(330)	-	-	(330)
Plano de incentivos de longo prazo	1.962	-	85	2.047
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	15.369	-	(10.783)	4.586
	<u>295.397</u>	<u>46.168</u>	<u>(43.840)</u>	<u>297.725</u>

Na sequência da alteração da legislação fiscal para o ano de 2015, o Banco passou em 2014 a apurar e a registar os ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis a uma taxa de 21% e os impostos diferidos associados a diferenças temporárias a uma taxa de 29%.

Os dividendos distribuídos ao Banco por empresas filiais e associadas localizadas em Portugal ou em Estado Membro da União Europeia não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objeto de inspeção fiscal até ao exercício de 2013, inclusive. Como resultado da inspeção ao ano de 2013, foi sujeito a uma liquidação adicional em sede de IRC relativa a tributação autónoma e a diversas correções ao prejuízo fiscal apurado naquele exercício. Em sede de Imposto do Selo, o Banco foi sujeito igualmente a uma liquidação adicional. As correções efetuadas à matéria coletável abrangeram diversas matérias, incluindo, entre outras, ajustamentos relativos ao reconhecimento fiscal dos desvíos atuariais e ajustamentos relativos às utilizações de provisões para crédito vencido. Parte destas correções são meramente temporárias.

Quanto às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objeto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de "Provisões" do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objeto, bem como às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 23).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 2015 o Banco aplicou o regime de neutralidade fiscal ao resultado apurado na compra de parte significativa da atividade do ex-Banif. É convicção do Conselho de Administração do Banco que o requerimento efetuado ao Ministro das Finanças será despachado favoravelmente, sendo que em qualquer caso o Conselho de Administração tem igualmente a convicção que o resultado em causa não é sujeito a tributação nos termos do Código do IRC.

18. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros	6.270	6.612
IVA a recuperar	7.859	6.315
Devedores por bonificações a receber	11.313	12.993
Outros devedores	36.984	37.925
Devedores e outras aplicações - capital e juro vencido	8.878	9.304
Contratos de suprimentos		
Fafer - Empreendimentos Urbanísticos Construção, S.A.	364	364
Gestínsua - Aquisições e alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
Propaço - Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda	-	2.068
Outros	-	23.083
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	3.073	3.062
Promessas em dação, arrematações e outros ativos em dação em pagamento	126.449	136.349
Rendimentos a receber e receitas com rendimento diferido	24.625	37.553
Despesas com encargo diferido	2.537	2.783
Operações ativas a regularizar	468.395	582.826
	<u>696.873</u>	<u>861.363</u>
Perdas por imparidade (Nota 23)		
Devedores e outras aplicações		
Devedores e outras aplicações	(7.919)	(7.973)
Devedores, contas de regularização e outros ativos		
Activos recebidos em dação em pagamento	(36.046)	(41.547)
Imoveis Proprios para desinvestimento	(20.220)	(19.314)
Suprimentos	(486)	(25.489)
Outros ativos e contas de regularização	(39.634)	(45.260)
	<u>(104.305)</u>	<u>(139.583)</u>
	<u>592.568</u>	<u>721.780</u>

A rubrica “Devedores e outras aplicações - Devedores por operações sobre futuros” refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais relativamente à atividade de “trading” de futuros. As contas margem de futuros de clientes estão registadas na rubrica “Outros passivos – Credores e outros recursos - Credores por operações sobre futuros” (Nota 26).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Devedores e outras aplicações - Devedores e outras aplicações – capital vencido” incluía 6.224 m.euros e 6.268 m.euros, respetivamente, relativos a rendas vencidas de imóveis arrendados pelo Fundo Novimovest.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Rendimentos a receber” incluía maioritariamente comissões a receber de seguradoras pela comercialização dos seus seguros (Nota 44).

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Outros” inclui operações ativas/(passivas) a liquidar conforme se detalha de seguida:

	30-06-2017		31-12-2016	
	Outros ativos	Outros passivos (Nota 26)	Outros ativos	Outros passivos (Nota 26)
Juros a receber de swaps contratados com entidades do sector público português	394.152	-	533.487	-
Cheques, valores em trânsito e outras transacções a regularizar	26.767	(51.049)	-	(96.284)
Transferências no âmbito do SEPA	27.322	(137.683)	-	(82.610)
Saldos a regularizar em ATM's	2.834	-	-	-
Outros	17.320	(7.886)	49.339	-
	<u>468.395</u>	<u>(196.618)</u>	<u>582.826</u>	<u>(178.894)</u>

19. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Recursos do Banco de Portugal		
Depósitos	3.076.000	2.446.000
Recursos de Outros Bancos Centrais		
Depósitos	4.638	4.694
	<u>3.080.638</u>	<u>2.450.694</u>

20. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Recursos de Instituições de Crédito no País		
Depósitos	167.932	115.607
Outros recursos	614	3.301
Juros a pagar	70	8
	<u>168.616</u>	<u>118.916</u>
Recursos de Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Recursos consignados	750.000	600.063
Recursos a muito curto prazo	-	4.088
Depósitos	79.913	89.899
Operações de venda com acordo de recompra	1.396.210	1.078.860
Outros recursos	41.083	131.387
Juros a pagar	84	86
Receitas com rendimento diferido	45	80
	<u>2.267.335</u>	<u>1.904.463</u>
	<u>2.435.951</u>	<u>2.023.379</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra”, tem a seguinte composição por tipo de ativo subjacente às operações de venda com acordo de recompra:

Tipo de subjacente	30-06-2017			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferidos	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	628.206	(21)	(16)	628.169
Dívida não subordinada	177.750	(26)	(35)	177.689
Obrigações emitidas por não residentes	590.348	(2)	6	590.352
	<u>1.396.304</u>	<u>(49)</u>	<u>(45)</u>	<u>1.396.210</u>
Tipo de subjacente	31-12-2016			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferidos	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	877.472	(40)	(80)	877.352
Obrigações emitidas por não residentes	201.508	-	-	201.508
	<u>1.078.980</u>	<u>(40)</u>	<u>(80)</u>	<u>1.078.860</u>

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro - Outros recursos” incluía 750.000 m. euros e 600.000 m.euros, respetivamente, relativos a recursos captados junto do Banco Europeu de Investimento.

21. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Depósitos a prazo	12.906.103	12.961.964
Depósitos à ordem	11.897.891	11.224.579
Outros recursos de clientes	2.121.028	2.400.247
Depósitos de Poupança	1.369.334	1.730.071
Depósitos com pré-aviso	38.243	38.987
	<u>28.332.599</u>	<u>28.355.848</u>
Juros e custos a pagar	29.972	43.342
Cheques e ordens a pagar	92.142	108.994
Corecções de valor por operações de cobertura	5.921	5.294
	<u>128.035</u>	<u>157.630</u>
	<u>28.460.634</u>	<u>28.513.478</u>



22. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	6.950.000	6.950.000
Readquiridas	(4.450.000)	(4.450.000)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	(10.886)	11.882
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização		
Emitidas	3.441.116	4.509.231
Readquiridas	(2.219.683)	(3.061.174)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	(75.766)	(80.675)
Obrigações de caixa		
Emitidas	-	25.005
Readquiridas	-	(8.983)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	-	1.242
	<u>3.634.781</u>	<u>3.896.528</u>
Outros		
Programa EMTN	26.288	28.460
Juros a pagar	229	254
	<u>26.517</u>	<u>28.714</u>
Correções de valor por operações de cobertura	-	160
	<u>3.661.298</u>	<u>3.925.402</u>

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações de caixa encontram-se descritas no Anexo I.

Entre maio de 2008 e junho de 2017, o BST procedeu a vinte e duas emissões de obrigações hipotecárias ao abrigo do programa “€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme”. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as obrigações hipotecárias tinham um património autónomo constituído por:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Crédito a Clientes	8.082.149	8.051.500
Juros de Crédito	6.558	6.593
Comissões	(39.543)	(38.367)
Despesas com encargo diferido	5.401	5.847
	<u>8.054.565</u>	<u>8.025.573</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nas obrigações hipotecárias e de caixa e outra dívida emitida pelo Banco durante o primeiro semestre de 2017 e o exercício de 2016 foi o seguinte:

	Certificados de depósito	Obrigações em circulação		Programa EMTN	
		Emitidas	Readquiridas	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de dezembro de 2015	52.392	6.810.189	(4.293.983)	200.167	(3.047)
. Emissões efetuadas	-	2.950.000	-	-	-
. Emissões reembolsadas	(51.141)	(2.785.000)	2.785.000	(172.612)	3.047
. Emissões readquiridas	-	-	(2.950.000)	-	-
. Variação cambial	(1.251)	(184)	-	905	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	6.975.005	(4.458.983)	28.460	-
. Emissões efetuadas	-	1.000.000	-	-	-
. Emissões reembolsadas	-	(1.024.800)	8.983	-	-
. Variação cambial	-	(205)	-	(2.172)	-
Saldos em 30 de junho de 2017	-	6.950.000	(4.450.000)	26.288	-

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2017 e o exercício de 2016 nas obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização foi o seguinte:

	Obrigações em circulação	
	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.758.634	(3.401.765)
. Reembolsadas	(1.249.403)	599.227
. Readquiridas		
. Hipototta 4 - Classe A	-	(28.165)
. Hipototta 5 - Classe A2	-	(137.539)
. Atlantes Mortgage 3 - Classe A	-	(91.932)
. Azor Mortgage 1 - Classe C	-	(500)
. Azor Mortgage 1 - Classe B	-	(500)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.509.231	(3.061.174)
. Reembolsadas	(1.068.115)	859.783
. Readquiridas		
. Hipototta 4 - Classe A	-	(18.292)
	-	(18.292)
Saldos em 30 de junho de 2017	3.441.116	(2.219.683)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

## 23. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E NA IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade durante os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017				30-06-2017
	31-12-2016	Dotações	Reversões	Utilizações	
Provisões para contingências fiscais	11.802	-	-	-	11.802
Provisões para pensões e outros encargos	85.982	25.239	-	(37.575)	73.646
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	21.547	5.773	(4.060)	-	23.260
Outras provisões	101.519	42.879	(61.745)	(9.037)	73.616
	<u>220.850</u>	<u>73.891</u>	<u>(65.805)</u>	<u>(46.612)</u>	<u>182.324</u>
	2016				30-06-2016
	31-12-2015	Dotações	Reversões	Utilizações	
Provisões para contingências fiscais	12.063	600	-	-	12.663
Provisões para pensões e outros encargos	99.444	435	-	(20.469)	79.410
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	11.187	630	(1.158)	-	10.659
Outras provisões	200.396	15.882	(15.440)	(53.185)	147.653
	<u>71.988</u>	<u>17.547</u>	<u>(16.598)</u>	<u>(73.654)</u>	<u>250.385</u>

	2017					30-06-2017	Recuperações de crédito vencido em resultados
	31-12-2016	Perdas de imparidade	Reversões de perdas de imparidade	Transferências e outros	Utilizações		
Imparidade para crédito a clientes (Nota 10)							
Crédito interno	696.237	493.888	(607.749)	-	(12.009)	570.367	-
Crédito ao exterior	28.761	-	-	-	(28.761)	-	-
Crédito a Clientes titularizados não desreconhecidos	10.719	362	(2.145)	-	-	8.936	-
Outros Créditos e valores a receber titulados	4.053	2.081	-	-	-	6.134	-
Imparidade para crédito e juros vencidos							
Crédito a clientes							-
. Crédito ao exterior	713.229	333.637	(108.433)	-	(243.841)	694.592	2.651
. Crédito a clientes titularizados não desreconhecidos	59.244	4.962	(10.037)	-	(34.479)	19.690	-
. Crédito ao exterior	147.560	14.122	(103.148)	5.279	(968)	62.845	-
Outros créditos e valores a receber titulados	3.000	-	-	-	(3.000)	-	-
	<u>1.662.803</u>	<u>849.052</u>	<u>(831.512)</u>	<u>5.279</u>	<u>(323.058)</u>	<u>1.362.564</u>	<u>2.651</u>
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	61.370	25	(189)	-	(415)	60.791	-
Imparidade por investimentos em associadas (Nota 16)	1.500	-	-	-	-	1.500	-
	<u>62.870</u>	<u>25</u>	<u>(189)</u>	<u>-</u>	<u>(415)</u>	<u>62.291</u>	<u>-</u>
Imparidade em activos não financeiros							
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 13)	53.201	1.471	(2.233)	9.617	(7.390)	54.666	-
Ativos tangíveis (Nota 15)	3.890	500	-	-	-	4.390	-
Outros ativos (Nota 18)	139.583	9.808	(33.232)	(9.617)	(2.237)	104.305	-
	<u>196.674</u>	<u>11.779</u>	<u>(35.465)</u>	<u>-</u>	<u>(9.627)</u>	<u>163.361</u>	<u>-</u>
	<u>1.922.347</u>	<u>860.856</u>	<u>(867.166)</u>	<u>5.279</u>	<u>(333.100)</u>	<u>1.588.216</u>	<u>2.651</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	30-06-2016					30-06-2016	Recuperações de imparidade
	31-12-2015	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	Outros		
Imparidade para crédito a clientes							
Crédito interno	1.061.142	72.112	(44.328)	(36.726)	-	1.052.200	-
Crédito ao exterior	2.420	-	-	-	-	2.420	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	9.382	136	(120)	-	-	9.398	-
Outros créditos e valores a receber titulados	5.891	41	-	-	-	5.932	-
Imparidade para crédito e juros vencidos							
Crédito interno	984.626	64.840	(44.772)	(183.949)	(3.181)	817.564	(1.289)
Crédito ao exterior	90.169	505	(4.470)	(2.767)	-	83.437	(28)
Créditos titularizados não desreconhecidos	190.746	3.187	(3.458)	(730)	(135)	189.610	-
Outros créditos e valores a receber titulados	1.110	-	(1.090)	-	-	20	-
	<u>2.345.486</u>	<u>140.821</u>	<u>(98.238)</u>	<u>(224.172)</u>	<u>(3.316)</u>	<u>2.160.581</u>	<u>(1.317)</u>
Imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda	82.161	13.497	(11.308)	(12.722)	-	71.628	-
Imparidade em investimentos em associadas	1.500	-	-	-	-	1.500	-
	<u>63.443</u>	<u>13.497</u>	<u>(11.308)</u>	<u>(12.722)</u>	<u>-</u>	<u>73.128</u>	<u>-</u>
Ativos não correntes detidos para venda	120.839	10.600	(1.977)	(8.479)	-	120.983	-
Ativos tangíveis	3.863	36	-	-	-	3.899	-
Outros ativos	76.482	5.519	(5.230)	(1.160)	22.580	98.191	-
	<u>151.997</u>	<u>16.155</u>	<u>(7.207)</u>	<u>(9.639)</u>	<u>22.580</u>	<u>223.073</u>	<u>-</u>
	<u>1.377.058</u>	<u>170.473</u>	<u>(116.753)</u>	<u>(246.533)</u>	<u>19.264</u>	<u>2.456.782</u>	<u>(1.317)</u>

Em 30 de Junho de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, as provisões para pensões e outros encargos apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Planos de reestruturação	49.740	62.315
Plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 47)	23.906	23.667
	<u>73.646</u>	<u>85.982</u>

24. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Unidades de participação no Fundo Novimovest não detidas pelo banco	69.018	69.220
	<u>69.018</u>	<u>69.220</u>

25. PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	270.447	270.447
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	13.818	13.818
Obrigações Perpétuas subordinadas CPP 2001	4.275	4.275
Banco Santander Totta SA 7.5%	7.599	7.599
	<u>296.139</u>	<u>296.139</u>
Títulos readquiridos	(284.265)	(284.265)
Juros a pagar	441	159
	<u>12.315</u>	<u>12.033</u>

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

26. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros	6.270	6.612
Recursos diversos		
Recursos conta activa	78.970	81.314
Recursos conta caução	1.295	807
Outros recursos	1.489	1.497
Sector público administrativo		
IVA a pagar	2.246	3.553
Retenção de impostos na fonte	16.316	17.612
Contribuições para a Segurança Social	4.545	5.265
Outros	895	757
Cobrança por conta de terceiros	178	178
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.632	1.685
Credores diversos		
Credores por contratos de factoring	23.575	27.934
Credores por fornecimentos de bens	11.669	5.272
Outros credores	29.131	28.464
Relativos ao pessoal		
Férias e subsidio de férias	25.566	33.933
Outras remunerações variáveis	21.257	29.190
Outros custos com pessoal	9.166	165
Gastos gerais administrativos	71.488	69.614
Outros	10.280	18.298
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 45)		
Responsabilidades totais do BST		
Fundo Pensões BST	953.524	932.276
Fundo Pensões de Sucursal de Londres	46.878	49.894
Fundo Pensões ex-Banif	139.906	139.906
Valor Patrimonial do Fundo de Pensões		
Fundo Pensões BST	(937.232)	(932.465)
Fundo Pensões de Sucursal de Londres	(36.514)	(37.501)
Fundo Pensões ex-Banif	(115.823)	(115.823)
Outras receitas com rendimento diferido	2.535	12.339
Operações passivas a regularizar	7.649	1.804
Outros (Nota 18)	196.618	178.894
	<u>573.509</u>	<u>561.474</u>

27. CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital social do Banco estava representado por 1.256.723.284 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes acionistas:

	Número de ações	% de participação	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	1.241.179.513	98,76%	1.241.180
Taxagest, SGPS, S.A. (ações próprias)	14.593.315	1,16%	14.593
Ações próprias	305.330	0,02%	305
Outros	645.126	0,05%	645
	<u>1.256.723.284</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.256.723</u>

Em 23 de março de 2016 e 30 de dezembro de 2015, o Banco realizou aumentos de capital, mediante a emissão de 300.000.000 novas ações em cada uma das datas.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão, que ascendem a 193.390 m.euros, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de ações próprias.

Os “Outros instrumentos de capital” referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo acionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Aquelas prestações poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

No primeiro semestre de 2016 o Banco procedeu à distribuição de dividendos no montante de 178.287 m.euros (montante líquido dos dividendos afetos a ações próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,1419 euros por ação.

No primeiro semestre de 2017 o Banco procedeu à distribuição de dividendos no montante de 348.667 m.euros (montante líquido dos dividendos afetos a ações próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,2774 euros por ação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	120.030	(110.983)
De investimentos detidos até à maturidade (Nota 11)	(7.575)	(7.992)
De ativos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalencia patrimonial	526	202
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(16.521)	(17.682)
Ganhos e perdas atuariais (Nota 45)		
Fundo de Pensões do BST	(685.314)	(695.584)
Fundo de Pensões da Sucursal de Londres do BST	(13.924)	(16.172)
Fundo de Pensões do ex-Banif	(4.826)	(4.826)
Ganhos e perdas atuariais de sociedades em equivalência patrimonial	(2.485)	(2.691)
Reservas reavaliação legais	23.245	23.245
	<u>(586.844)</u>	<u>(832.483)</u>
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De ativos financeiros disponíveis para venda	(32.442)	34.664
De ativos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalencia patrimonial	(134)	(51)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	4.791	5.127
Impacto fiscal dos desvios atuariais	186.179	186.179
Impacto fiscal por alterações de política contabilística de sociedades em equivalência patrimonial	673	725
Relativas à reavaliação de ativos tangíveis	(3.148)	(3.311)
	<u>155.919</u>	<u>223.333</u>
	<u>(430.925)</u>	<u>(609.150)</u>

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98 de 11 de fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo tendo aumentado o respetivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente 23.245 m.euros, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efetuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica de “Outras reservas e resultados transitados” tinha a seguinte composição:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Reserva legal	344.749	311.098
Outras reservas		
Reservas de sociedades consolidadas	358.856	238.051
Reservas de sociedades em equivalência patrimonial	3.006	9.782
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e BSP	541.334	541.334
Por incorporação do BSN	35.405	35.405
Por incorporação do TottaFIC	90.520	90.520
Outras reservas	265	83
Resultados transitados	609.741	726.339
	<u>1.983.876</u>	<u>1.952.612</u>

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, o BST constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da atividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)28. RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO

No primeiro semestre de 2017 e 2016, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	30-06-2017		30-06-2016	
	Resultado líquido do período	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do período	Contribuição para o resultado consolidado
Resultado do semestre do BST (atividade individual)	348.903	348.903	175.442	175.442
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
Totta Ireland, Plc.	6.541	6.541	12.234	12.234
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	3.094	2.453	4.207	3.319
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	9.357	2.012	10.386	2.233
Gama STC	-	-	2.125	2.125
Totta Urbe, Empresa de Administração e Construções, S.A.	612	612	425	425
Banif International Bank, LTD	4.453	4.453	218	218
Totta & Açores, Inc. - Newark	-	-	(753)	(753)
Santotta - Internacional, SGPS, S.A.	-	-	(623)	(623)
Atlantes Mortgage 1	(1.563)	(1.563)	(584)	(584)
Lusimovest Fundo de Investimento Imobiliário	2.222	573	-	-
Taxagest, S.A.	(1)	(1)	1	1
	<u>24.715</u>	<u>15.080</u>	<u>27.636</u>	<u>18.595</u>
<b>Ajustamentos aos resultados consolidados</b>				
.Anulação de dividendos intragrupo recebidos:				
Totta Ireland, Plc.		(10.800)		(10.020)
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.		(4.171)		(5.573)
Santotta - Internacional, SGPS, S.A.		(96.500)		-
		<u>(111.471)</u>		<u>(15.593)</u>
.Ajustamentos relacionados com operações de titularização		(27.897)		5.759
.Dissolução do BSTI		-		8.806
.Dissolução da Totta & Açores, Inc.		-		93
.Outros		(2.105)		(298)
Resultado consolidado do período		<u>222.510</u>		<u>192.804</u>

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

	30-06-2017	30-06-2016
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do BST	222.510	192.804
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas	1.256.723.284	1.113.316.691
Número médio ponderado de ações próprias em carteira	14.898.645	14.883.750
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	1.241.824.639	1.098.432.941
Resultado por ação básico atribuível aos accionistas do BST (em euros)	0,18	0,18

Os resultados por ação básicos são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)29. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o valor das participações de terceiros em empresas do Grupo tem a seguinte distribuição por entidade:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
TAXAGEST	557	557
Outros	119	113
	<u>676</u>	<u>670</u>

30. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.370.940	1.386.997
Créditos documentários abertos	276.023	265.987
Ativos dados em garantia		
Banco de Portugal	135.220	140.412
Fundo de garantia de depósitos	79.826	71.443
Sistema de indemnização aos investidores	6.140	5.496
Ativos dados em garantia por operações de política monetária	9.033.443	10.485.995
	<u>10.901.592</u>	<u>12 356 330</u>
Compromissos perante terceiros		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	4.189.443	4.591.949
Irrevogáveis	737.334	536.938
Fundo de Garantia de Depósitos	63.655	63.655
Sistema de Indemnização aos Investidores	4.799	4.586
Outros compromissos revogáveis	215	215
	<u>4.995.446</u>	<u>5 197 343</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	23.416.660	22.420.417
Valores recebidos para cobrança	113.126	107.175
Outros valores	4	4
	<u>23.529.790</u>	<u>22 527 596</u>

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, foi criado em novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objetivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efetuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de janeiro de 1995. Exceto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Até 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, tendo assumido igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a 63.655 m.euros. Os ativos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se refletidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. No primeiro semestre de 2017 e 2016, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de 21 m.euros e 12 m.euros, respetivamente (Nota 40).

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, estas responsabilidades ascendiam a 4.799 m.euros e 4.586 m.euros, respetivamente.

31. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais		
No Banco de Portugal	-	27
Sobre instituições de crédito no estrangeiro	15	6
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no país	1.408	1.647
Em instituições de crédito no estrangeiro	4.145	14.241
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	246.025	270.022
Crédito ao exterior	6.453	6.828
Outros créditos e valores a receber (titulados)	39.165	45.036
Ativos titularizados não desreconhecidos	15.303	41.899
Proveitos por comissões associadas ao custo amortizado	21.209	19.716
Juros de crédito vencido	6.407	5.808
Juros e rendimentos similares de outros ativos financeiros		
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.193
Ativos financeiros disponíveis para venda	62.431	74.917
Investimentos detidos até á maturidade	3.271	5.183
Derivados de cobertura	128.106	77.994
Outros juros e rendimentos similares		
Swap agreements	-	9.144
Outros	2.216	912
	<u>536.154</u>	<u>574.573</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)32. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros de recursos de bancos centrais		
Recursos do Banco de Portugal	1.725	3.870
Juros de recursos de outras Instituições de Crédito		
No país	92	2.321
No estrangeiro	1.145	4.254
Depósitos de Clientes		
Depósitos		
De residentes	31.340	65.677
De não residentes	3.105	3.521
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Certificados de depósito	-	714
Obrigações	18.261	29.763
Outras responsabilidades representadas por títulos	339	70
Juros de passivos subordinados		
Empréstimos subordinados	315	36
Juros de derivados de cobertura	133.324	75.767
Swap agreements	-	12.334
Outros juros e encargos similares	2.242	788
Comissões pagas associadas ao custo amortizado		
Responsabilidades representadas por títulos	4.862	5.476
	<u>196.750</u>	<u>204.591</u>

33. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos e a rendimentos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda:		
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	2.799	-
BANIF Property	-	280
Unicampos	49	43
Outros	15	7
	<u>2.863</u>	<u>330</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)34. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	7.938	9.348
Créditos documentários abertos	1.341	2.005
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros		
Irrevogáveis	56	201
Revogáveis	1.494	178
Por serviços bancários prestados		
Depósito e guarda de valores	2.245	2.319
Cobrança e administração de valores	5.739	6.252
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	9.583	8.933
Transferência de valores	782	592
Por transações de cartões	41.478	33.475
Anuidades	11.773	10.173
Operações de crédito	23.082	17.963
Outros serviços prestados	140	1.574
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	8.939	9.203
Outras	114	83
Outras comissões recebidas		
Seguradoras (Nota 44)	46.636	44.290
Depósitos á Ordem	23.854	15.318
Cheques	5.535	3.948
Outras	7.138	24.473
	<u>197.867</u>	<u>190.328</u>

35. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	1.909	754
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Cobrança e administração de valores	648	1.560
Transações de clientes	21.881	21.090
Operações de crédito	5.034	5.117
Outros serviços prestados	2.329	2.605
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Títulos	922	841
Outras	710	760
Outras comissões pagas	134	281
	<u>33.567</u>	<u>33.008</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)36. RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos de capital	(57)	41
Instrumentos derivados :		
"Swaps":		
. Contratos de taxa de câmbio	(105)	(344)
. Contratos de taxa de juro	(3.554)	(34.220)
. Contratos sobre cotações	(670)	347
Opções :		
. Contratos de taxa de câmbio	121	183
. Contratos sobre cotações	1.738	108
Contratos de garantia de taxa de juro	151	401
	<u>(2.376)</u>	<u>(33.484)</u>
Derivados de cobertura :		
"Swaps":		
. Contratos de taxa de juro	7.891	(29.768)
. Contratos sobre cotações	2.199	3.880
Opções "Autocallable"	279	618
Correcções de valor de ativos e passivos objecto de cobertura	<u>(10.411)</u>	<u>25.235</u>
	<u>(42)</u>	<u>(35)</u>
	<u>(2.418)</u>	<u>(33.519)</u>

37. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2017</u>			<u>2016</u>		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
Dívida pública nacional	35.535	-	35.535	83.590	(1.721)	81.869
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor	107	(6)	101	8.180	(8)	8.172
Valorizados ao custo histórico	55	(1)	54	478	-	478
	<u>35.697</u>	<u>(7)</u>	<u>35.690</u>	<u>92.248</u>	<u>(1.729)</u>	<u>90.519</u>

No primeiro semestre de 2017 e 2016, os ganhos registados na rubrica "Ativos financeiros disponíveis para venda" foram justificados, essencialmente, pela alienação de Obrigações do Tesouro portuguesas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)38. RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ganhos na reavaliação da posição cambial	48.585	181.061
Ganhos cambiais em investimentos em entidades estrangeiras	-	1.717
Perdas na reavaliação da posição cambial	(44.160)	(178.376)
	<u>4.425</u>	<u>4.402</u>

39. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ganhos na alienação de créditos a clientes (Nota 10)	11.334	12.658
Ganhos na recompra pelo Banco de obrigações emitidas em operações de titularização	-	8.678
Ganhos em ativos não correntes detidos para venda	4.848	4.162
Ganhos em outros ativos tangíveis	5.834	2.271
Outros ganhos em operações financeiras	233	19
	<u>22.249</u>	<u>27.788</u>
Perdas em outros ativos tangíveis	(6.979)	(936)
Perdas na alienação de créditos a clientes (Nota 10)	(466)	(131)
Perdas em ativos não correntes detidos para venda	(41)	(272)
Outras perdas em operações financeiras	(715)	(60)
	<u>(8.201)</u>	<u>(1.399)</u>
	<u>14.048</u>	<u>26.389</u>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)40. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rendimentos e receitas operacionais		
Rendas auferidas	7.996	9.097
Mais valias não realizadas em propriedades de investimento	17.556	4.637
Reembolso de despesas	1.363	4.033
Rendimentos da prestação de serviços diversos	2.034	4.408
Aluguer de terminais de pagamento automático	10.079	7.363
Outros	1.237	2.576
	<u>40.265</u>	<u>32.114</u>
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(4.136)	(3.220)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(21)	(12)
Contribuições para o fundo de resolução	(19.352)	(15.090)
Menos valias não realizadas em propriedades de investimento	(19.011)	(5.792)
Encargos com transações realizadas por clientes	(2.985)	(2.173)
Despesas com máquinas de levantamento automático	(6.374)	(5.183)
Outros encargos e gastos operacionais	(3.977)	(4.572)
Outros impostos		
Impostos indirectos	(645)	(654)
Impostos directos	(851)	(847)
	<u>(57.352)</u>	<u>(37.543)</u>
	<u>(17.087)</u>	<u>(5.429)</u>

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016, a rubrica “Rendas auferidas” inclui os montantes de 7.877 m.euros e 8.967 m.euros, respetivamente, relativos a rendas auferidas pelo Fundo Imobiliário Novimovest.

O Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o novo Fundo de Resolução, criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso nº 1/2013 e as Instruções nº 6/2013 e nº 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução. A contribuição periódica do BST do ano de 2017 e 2016 ascendeu a 4.556 m.euros e 2.850 m.euros, respetivamente.

No âmbito do mecanismo único de Resolução estas contribuições serão transferidas para o Fundo Único de Resolução, de acordo com o artigo 3º, n.º 3 do acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas em 21 de maio de 2014.

O Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, determina o valor da contribuição de cada instituição em função do perfil de risco de cada entidade. Tal como previsto em carta do Banco de Portugal, o Conselho Único de Resolução (CUR) permitiu que para o ano de 2017 e 2016, as instituições bancárias optem pela utilização de compromisso irrevogável de pagamento, na proporção de 15% do valor da contribuição anual. A contribuição do ano de 2017 e 2016 ascendeu a 14.795 milhares de euros e 14.400 milhares de euros e o compromisso irrevogável em numerário ascendeu a 2.611 milhares de euros e 2.160 milhares de euros, respetivamente.

41. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de gestão e fiscalização (Nota 47)	4.646	4.600
Empregados	104.940	110.478
Plano de ações (Nota 48)	186	166
Outras remunerações variáveis	11.722	14.102
	<u>121.494</u>	<u>129.346</u>
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	28.939	30.912
Fundos de pensões (Nota 45)	3.182	2.161
Outros encargos sociais obrigatórios	500	696
	<u>32.621</u>	<u>33.769</u>
Outros custos com pessoal		
Plano complementar de reforma (Nota 45)	291	324
Transferências de pessoal	255	255
Outros	2.002	2.388
	<u>2.548</u>	<u>2.967</u>
	<u>156.663</u>	<u>166.082</u>

42. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços externos :		
Serviços especializados	26.908	40.459
Manutenção de software e equipamento informático	20.405	19.521
Rendas e alugueres	6.958	8.667
Comunicações	6.116	7.977
Publicidade e edição de publicações	5.950	6.111
Deslocações, estadas e representações	2.899	2.586
Conservação e reparação	2.136	1.917
Transportes	1.773	1.807
Seguros	609	1.143
Formação de pessoal	1.070	1.034
Outros serviços de terceiros	3.103	3.586
Fornecimentos externos:		
Água, energia e combustíveis	4.312	4.603
Material de consumo corrente	993	1.092
Outros fornecimentos	135	124
	<u>83.367</u>	<u>100.627</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)43. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	2.012	2.233
Lusimovest	573	-
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	(2)	(223)
Atlantes Finance 6 C 3/20/33	50	-
	<u>2.633</u>	<u>2.010</u>

44. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os proveitos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões faturadas pela comercialização de seguros de vida e de não vida, tal como segue:

	<u>2017</u>			<u>2016</u>		
	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total
			(Nota 34)			(Nota 34)
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	25.541	-	25.541	26.002	-	26.002
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	16.511	-	16.511	13.360	-	13.360
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	-	1.010	1.010	-	664	664
Liberty Seguros	-	3.574	3.574	-	4.264	4.264
	<u>42.052</u>	<u>4.584</u>	<u>46.636</u>	<u>39.362</u>	<u>4.928</u>	<u>44.290</u>

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Outros ativos – Proveitos a receber – De outros serviços prestados” (Nota 18) inclui comissões a receber de seguradoras de acordo com o seguinte detalhe:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	11.781	11.880
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	2.719	2.477
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	181	154
Outros	16	1.263
	<u>14.697</u>	<u>15.774</u>

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas e não faturadas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante o segundo trimestre de 2017 e último trimestre de 2016, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)45. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no ativo e aos já reformados, foram efetuados estudos atuariais pela Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada. O valor atual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

As responsabilidades do BST com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 30 de junho de 2017 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respetiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2017	2016	2015	2014	2013
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	312.036	314.119	303.523	308.223	282.028
. Pensionistas	32.496	31.526	26.928	26.343	22.891
. Reformados e reformados antecipadamente	446.341	424.970	399.942	415.679	399.434
	790.873	770.615	730.393	750.245	704.353
- Cuidados de saúde (SAMS)	147.963	147.207	151.544	151.903	137.970
- Subsídio por morte	6.387	6.372	5.759	5.543	4.562
- Prémio na reforma	8.301	8.082	-	-	-
	953.524	932.276	887.696	907.691	846.885
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	937.232	932.465	914.204	910.580	840.543
Valor financiado em excesso / (não financiado)	(16.292)	189	26.508	2.889	(6.342)
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano					
- Alteração de pressupostos	-	30.579	-	37.912	42.565
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	9.907	23.815	(9.857)	6.580	(1.775)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	(20.177)	2.050	(17.675)	1.111	(3.115)
	(10.270)	25.865	(27.532)	7.691	(4.890)
	(10.270)	56.444	(27.532)	45.603	37.675

Em 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário (ACTV). Em consequência, foram transferidos os ativos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a 456.111 m. euros.

O valor das responsabilidades a transferir, calculado pelo Banco no momento imediatamente anterior à transferência, de acordo com os pressupostos atuariais e financeiros atualizados, por si adotados, ascendia a 435.260 m. euros. A diferença entre o valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social, calculadas utilizando os pressupostos estabelecidos no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro (456.111 m. euros) e os adotados pelo Banco (435.260 m. euros), no montante de 20.851 m. euros, foi registada na rubrica de "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados do exercício de 2011.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Os pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das responsabilidades no momento imediatamente anterior à sua transferência para a Segurança Social foram os seguintes:

	<u>Ativos</u>	<u>Reformados</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	5,92%	5,00%
Taxa de crescimento salarial	2,35%	-
Taxa de crescimento das pensões	1,35%	1,35%

O valor das responsabilidades apurado com base nos pressupostos acima totalizou 1.186.387 milhares euros, dos quais 435.260 m. euros correspondentes às responsabilidades transferidas, conforme referido anteriormente.

Os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foram os seguintes:

Tábua de mortalidade	TV 88/90
Taxa de rendimento dos ativos do fundo de pensões	2,00%
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	2,00%
Taxa de crescimento salarial	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%
Taxa de inflação	0,75%

O Decreto-Lei nº 167-E/2013, de 31 de dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social, deixando contudo de ser aplicável o fator de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no exercício findo em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, pode ser detalhado como se segue no que respeita ao plano de pensões do BST:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Responsabilidades no início do exercício	932.276	887.696
Custo dos serviços correntes	2.268	4.247
Custo dos juros	8.956	21.282
(Ganhos)/perdas atuariais	9.907	54.394
Reformas antecipadas	24.483	14.554
Valores pagos	( 25.632 )	( 41.026 )
Alteração ACT	-	( 11.220 )
Contribuições dos empregados	1.266	2.349
	-----	-----
Responsabilidades no fim do período	953.524	932.276
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do Fundo de Pensões. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os custos com pensões têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2017</u>	<u>2016</u>
Custo dos serviços correntes	2.268	4.247
Custo dos juros	8.956	21.282
Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	(8.956)	( 21.282 )
	-----	-----
Plano de benefício definido	2.268	4.247
Plano de contribuição definida	631	979
Plano da Sucursal de Londres	283	308
	-----	-----
	3.182	5.534
	=====	=====

Os colaboradores admitidos no BST após 1 de janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93ª do ACT (publicado no BTE nº 29 de 8 de Agosto de 2016). O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do BST (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o BST transfere a sua contribuição.

O movimento ocorrido nos desvios atuariais no exercício de 2016 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	639.140
Perdas atuariais com pensões gerados em 2016	47.036
Perdas financeiras com pensões gerados em 2016	1.459
Perdas atuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2016	7.358
Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2016	591
	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (Nota 27)	695.584
Perdas atuariais gerados no período	9.907
Ganhos financeiros gerados no período	( 20.177 )
	-----
Saldo em 30 de junho de 2017 (Nota 27)	685.314
	=====

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o número de participantes do Fundo era como segue:

	<u>30-06-2017</u>	<u>2016</u>
Empregados no ativo <sup>(1)</sup>	4.949	5.103
Pensionistas	1.114	1.092
Reformados e reformados antecipadamente	5.451	5.358
	-----	-----
	11.514	11.553
	=====	=====

(1) Dos quais 271 e 265 empregados pertencem ao plano de contribuição definida em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

As principais alterações demográficas ocorridas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e no exercício de 2016 foram as seguintes:

	Ativos			
	Plano de contribuição definida	Plano de benefício definido	Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
Número total em 31 de dezembro de 2015	236	5.002	5.325	1.052
Saídas:				
. De ativos	(16)	(37)	-	(28)
. Por mortalidade	-	-	(106)	-
Transferências	-	(127)	127	-
Entradas	45	-	12	68
Número total em 31 de dezembro de 2016	265	4.838	5.358	1.092
Saídas:				
. De ativos	(15)	(33)	-	(28)
. Por mortalidade	-	-	(43)	-
Transferências	-	(128)	128	-
Entradas	21	1	8	50
Número total em 30 de junho de 2017	271	4.678	5.451	1.114

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões do BST durante no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e no exercício de 2016 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2015	914.204
	-----
Contribuições do Banco (monetárias)	37.706
Contribuições dos empregados	2.349
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	21.282
. Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	( 2.050 )
Valores pagos	( 41.026 )
	-----
Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2016	932.465
Contribuições dos empregados	1.266
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	8.956
. Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	20.177
Valores pagos	( 25.632 )
	-----
	937.232
	=====

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões nestas datas ascenderam a 6,53% e 2,18%, respetivamente.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões do BST prevê que a carteira de ativos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente ações, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora do Fundo optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

A política de investimentos do Fundo de Pensões do BST em vigor prevê os seguintes limites:

<u>Classe de Ativos</u>	<u>Intervalos previstos</u>
Obrigações	40% a 95%
Imobiliário	0% a 25%
Ações	0% a 20%
Liquidez	0% a 15%
Alternativos	0% a 10%
Commodities	0% a 5%

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a composição do Fundo de Pensões do BST era como segue:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Instrumentos de dívida:		
. Rating A	10.808	21.014
. Rating BBB	248.459	235.590
. Rating BB	96.083	148.349
. Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor	62.374	10.496
Fundos de Investimento Imobiliário	171.903	173.265
Fundos de Investimento Mobiliário	181.356	173.956
Depósitos	29.065	58.459
Imóveis		
. Espaços comerciais	51.250	51.239
. Terrenos	863	863
Instrumentos de capital:		
. Ações portuguesas – cotadas	486	1.178
. Ações portuguesas – não cotadas	112	112
. Ações estrangeiras – cotadas	45.602	38.951
Instrumentos financeiros derivados		
. Opções cotadas	15	( 645 )
Outros	38.856	19.638
	-----	-----
	937.232	932.465
	=====	=====

Nestas datas, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes ativos relacionados com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Imóveis arrendados	14.947	14.936
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	167.570	160.779
	-----	-----
	182.517	175.715
	=====	=====

Em 2010 foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida atribuído a diretivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de 4.430 m. euros. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e 2016 o prémio pago pelo Banco ascendeu a 291 m. euros e 324 m. euros, respetivamente (Nota 41).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verifique. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 euros.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres do BST foram os seguintes:

Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	2,60%
Taxa de crescimento salarial	3,60%
Taxa de crescimento das pensões	2,10%
Taxa de inflação	2,60%

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	46.878	49.894
Cobertura – valor patrimonial do Fundo de Pensões	36.514	37.501
	-----	-----
Valor não financiado – Sucursal de Londres	( 10.364 )	( 12.393 )
	=====	=====

Relativamente ao plano de pensões da Sucursal de Londres, o movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e no exercício de 2016, pode ser detalhado como se segue:

Responsabilidades em 31 de dezembro de 2015	44.559
Custo dos serviços correntes	165
Custo dos juros	1.439
Perdas atuariais	4.490
Valores pagos	( 759 )
	-----
Responsabilidades em 31 de dezembro de 2016	49.894
Custo dos serviços correntes	129
Custo dos juros	621
Ganhos atuariais	( 3.397 )
Valores pagos	( 369 )
	-----
Responsabilidades em 30 de junho de 2017	46.878
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e no exercício de 2016 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2015	40.125
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	1.296
. Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	( 3.285 )
Contribuição da Sucursal	124
Valores pagos	( 759 )
	-----
Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2016	37.501
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	467
. Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	( 1.149.)
Contribuição da Sucursal	64
Valores pagos	( 369 )
	-----
	36.514
	=====

Os custos com o plano de benefício definido da Sucursal de Londres no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e no exercício de 2016 apresentam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2017</u>	<u>2016</u>
Custo dos serviços correntes	129	165
Custo dos juros	621	1.439
Rendimento dos ativos apurado com taxa igual à de desconto	( 467 )	( 1.296 )
	----	----
	283	308
	====	====

O movimento ocorrido nos desvios atuariais da Sucursal de Londres no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e no exercício de 2016 foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.397
	-----
Perdas atuariais com pensões	4.490
Perdas financeiras com pensões	3.285
	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (Nota 27)	16.172
Ganhos atuariais com pensões	( 3.397 )
Perdas financeiras com pensões	1.149
	-----
Saldo em 30 de junho de 2017 (Nota 27)	13.924
	=====

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes ativos:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Instrumentos de dívida	31.066	31.868
Instrumentos de capital	5.580	5.568
Depósitos	132	65
	-----	-----
Valor do Fundo	36.514	37.501
	=====	=====

#### Fundo de Pensões – ex-Banif

Na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif a 20 de dezembro de 2015, foram transferidos para o BST um conjunto de colaboradores, bem como as correspondentes responsabilidades por serviços passados. Foram igualmente transferidas as responsabilidades com colaboradores reformados, reformados antecipadamente, pensionistas e ex-participantes com direitos adquiridos. Em 27 de janeiro de 2016 foi solicitada autorização à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para que seja transferida para o BST a posição do Banif como associado do Fundo de Pensões Banif, no plano de pensões de benefício definido, subpopulações A e B, e nos planos de pensões II e III de contribuição definida. O Banco de Portugal através de carta datada de 07 de junho de 2016 vem transmitir que as partes envolvidas deverão rever alguns dos termos do Contrato de Extinção da Quota-Parte do Fundo de Pensões. No primeiro trimestre de 2017 as partes envolvidas chegaram acordo e encontrando-se a decorrer os trâmites legais para se proceder à transferência das responsabilidades com colaboradores reformados, reformados antecipadamente, pensionistas e ex-participantes com direitos adquiridos e a quota-parte dos ativos do Fundo.

Os colaboradores do ex-Banif estavam abrangidos por diferentes tipos de planos de pensões:

- a) O primeiro plano de pensões, de benefício definido, estava subdividido entre a população Banif e a população ex-Banco Banif e Comercial dos Açores (BBCA), com diferentes benefícios. Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação BANIF: (i) pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, em regime de complementaridade da Segurança Social; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS). Para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a contribuição de 6,5% era efetuada sobre as pensões e para empregados associados a plano de contribuição definida, o benefício era alterado para capital único no momento da reforma, correspondente a 6,5% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições futuras. As contribuições futuras para o SAMS foram alteradas de acordo com as novas regras do ACT.
- b) Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação ex-BBCA (fechado a novas adesões): (i) pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, de acordo com o ACT e os regimes introduzidos pelo Decreto-Lei nº 1 - A/2011 de 3 de janeiro e Decreto-Lei nº 127/2011 de 31 de dezembro; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e (iii) subsídio por morte, ambos nos termos do ACT.

O ex-Banif tinha ainda dois planos de pensões de contribuição definida:

- c) Plano de pensões II – contribuição mensal do ex-Banif de 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano que integrava todos os colaboradores admitidos ao serviço do ex-Banif antes de 1 de janeiro de 2007, com exceção dos integrados na sequência da fusão por incorporação do ex-BBCA, que não são abrangidos pelo Acordo Empresa. A contribuição inicial, afeta às respetivas contas individuais, foi calculada em função: (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efetuada pelo Atuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de dezembro de 2006; e (ii) do valor atual das contribuições futuras.
- d) Plano de pensões III – contribuição mensal do ex-Banif de 1,5% da remuneração de incidência dos colaboradores admitidos ao serviço ativo após 1 de janeiro de 2007, que não tivessem falecido, passado à situação de reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do Acordo Empresa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O BST assumiu as responsabilidades do ex-Banif nos três planos de pensões. Em 31 de dezembro de 2016 a população abrangida é a seguinte:

	Sub- população Banif	Sub- população ex-BBCA	Total
Ativos	795	211	1.006
Reformados e pensionistas	91	128	219
Reformados antecipadamente	13	178	191
Ex-participantes com direitos adquiridos	-	87	87
Reformados do plano contribuição definida	153	-	153
Número total	<u>1.052</u>	<u>604</u>	<u>1.656</u>

Planos de pensões de contribuição definida - colaboradores abrangidos

Plano II	537
Plano III	289
Número total	<u>826</u>

A estimativa de responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2016, assumindo os pressupostos do BST, apresenta o seguinte detalhe para o plano de pensões de benefício definido (considerando ambas as subpopulações ex-Banif e ex-BBCA):

	Responsabilidades				Total
	Pensões	SAMS	Subsídio por Morte	Prémio na reforma	
Ativos	31.375	9.346	177	1.173	42.071
Reformados	60.899	4.646	333	-	65.878
Pensionistas	5.630	633	-	-	6.263
Reformados antecipadamente	16.556	4.064	-	-	20.620
Ex-participantes com direitos adquiridos	4.453	621	-	-	5.074
Total de responsabilidades por serviços passados	<u>118.913</u>	<u>19.310</u>	<u>510</u>	<u>1.173</u>	<u>139.906</u>
Valor patrimonial do Fundo de Pensões transferido					115.823
Insuficiência de financiamento					<u>(24.083)</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a carteira do Fundo de Pensões do ex-Banif associada ao plano de pensões de benefício definido apresenta o seguinte detalhe por tipologia de ativo:

Ativo	Total	Peso relativo
Instrumentos de dívida	53.481	45,16%
Fundo mobiliário	32.974	27,84%
Fundo imobiliário	3.189	2,69%
Imóveis	18.407	15,54%
Instrumentos de capital	851	0,72%
Depósitos	2.582	2,18%
Outros	6.948	5,87%
	<u>118.432</u>	
Património a transferir	(2.609)	
	<u>115.823</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O valor do património a transferir corresponde ao montante dos ativos da carteira do Fundo de Pensões que irá ser afeto à cobertura das responsabilidades relativas aos colaboradores do ex-Banif que não foram transferidos para o Banco.

46. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO**Descrição das operações**

Entre julho de 2003 e fevereiro de 2011, o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de doze operações, cujo montante inicial total ascendeu a 23.250.000 milhares de euros. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC, à exceção das últimas operações de titularização (Hipototta nº 11 e Hipototta nº 12), em que os créditos foram vendidos à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus). Parte substancial das titularizações foram recompradas pelo BST ao abrigo dos referidos acordos, mantendo-se vivos o Hipototta nº 4 e Hipototta nº 5.

Os Fundos Hipototta são geridos pela Navegador – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navegador). O BST continua a efetuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta todos os montantes recebidos ao abrigo dos mesmos. O Grupo Santander não detém qualquer participação direta ou indireta na Navegador.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta PLC com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direção Geral do Tesouro aos Fundos Hipototta PLC efetuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta PLC emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração.

Em 30 de junho de 2017, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipototta nº 4 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	Fitch	Data de reembolso			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	662.971	A	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,12%	Euribor 3 meses + 0,24%	
Classe B	44.240	24.870	A	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,19%	Euribor 3 meses + 0,40%	
Classe C	139.720	78.547	CCC	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,29%	Euribor 3 meses + 0,58%	
	<u>2.800.000</u>	<u>766.388</u>						
Classe D	14.000	14.000	NR	setembro de 2048	dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada		
	<u>2.814.000</u>	<u>780.388</u>						

Hipototta nº 5 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,05%	Euribor 3 meses + 0,10%
Classe A2	1.693.000	611.109	A-	A1	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,13%	Euribor 3 meses + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	A-	A2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,17%	Euribor 3 meses + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A-	Baa2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,24%	Euribor 3 meses + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BB+	Ba1	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,50%	Euribor 3 meses + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB-	B3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 1,75%	Euribor 3 meses + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>718.109</u>						
Classe F	10.000	7.181	CCC-	Ca	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>725.290</u>						

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de fevereiro, 30 de maio, agosto e novembro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta têm a faculdade de efetuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos ativos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso do nº 4 e as obrigações da classe F, no que se refere ao Hipototta nº 5, constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito titularizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 4 PLC correspondia a uma taxa média anual de 0,9. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 0,9% sobre o valor total da carteira de crédito.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipototta, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados "Swap Agreements" entre o Grupo Santander e os veículos de titularização e entre o BST e o Grupo Santander destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

#### **Operações de titularização do ex-Banif**

Na sequência da medida de resolução aplicada ao ex-Banif, o BST adquiriu um conjunto de operações de titularização emitidas por esta entidade, tendo sido transferidos os correspondentes créditos securitizados e obrigações emitidas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

As operações de titularização adquiridas são apresentadas de seguida:

Atlantes Mortgage nº 1

Operação concretizada em fevereiro de 2003 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos contratos de crédito à habitação. Os créditos foram vendidos a um fundo de titularização de créditos denominado Atlantes Mortgage nº 1 FTC, que emitiu unidades de participação subscritas pela Atlantes Mortgage nº 1 PLC com sede na Irlanda. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage nº 1 PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Esta operação de titularização é administrada pela Navigator.

Atlantes Mortgage nº 1 PLC						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	462.500	34.079	A+	A1	janeiro de 2036	Euribor 3 meses + 0,054%
Classe B	22.500	22.500	B	A1	janeiro de 2036	Euribor 3 meses + 1,3%
Classe C	12.500	12.500	B-	Ba2	janeiro de 2036	Euribor 3 meses + 2,6%
Classe D	2.500	2.500	B-	B3	janeiro de 2036	Euribor 3 meses + 4,75%
	<u>500.000</u>	<u>71.579</u>				
Classe E	15.400	15.400	NR	NR	janeiro de 2036	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>515.400</u>	<u>86.979</u>				

Atlantes Mortgage nº 2

Operação concretizada em março de 2008 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos créditos imobiliários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 2 Classes A, B, C e D com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 2						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	349.100	158.402	BBB+	A	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,33%
Classe B	18.400	13.453	BB+	BBB	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,95%
Classe C	7.500	5.483	B-	BB	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 1,65%
	<u>375.000</u>	<u>177.338</u>				
Classe D	16.125	16.125	NR	NR	setembro de 2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>391.125</u>	<u>193.463</u>				

Atlantes Mortgage nº 3

Operação concretizada em outubro de 2008 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos créditos imobiliários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 3 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 3						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	558.600	268.672	A+	A+	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,2%
Classe B	41.400	33.726	NR	NR	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,5%
	<u>600.000</u>	<u>302.398</u>				
Classe C	57.668	57.668	NR	NR	agosto de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>657.668</u>	<u>360.066</u>				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)Atlantes Mortgage nº 4

Operação concretizada em fevereiro de 2009 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos créditos imobiliários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 4 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 4						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	514.250	304.342	A+	A+	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,2%
Classe B	35.750	33.142	NR	NR	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,5%
	<u>550.000</u>	<u>337.484</u>				
Classe C	74.250	74.250	NR	NR	dezembro de 2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>624.250</u>	<u>411.734</u>				

Atlantes Mortgage nº 5

Operação concretizada em dezembro de 2009 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos créditos imobiliários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 5 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 5						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	455.000	257.243	A+	A+	novembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	45.000	42.538	NR	NR	novembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>500.000</u>	<u>299.781</u>				
Classe C	66.250	66.250	NR	NR	novembro de 2068	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>566.250</u>	<u>366.031</u>				

Atlantes Mortgage nº 7

Operação concretizada em novembro de 2010 pelo ex-Banif, na qual foi cedida uma carteira de crédito hipotecário residencial. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 7 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 7						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	357.300	199.593	A+	A+	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	39.700	34.379	NR	NR	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>397.000</u>	<u>233.972</u>				
Classe C	63.550	63.550	NR	NR	agosto de 2066	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>460.550</u>	<u>297.522</u>				



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)Azor Mortgage nº 1

Operação concretizada em novembro de 2004 pelo ex-Banif, em que foram cedidos créditos imobiliários originados no anterior BBCA (Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.). Os créditos cedidos foram adquiridos pela Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos (Sagres STC), que emitiu as obrigações Azor Notes, integralmente subscritas pela Azor Mortgages PLC, com sede na Irlanda. Para se financiar, a Azor Mortgages PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Em dezembro de 2006, foram transferidos da Sagres para a Gamma STC as Azor Notes e os respectivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento à entidade Azor Mortgages PLC.

Azor Mortgage nº 1						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração Até ao reembolso antecipado
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		
Classe A	253.000	9.671	A+	A1	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 0,3%
Classe B	19.000	19.000	BBB	A1	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 0,76%
Classe C	9.000	9.000	B-	A3	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 1,75%
	<u>281.000</u>	<u>37.671</u>				
Classe D	10.000	10.000	NR	NR	setembro de 2047	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>291.000</u>	<u>47.671</u>				

Azor Mortgage nº 2

Operação concretizada em julho de 2008 pelo ex-Banif, em que foram cedidos créditos imobiliários originários do anterior BBCA à Gamma STC. Para se financiar, a Gamma STC emitiu obrigações Azor Mortgages nº 2 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Azor Mortgage nº 2						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração Até ao reembolso antecipado
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		
Classe A	253.500	122.141	A+	A	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,3%
Classe B	46.500	43.080	NR	NR	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,8%
	<u>300.000</u>	<u>165.221</u>				
Classe D	6.750	6.750	NR	NR	dezembro de 2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>306.750</u>	<u>171.971</u>				

47. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transações no primeiro semestre de 2017 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
<b>Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo</b>	
Santander Totta, SGPS	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
<b>Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo</b>	
Banif International Bank, Ltd (Bahamas)	Bahamas
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Portugal
Novimovest - Fundo de Inv. Imobiliário	Portugal
Santotta Internacional, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, LDA	Portugal
Taxagest, S.G.P.S., S.A.	Portugal
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Tottaurbe - Emp.Admin. e Construções, S.A.	Portugal
<b>Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo</b>	
Benim - Sociedade Imobiliária, SA	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito	Portugal
Lusimovest - Fundo de Inv. Imobiliário	Portugal
<b>Entidades de Finalidade Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</b>	
Hipototta NO. 1 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 1 FTC	Portugal
Hipototta NO. 4 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 4 FTC	Portugal
Hipototta NO. 5 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 5 FTC	Portugal
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	Portugal
Atlantes Mortgage 1 PLC	Irlanda
Atlantes Mortgage 1 FTC	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
<b>Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo</b>	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
All Funda Bank, SA	Espanha
Allfunds Bank International S.A.	Luxemburgo
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Capital Grupo Santander, SA SGEGR	Espanha
Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
Financiera El Corte Inglés, E.F.C., S.A.	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Grupo Banco Popular	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Inbond Inversiones 2014, S.L.	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
PSA Gestao Comercio&Aluguer Veiculos,SA	Portugal
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander AM Holding, S.L.	Espanha
Santander Asset Management SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Generales Seguros y Reaseguros, S.A.	Espanha
Santander Global Facilities,SL	Espanha
Santander Investment Securities,Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Issuances, SA	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Securities Services, S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Sovereign Bank	EUA
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários,SA	Espanha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transações no exercício de 2016 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
<b>Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo</b>	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
<b>Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo</b>	
Totta & Açores Financing, Ltd.	Ilhas Cayman
Banif International Bank, Ltd (Bahamas)	Bahamas
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Portugal
Novimovest - Fundo de Inv. Imobiliário	Portugal
<b>Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo</b>	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Lusimovest - Fundo de Inv. Imobiliário	Portugal
<b>Entidades de Finalidade Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</b>	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	Portugal
Atlantes Mortgage 1 PLC	Irlanda
Atlantes Mortgage 1 FTC	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
<b>Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo</b>	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Capital Grupo Santander, S.A. SGECR	Espanha
Financiera El Corte Inglés, E.F.C., S.A.	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Grupo Banesto	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander AM Holding, S.L.	Espanha
Santander Asset Management, S.A. SGIC	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Bank S.A.	Noruega
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Global Facilities, S.L.	Espanha
Santander Issuances, S.A.	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities, Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Santander UK plc	Reino Unido
Santander, Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Sovereign Bank	EUA
UCI - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos e as transações mantidas durante aqueles exercícios com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2017		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
<b>Activos:</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11.784	-	5.019
Activos financeiros detidos para negociação	225.887	-	5.469
Aplicações em instituições de crédito	318.296	50.024	227.678
Crédito a clientes	-	39.213	1.366
Derivados de cobertura	18.970	-	-
Investimentos em associadas	-	53.403	-
Outros activos	6.279	3.920	16.867
<b>Passivos:</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.583.203	-	5.375
Recursos de outras instituições de crédito	17.598	6.448	2.362
Recursos de clientes e outros empréstimos	266.712	431	667.396
Responsabilidades representadas por títulos	94.666	-	-
Derivados de cobertura	66.918	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.297
Outros passivos	29	-	11.612
<b>Custos:</b>			
Juros e encargos similares	125.768	-	11.971
Encargos com serviços e comissões	1.932	-	988
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	730.591	-	102.191
Gastos gerais administrativos	-	-	22.576
<b>Proveitos:</b>			
Juros e rendimentos similares	120.971	274	1.260
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	774.095	-	102.191
Rendimentos de serviços e comissões	229	52	26.599
Resultados de reavaliação cambial	952	-	-
Resultados de associadas	-	2.582	-
Outros resultados de exploração	-	-	119
<b>Extrapatrimoniais:</b>			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	54.318	22	11.191
Garantias recebidas	1	-	1.162
Compromissos perante terceiros	152.406	53.000	137.541
Operações cambiais e instrumentos derivados	20.952.955	-	387.182
Responsabilidades por prestação de serviços	3.341.299	1.089	2.440.364

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2016		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
<b>Activos:</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	43.983	-	2
Ativos financeiros detidos para negociação	317.457	-	701
Aplicações em instituições de crédito	246.750	1	233.310
Crédito a clientes	-	40.143	3.321
Derivados de cobertura	30.649	-	-
Investimentos em associadas	-	54.599	-
Outros ativos	6.284	16.089	16.304
<b>Passivos:</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.710.300	-	2.812
Recursos de outras instituições de crédito	175.736	9.676	1.229
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	862	744.785
Responsabilidades representadas por títulos	61.398	-	16.965
Derivados de cobertura	81.644	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.299
Outros passivos	364	-	659
<b>Custos:</b>			
Juros e encargos similares	108.163	2	50.934
Encargos com serviços e comissões	2.198	-	1.975
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	996.042	-	80.870
Resultados de reavaliação cambial	872	-	-
Gastos gerais administrativos	-	-	44.552
<b>Proveitos:</b>			
Juros e rendimentos similares	142.480	1	3.002
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	783.569	-	97.587
Rendimentos de serviços e comissões	423	473	98.298
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	473	-	-
Resultados de associadas	-	13.226	-
Outros resultados de exploração	-	-	207
<b>Extrapatrimoniais:</b>			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	25.710	-	9.322
Garantias recebidas	1	-	1.122
Compromissos perante terceiros	134.045	2.000	134.729
Operações cambiais e instrumentos derivados	29.333.418	-	140.395
Responsabilidades por prestação de serviços	3.298.784	2.101	2.128.993

**ÓRGÃOS SOCIAIS****Conselho de Administração**

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascenderam a 515 m. euros e 560 m. euros, respetivamente. Em 30 de junho de 2017 e 2016, as remunerações fixas e variáveis totalizaram 4.646 m. euros e 4.600 m. euros, respetivamente (Nota 41).

No exercício de 2015 foi aprovado um novo Plano de Incentivos de Longo Prazo Individual enquadrado na remuneração variável plurianual, o que se encontra descrito na Nota 48. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica “Custos com o pessoal” no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e 2016 é apresentado de seguida:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Plano de Incentivo de Longo Prazo Individual	75	66
	==	==

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Coletivo de Trabalho para o setor bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. m).

Em Assembleia Geral de Acionistas do BST de 30 de maio de 2007, foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex-Totta que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-Totta. Os membros do Conselho de Administração, cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo, atualmente está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as responsabilidades com este plano ascendiam a 23.906 m. euros e 23.667 m. euros, respetivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões para pensões e outros encargos” (Nota 23).

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.



48. PLANOS DE INCENTIVOS - AÇÕES

O Banco tem ativo um Plano de Incentivo de Longo Prazo Individual, enquadrado na remuneração variável plurianual, para um conjunto restrito de colaboradores. A concretização deste plano está sujeita ao cumprimento dos seguintes objetivos:

- i) Crescimento do lucro consolidado por ação ("BPA") do Banco Santander em 2018 por comparação a 2015;
- ii) Comportamento relativo do retorno total para o acionista ("RTA") do Banco no período 2016-2018 em comparação com os RTA's ponderados de um grupo de referência de 35 entidades de crédito (o "Grupo de Referência"), atribuindo-se o Coeficiente RTA que proceda em função da posição do RTA do Banco dentro do Grupo de Referência;
- iii) Cumprimento do objetivo de índice de capital de nível 1 ordinário (common equity tier 1 ou CET1) fully loaded fixado para o exercício de 2018, sendo esse objetivo que em 31 de dezembro de 2018 o índice CET1 consolidado do Grupo Santander fully loaded seja superior a 11%;
- iv) Cumprimento do objetivo de crescimento da rentabilidade ordinária sobre ativos ponderados por risco (underlying return on risk-weighted assets ou "RoRWA") do Grupo Santander para o exercício 2018 medido em comparação com o exercício de 2015.

Conforme descrito na Nota 1.3. o), o registo contabilístico dos planos de incentivos de ações consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração de resultados do período, na rubrica de "Custos com o pessoal", na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, a cobertura e a execução dos planos foi assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Em 30 de junho de 2017 e 2016, o custo total do Plano de Ações de Incentivos para todos os colaboradores do Banco abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Plano de Incentivo de Longo Prazo Individual (Nota 41)	186	166
	===	===

A disponibilização das ações está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)49. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13**BALANÇO***Categorias de instrumentos financeiros*

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	30-06-2017				Valor líquido
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	
<b><u>Ativo</u></b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.769.959	209.844	-	1.979.803
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	286.745	74.114	-	360.859
Ativos financeiros detidos para negociação	1.614.174	-	-	-	1.614.174
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.373.227	-	84.706	(60.791)	4.397.142
Aplicações em instituições de crédito	-	1.614.251	-	-	1.614.251
Crédito a clientes	881.440	32.130.918	-	(1.362.564)	31.649.794
Investimentos detidos até à maturidade	-	237.851	-	-	237.851
Derivados de cobertura	18.970	-	-	-	18.970
	<u>6.887.811</u>	<u>36.039.724</u>	<u>368.664</u>	<u>(1.423.355)</u>	<u>41.872.844</u>
<b><u>Passivo</u></b>					
Recursos de bancos centrais	-	3.080.638	-	-	3.080.638
Passivos financeiros detidos para negociação	1.638.381	-	-	-	1.638.381
Recursos de outras instituições de crédito	-	2.435.951	-	-	2.435.951
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.655.529	26.712.963	92.142	-	28.460.634
Responsabilidades representadas por títulos	-	3.661.298	-	-	3.661.298
Derivados de cobertura	66.918	-	-	-	66.918
Passivos subordinados	-	12.315	-	-	12.315
	<u>3.360.828</u>	<u>35.903.165</u>	<u>92.142</u>	<u>-</u>	<u>39.356.135</u>
	31-12-2016				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
<b><u>Ativo</u></b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	653.758	224.159	-	877.917
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	591.010	67.882	-	658.892
Ativos financeiros detidos para negociação	1.758.934	-	-	-	1.758.934
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.399.329	-	84.997	(61.370)	5.422.956
Aplicações em instituições de crédito	-	563.924	-	-	563.924
Crédito a clientes	664.358	32.450.781	-	(1.662.803)	31.452.336
Investimentos detidos até à maturidade	-	243.954	-	-	243.954
Derivados de cobertura	32.700	-	-	-	32.700
	<u>7.855.321</u>	<u>34.503.427</u>	<u>377.038</u>	<u>(1.724.173)</u>	<u>41.011.613</u>
<b><u>Passivo</u></b>					
Recursos de bancos centrais	-	2.450.694	-	-	2.450.694
Passivos financeiros detidos para negociação	1.766.765	-	-	-	1.766.765
Recursos de outras instituições de crédito	-	2.023.379	-	-	2.023.379
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.083.896	26.320.588	108.994	-	28.513.478
Responsabilidades representadas por títulos	16.332	3.909.070	-	-	3.925.402
Derivados de cobertura	81.655	-	-	-	81.655
Passivos subordinados	-	12.033	-	-	12.033
	<u>3.948.648</u>	<u>34.715.764</u>	<u>108.994</u>	<u>-</u>	<u>38.773.406</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Os ativos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objeto de correção de valor relativamente ao risco coberto.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, os ganhos e perdas líquidos em instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2017					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	1.440.285	(1.442.663)	(2.378)	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	90.979	(33)	90.946	231.013	-	231.013
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	5.568	-	5.568	-	-	-
Crédito a clientes	1.219.069	(865.949)	353.120	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	3.271	-	3.271	417	-	417
Derivados de cobertura	141.841	(136.687)	5.154	1.161	-	1.161
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(2.962)	(2.962)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	39.654	(37.122)	2.532	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	393	(23.462)	(23.069)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(315)	(315)	-	-	-
	<u>2.941.060</u>	<u>(2.509.193)</u>	<u>431.867</u>	<u>232.591</u>	<u>-</u>	<u>232.591</u>
Garantias prestadas	13.339	(5.773)	7.566	-	-	-
Linhas de crédito	1.550	-	1.550	-	-	-
	<u>1.550</u>	<u>-</u>	<u>1.550</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	30-06-2016					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	1.026.851	(1.059.146)	(32.295)	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	202.751	(15.227)	187.524	-	(157.523)	(157.523)
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	15.921	-	15.921	-	-	-
Crédito a clientes	535.108	(155.727)	379.381	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	5.183	-	5.183	-	-	-
Derivados de cobertura	84.508	(107.549)	(23.041)	-	(10.097)	(10.097)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(10.445)	(10.445)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	27.990	(74.042)	(46.052)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	8.987	(36.023)	(27.036)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(81)	(81)	-	-	-
	<u>1.907.299</u>	<u>(1.458.240)</u>	<u>449.059</u>	<u>-</u>	<u>(167.620)</u>	<u>(167.620)</u>
Garantias prestadas	12.511	(630)	11.881	-	-	-
Linhas de crédito	379	-	379	-	-	-
	<u>379</u>	<u>-</u>	<u>379</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respetivos instrumentos financeiros que, em 30 de junho de 2017 e 2016, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de 4.425 m.euros e 4.402 m.euros, respetivamente (Nota 38).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

No primeiro semestre de 2017 e 2016, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2017			30-06-2016		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
<b>Ativo</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	27	-	27
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	-	15	6	-	6
Ativos financeiros disponíveis para venda	62.431	-	62.431	74.917	-	74.917
Aplicações em instituições de crédito	5.553	-	5.553	15.888	-	15.888
Crédito a clientes	334.561	(15)	334.546	387.853	(740)	387.113
Investimentos detidos até à maturidade	3.271	-	3.271	5.183	-	5.183
	<u>405.831</u>	<u>(15)</u>	<u>405.816</u>	<u>483.874</u>	<u>(740)</u>	<u>483.134</u>
<b>Passivo</b>						
Recursos de bancos centrais	-	(1.725)	(1.725)	-	(3.870)	(1.585)
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.237	1.237	-	(6.575)	(12.197)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(34.445)	(34.445)	-	(69.198)	(123.963)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(23.462)	(23.462)	-	(36.023)	(33.201)
Passivos subordinados	-	(315)	(315)	-	(36)	(86)
	<u>-</u>	<u>(58.710)</u>	<u>(58.710)</u>	<u>-</u>	<u>(115.702)</u>	<u>(171.032)</u>
Garantias prestadas	9.279	-	9.279	11.353	-	11.353
Linhas de crédito	1.550	-	1.550	379	-	379

No primeiro semestre de 2017 e 2016, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa de juro efetiva, de ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2017			30-06-2016		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
<b>Ativo</b>						
Crédito a clientes	<u>27 367</u>	<u>(5 745)</u>	<u>21 622</u>	<u>20 834</u>	<u>(5 877)</u>	<u>14 957</u>
<b>Passivo</b>						
Recursos de clientes e outros empréstimos	<u>36 876</u>	<u>-</u>	<u>36 876</u>	<u>26 568</u>	<u>-</u>	<u>26 568</u>

O Banco reconheceu durante o primeiro semestre de 2017 e 2016 proveitos financeiros referentes a “Juros e rendimentos similares” com operações de crédito vencido, ou em situação de imparidade, nos montantes de 6.407 m.euros e 5.808 m.euros, respetivamente (Nota 31).

**OUTRAS DIVULGAÇÕES****Contabilidade de cobertura**

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2017					
	Elemento coberto			Instrumento de cobertura		
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	877.990	883.629	(2.443)	881.186	877.990	(4.845)
Ativos financeiros disponíveis para venda	600.000	608.581	20.372	628.953	600.000	(52.223)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.643.864)	(1.649.608)	(5.921)	(1.655.529)	1.290.878	13.111
Cobertura de fluxos de caixa:						
Responsabilidades representadas por títulos	522.371	522.371	-	522.371	522.371	(3.991)
	<u>356.497</u>	<u>364.973</u>	<u>12.008</u>	<u>376.981</u>	<u>3.291.239</u>	<u>(47.948)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2016					
	Elemento coberto			Instrumento de cobertura		
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	661.254	666.095	(1.971)	664.124	661.254	(3.453)
Ativos financeiros disponíveis para venda	600.000	607.718	30.573	638.291	600.000	(61.691)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.068.674)	(2.078.602)	(5.294)	(2.083.896)	1.720.799	16.293
Responsabilidades representadas por títulos	(14.930)	(16.172)	(160)	(16.332)	14.930	1.400
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	307.373	307.373	-	307.373	225.000	3.741
Recursos de clientes e outros empréstimos	521.671	521.671	-	521.671	521.671	(5.245)
	<u>6.694</u>	<u>8.083</u>	<u>23.148</u>	<u>31.231</u>	<u>3.743.654</u>	<u>(48.955)</u>

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência dos *cash flows* que afetarão os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2017					Total
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	
Swaps taxa de juro	<u>(243)</u>	<u>(486)</u>	<u>(890)</u>	<u>(2.372)</u>	<u>-</u>	<u>(3.991)</u>

	31-12-2016					Total
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	
Swaps taxa de juro	<u>2.077</u>	<u>1.417</u>	<u>(251)</u>	<u>(4.747)</u>	<u>-</u>	<u>(1.504)</u>

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, com operações de cobertura de justo valor, apresentavam o seguinte detalhe:

	2017			2016		
	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	(472)	472	-	4.402	(4.402)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	(10.201)	10.201	-	23.948	(23.948)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	102	(144)	(42)	(3.420)	3.385	(35)
Responsabilidades representadas por títulos	160	(160)	-	305	(305)	-
	<u>(10.411)</u>	<u>10.369</u>	<u>(42)</u>	<u>25.235</u>	<u>(25.270)</u>	<u>(35)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)Justo valor de instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2017			31-12-2016		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
<b><u>Ativo</u></b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.979.803	1.979.803	-	877.917	877.917
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	360.859	360.859	-	658.892	658.892
Ativos financeiros detidos para negociação	1.614.174	-	1.614.174	1.758.934	-	1.758.934
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.345.599	51.543	4.397.142	5.371.492	51.464	5.422.956
Aplicações em instituições de crédito	-	1.614.251	1.614.251	-	563.924	563.924
Crédito a clientes	881.186	30.768.608	31.649.794	664.124	30.788.212	31.452.336
Investimentos detidos até à maturidade	-	237.851	237.851	-	243.954	243.954
Derivados de cobertura	18.970	-	18.970	32.700	-	32.700
	<u>6.859.929</u>	<u>35.012.915</u>	<u>41.872.844</u>	<u>7.827.250</u>	<u>33.184.363</u>	<u>41.011.613</u>
<b><u>Passivo</u></b>						
Recursos de bancos centrais	-	3.080.638	3.080.638	-	2.450.694	2.450.694
Passivos financeiros detidos para negociação	1.638.381	-	1.638.381	1.766.765	-	1.766.765
Recursos de outras instituições de crédito	-	2.435.951	2.435.951	-	2.023.379	2.023.379
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.655.529	26.805.105	28.460.634	2.083.896	26.429.582	28.513.478
Responsabilidades representadas por títulos	-	3.661.298	3.661.298	16.332	3.909.070	3.925.402
Derivados de cobertura	66.918	-	66.918	81.655	-	81.655
Passivos subordinados	-	12.315	12.315	-	12.033	12.033
	<u>3.360.828</u>	<u>35.995.307</u>	<u>39.356.135</u>	<u>3.948.648</u>	<u>34.824.758</u>	<u>38.773.406</u>

Os ativos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objeto de correção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o justo valor dos ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2017				
	Custo de aquisição	Juros Corridos	Valorização	Correções de valor por operações de cobertura	Valor líquido contabilístico
<b><u>Ativo</u></b>					
Ativos financeiros detidos para negociação	4.233	-	1.609.941	-	1.614.174
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.173.539	59.286	120.030	20.372	4.345.599
Crédito a clientes	877.990	5.893	-	(2.443)	881.186
Derivados de cobertura	-	-	18.970	-	18.970
	<u>5.055.762</u>	<u>65.179</u>	<u>1.748.941</u>	<u>17.929</u>	<u>6.859.929</u>
<b><u>Passivo</u></b>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.638.381	-	1.638.381
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.643.864	5.744	-	5.921	1.655.529
Derivados de cobertura	-	-	66.918	-	66.918
	<u>1.643.864</u>	<u>5.744</u>	<u>1.705.299</u>	<u>5.921</u>	<u>3.360.828</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2016					Valor líquido contabilístico
	Custo de aquisição	Juros Corridos	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade	
<b>Ativo</b>						
Ativos financeiros detidos para negociação	4.212	-	1.754.722	-	-	1.758.934
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.363.475	116.263	(110.982)	30.573	(27.837)	5.371.492
Crédito a clientes	661.254	5.075	-	(1.971)	(234)	664.124
Derivados de cobertura	-	-	32.700	-	-	32.700
	<u>6.028.941</u>	<u>121.338</u>	<u>1.676.440</u>	<u>28.602</u>	<u>(28.071)</u>	<u>7.827.250</u>
<b>Passivo</b>						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.766.765	-	-	1.766.765
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.068.674	9.928	-	5.294	-	2.083.896
Responsabilidades representadas por títulos	14.930	1.242	-	160	-	16.332
Derivados de cobertura	-	-	81.655	-	-	81.655
	<u>2.083.604</u>	<u>11.170</u>	<u>1.848.420</u>	<u>5.454</u>	<u>-</u>	<u>3.948.648</u>

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados ativos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros. Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correções de valor por operações de cobertura, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	30-06-2017			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3)		Total
<b>Ativo</b>				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.611.115	3.059	1.614.174
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.435.445	1.877.868	32.286	4.345.599
Crédito a clientes	-	881.186	-	881.186
Derivados de cobertura	-	18.970	-	18.970
	<u>2.435.445</u>	<u>4.389.139</u>	<u>35.345</u>	<u>6.859.929</u>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.638.381	-	1.638.381
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.655.529	-	1.655.529
Derivados de cobertura	-	66.918	-	66.918
	<u>-</u>	<u>3.360.828</u>	<u>-</u>	<u>3.360.828</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2016			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização		Total
	(Nível 2)	(Nível 3)		
<b><u>Ativo</u></b>				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.755.759	3.175	1.758.934
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.559.291	1.779.603	32.598	5.371.492
Aplicações em instituições de crédito	-	664.124	-	664.124
Crédito a clientes	-	32.700	-	32.700
	<u>3.559.291</u>	<u>4.232.186</u>	<u>35.773</u>	<u>7.827.250</u>
<b><u>Passivo</u></b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.766.765	-	1.766.765
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	2.083.896	-	2.083.896
Responsabilidades representadas por títulos	-	16.332	-	16.332
Passivos subordinados	-	81.655	-	81.655
	<u>-</u>	<u>3.948.648</u>	<u>-</u>	<u>3.948.648</u>

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros do Banco compreende três níveis nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública, alguma dívida privada, fundos de investimento mobiliário abertos e ações.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como *inputs* significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda valorizados com *bids* indicativos fornecidos por contrapartes externas e a maioria dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de cash flows futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de atualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) atualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do *spread* de crédito do emitente ou da entidade com *rating* similar.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

<u>Instrumento financeiro derivado</u>	<u>Principais técnicas de valorização</u>
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, para efeitos de apuramento dos Credit Value Adjustments e dos Debit Value Adjustments aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes *inputs*:

- Contrapartes com *credit default swaps* cotados – Cotações publicadas em mercados ativos;
- Contrapartes sem *credit default swaps* cotados:
  - Cotações publicadas em mercados ativos para contrapartes com risco similar; ou
  - Probabilidade de default apurada tendo em conta o *rating* interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x *loss given default* (específica para clientes de *project finance* e 60% para outros clientes).

Quando os *inputs* utilizados na valorização de instrumentos financeiros derivados resultaram de dados observáveis de mercado, o Banco classificou os seus instrumentos financeiros derivados no Nível 2. Quando tal valorização resultou de informação interna preparada pelo Banco, o mesmo classificou aqueles instrumentos financeiros no Nível 3.

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são valorizados através de modelos internos com alguns *inputs* que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados ativos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

No primeiro semestre de 2017 e no exercício de 2016, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

	Ativos financeiros detidos para negociação		Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
	Títulos	Derivados		
Em 31 de dezembro de 2015	3.096	115.388	154.989	273.473
Aquisições	-	-	63	63
Liquidações	-	-	(1.028)	(1.028)
Reclassificações	-	(115.388)	(122.555)	(237.943)
Alterações de justo valor	79	-	1.129	1.208
Em 31 de dezembro de 2016	3.175	-	32.598	35.773
Aquisições	-	-	115	115
Alienações	-	-	(542)	(542)
Alterações de justo valor	(116)	-	115	(1)
Em 30 de junho de 2017	3.059	-	32.286	35.345

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as técnicas de valorização, os inputs utilizados e a relação entre esses *inputs* e o justo valor apurado para os instrumentos financeiros classificados no Nível 3 são como segue:

Instrumentos financeiros	Técnicas de valorização	Inputs utilizados	Relação entre os <i>inputs</i> utilizados e o justo valor apurado
<i>Ativos financeiros detidos para negociação</i>			
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário	Preço divulgado pela respetiva Sociedade Gestora	. Taxas de capitalização . Valor das rendas por m <sup>2</sup> . Taxas de ocupação	Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m <sup>2</sup> ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá aumentado. Caso venha a ocorrer uma diminuição do valor da renda por m <sup>2</sup> ou uma diminuição da taxa de ocupação ou um aumento da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá diminuído.
Instrumentos financeiros derivados	Discounted cash flows/ Modelos de valorização	. Probabilidade de <i>default</i> (PD) tendo em conta os ratings internos de crédito atribuídos pelo Banco  . LGD's específicas	Caso seja utilizada uma probabilidade de <i>default</i> ou uma LGD maior, o justo valor do instrumento financeiro virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizada uma probabilidade de <i>default</i> ou uma LGD menor, o justo valor do instrumento financeiro virá aumentado.
<i>Ativos financeiros disponíveis para venda</i>			
Títulos de dívida	Discounted cash flows	. <i>Spread</i> de crédito apurado internamente pelo Banco	Caso seja utilizado um <i>spread</i> de crédito maior, o justo valor do título virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizado um <i>spread</i> de crédito menor, o justo valor do título virá aumentado.
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário	Preço divulgado pela respetiva Sociedade Gestora	. Taxas de capitalização . Valor das rendas por m <sup>2</sup> . Taxas de ocupação	Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m <sup>2</sup> ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá aumentado. Caso venha a ocorrer uma diminuição do valor da renda por m <sup>2</sup> ou uma diminuição da taxa de ocupação ou um aumento da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá diminuído.

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	30-06-2017		31-12-2016	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	-0,29%	1,29%	-0,22%	1,00%
1 mês	-0,29%	1,29%	-0,22%	1,00%
3 meses	-0,28%	1,30%	-0,23%	1,00%
6 meses	-0,27%	1,33%	-0,22%	1,03%
9 meses	-0,25%	1,38%	-0,21%	1,10%
1 ano	-0,23%	1,43%	-0,20%	1,17%
3 anos	0,00%	1,71%	-0,10%	1,66%
5 anos	0,28%	1,91%	0,08%	1,66%
7 anos	0,54%	2,07%	0,32%	2,15%
10 anos	0,90%	2,23%	0,67%	2,32%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

	30-06-2017		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<b><u>Ativo</u></b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.979.803	1.955.455	(24.348)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	360.859	360.859	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	51.543	51.543	-
Aplicações em instituições de crédito	1.614.251	1.617.776	3.525
Crédito a clientes	30.768.608	30.526.802	(241.806)
Investimentos detidos até à maturidade	237.851	236.130	(1.721)
	<u>35.012.915</u>	<u>34.748.565</u>	<u>(264.350)</u>
<b><u>Passivo</u></b>			
Recursos de bancos centrais	(3.080.638)	(3.078.204)	2.434
Recursos de outras instituições de crédito	(2.435.951)	(2.440.874)	(4.923)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(26.805.105)	(26.825.332)	(20.227)
Responsabilidades representadas por títulos	(3.661.298)	(3.686.154)	(24.856)
Passivos subordinados	(12.315)	(11.609)	706
	<u>(35.995.307)</u>	<u>(36.042.173)</u>	<u>(46.866)</u>
<b><u>Ativo</u></b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	877.917	875.590	(2.327)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	658.892	658.892	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	51.464	51.464	-
Aplicações em instituições de crédito	563.924	569.867	5.943
Crédito a clientes	30.788.212	30.242.261	(545.951)
Investimentos detidos até à maturidade	243.954	238.428	(5.526)
	<u>33.184.363</u>	<u>32.636.502</u>	<u>(547.861)</u>
<b><u>Passivo</u></b>			
Recursos de bancos centrais	(2.450.694)	(2.456.188)	(5.494)
Recursos de outras instituições de crédito	(2.023.379)	(2.032.065)	(8.686)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(26.429.582)	(26.471.121)	(41.539)
Responsabilidades representadas por títulos	(3.909.070)	(3.874.926)	34.144
Passivos subordinados	(12.033)	(12.000)	33
	<u>(34.824.758)</u>	<u>(34.846.300)</u>	<u>(21.542)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, os métodos de valorização utilizados consistiram em técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros. Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	30-06-2017			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
<b><u>Ativo</u></b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.979.803	-	1.979.803
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	360.859	-	360.859
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	51.543	51.543
Aplicações em instituições de crédito	-	1.614.251	-	1.614.251
Crédito a clientes	-	913.541	29.855.067	30.768.608
Investimentos detidos até à maturidade	9.319	123.727	104.805	237.851
	<u>9.319</u>	<u>4.992.181</u>	<u>30.011.415</u>	<u>35.012.915</u>
<b><u>Passivo</u></b>				
Recursos de bancos centrais	-	(3.080.638)	-	(3.080.638)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(2.435.951)	-	(2.435.951)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	(26.805.105)	(26.805.105)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(3.661.298)	-	(3.661.298)
Passivos subordinados	-	(12.315)	-	(12.315)
	-	<u>(9.190.202)</u>	<u>(26.805.105)</u>	<u>(35.995.307)</u>
<b><u>Ativo</u></b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	877.917	-	877.917
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	658.892	-	658.892
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	51.464	51.464
Aplicações em instituições de crédito	-	563.924	-	563.924
Crédito a clientes	-	-	30.788.212	30.788.212
Investimentos detidos até à maturidade	9.646	122.426	111.882	243.954
	<u>9.646</u>	<u>2.223.159</u>	<u>30.951.558</u>	<u>33.184.363</u>
<b><u>Passivo</u></b>				
Recursos de bancos centrais	-	(2.450.694)	-	(2.450.694)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(2.023.379)	-	(2.023.379)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	(26.429.582)	(26.429.582)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(3.909.070)	-	(3.909.070)
Passivos subordinados	-	(12.033)	-	(12.033)
	-	<u>(8.395.176)</u>	<u>(26.429.582)</u>	<u>(34.824.758)</u>

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os *cash flows* futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;
- Para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira, o justo valor do crédito concedido a taxa variável foi determinado tendo em consideração o *spread* médio da produção efetuada no último trimestre do período. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa, os *cash flows* futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre do período;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do período tendo em conta as diversas tipologias;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efetuado o desconto dos *cash flows* futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do período;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos *cash flows* futuros, foram consideradas taxas de juro de mercado praticadas em emissões semelhantes.

## **GESTÃO DE RISCOS**

### **RISCO DE CRÉDITO**

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respetivo, tanto numa perspetiva global, como dentro de cada área de atividade.

A gestão do risco de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transações nos mercados financeiros correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transações abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transações, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efetuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a atualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017**  
 (Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a exposição máxima ao risco de crédito e o respetivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

	2017		2016	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.979.803	1.979.803	877.917	877.917
Disponibilidades em outras instituições de crédito	360.859	360.859	658.892	658.892
Ativos financeiros detidos para negociação	1.614.174	1.614.174	1.758.934	1.758.934
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.397.142	4.397.142	5.422.956	5.422.956
Aplicações em instituições de crédito	1.614.251	1.614.251	563.924	563.924
Crédito a clientes	31.649.794	36.576.571	31.452.336	36.581.223
Investimentos detidos até à maturidade	237.851	237.851	243.954	243.954
Derivados de cobertura	18.970	18.970	32.700	32.700
Investimentos em associadas	53.403	53.403	54.599	54.599
	<u>41.926.246</u>	<u>46.853.023</u>	<u>41.066.212</u>	<u>46.195.099</u>
Garantias prestadas	<u>1.646.963</u>	<u>1.646.963</u>	<u>1.652.984</u>	<u>1.652.984</u>

A exposição máxima em “Crédito a clientes” em 30 de junho de 2017, incluía 737.334 m.euros e 4.189.443 m.euros referentes a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respetivamente (536.938 m.euros e 4.591.949 m.euros em 31 de dezembro de 2016, respetivamente).

#### Crédito concedido

Mensalmente, o Banco analisa o crédito concedido a clientes e outros valores a receber para identificar indícios de imparidade. Para efeitos de análise coletiva de perdas por imparidade, o BST efetua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 10).

De acordo com os requisitos definidos na carta circular n.º 02/2014/DSP de 26 de fevereiro de 2014 do Banco de Portugal, o Banco apresenta a seguinte informação referente a 30 de junho de 2017 e a 31 de dezembro de 2016:

A exposição creditícia e a respetiva imparidade por segmento:

Segmento	Exposição a 30-06-2017						Imparidade a 30-06-2017		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	11.488.453	11.184.333	19.337	532.368	304.120	96.727	(539.020)	(256.302)	(282.718)
Construção e CRE	3.215.396	2.754.140	3.419	316.589	461.256	292.891	(476.207)	(99.205)	(377.002)
Habituação	17.022.697	16.649.067	33.815	1.172.514	373.630	147.422	(233.528)	(35.242)	(198.286)
Retail	2.048.029	1.954.349	5.058	185.389	93.680	33.431	(132.215)	(30.857)	(101.358)
Garantias não afectas a outros segmentos	1.670.117	1.670.117	-	-	-	-	(4.854)	(3.329)	(1.525)
	<u>35.444.692</u>	<u>34.212.006</u>	<u>61.629</u>	<u>2.206.860</u>	<u>1.232.686</u>	<u>570.471</u>	<u>(1.385.824)</u>	<u>(424.935)</u>	<u>(960.889)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Segmento	Exposição a 31-12-2016:						Imparidade a 31-12-2016:		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual		Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
			curado	reestruturado					
Corporate	11.362.063	11.001.367	21.610	472.654	360.696	142.056	(667.261)	(223.315)	(443.946)
Construção e CRE	3.292.003	2.872.196	9.951	462.785	419.807	206.526	(586.093)	(194.496)	(391.597)
Habituação	17.016.192	16.570.188	26.694	1.278.282	446.004	159.699	(258.320)	(39.278)	(219.042)
Retail	2.097.456	1.968.519	4.599	213.162	128.937	46.346	(171.379)	(37.367)	(134.012)
Garantias não afectas a outros segmentos	1.574.638	1.574.638	-	-	-	-	(1.297)	(676)	(621)
	<u>35.342.352</u>	<u>33.986.908</u>	<u>62.854</u>	<u>2.426.883</u>	<u>1.355.444</u>	<u>554.627</u>	<u>(1.684.350)</u>	<u>(495.132)</u>	<u>(1.189.218)</u>

A reconciliação entre a exposição máxima de crédito referida no quadro anterior e a exposição total constante neste quadro é como segue para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e ano 2016, respetivamente:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Exposição máxima ao risco de crédito	36.576.571	36.581.223
Compromissos por linhas de crédito revogáveis	(4.189.443)	(4.591.949)
Garantias prestadas e outros eventuais - garantias e avales	1.370.940	1.386.997
Garantias prestadas e outros eventuais - créditos documentários abertos	276.023	265.987
Imparidade registada	1.362.564	1.662.803
Despesas com encargo diferido	(69.232)	(73.752)
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	114.826	109.072
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	2.443	1.971
Exposição total de crédito para divulgações da carta circular	<u>35.444.692</u>	<u>35.342.352</u>

O detalhe da imparidade total é como segue:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Imparidade em crédito a clientes	( 1.362.564 )	( 1.662.803 )
Provisões e imparidade para garantias e compromissos assumidos	( 23.260 )	( 21.547 )
	-----	-----
	( 1.385.824 )	( 1.684.350 )
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

A exposição creditícia e a respetiva imparidade em função da antiguidade do vencido, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é como segue:

		Exposição total 30-06-2017			
Segmento	Total	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90	Dias de atraso > 90 dias
<b>Crédito</b>					
Corporate	11.488.453	11.105.936	78.397	-	304.120
Construção e CRE	3.215.396	2.733.192	20.948	-	461.256
Habitação	17.022.697	16.501.798	147.269	-	373.630
Retail	2.048.029	1.921.512	32.837	-	93.680
Garantias não afectas a outros segmentos	1.670.117	1.670.117	-	-	-
	<u>35.444.692</u>	<u>33.932.555</u>	<u>279.451</u>	<u>-</u>	<u>1.232.686</u>
<b>Imparidade</b>					
Corporate	(539.020)	(230.210)	(26.092)	-	(282.718)
Construção e CRE	(476.207)	(96.368)	(2.837)	-	(377.002)
Habitação	(233.528)	(21.578)	(13.664)	-	(198.286)
Retail	(132.215)	(20.041)	(10.816)	-	(101.358)
Garantias não afectas a outros segmentos	(4.854)	(3.292)	(37)	-	(1.525)
	<u>(1.385.824)</u>	<u>(371.489)</u>	<u>(53.446)</u>	<u>-</u>	<u>(960.889)</u>
	<u>34.058.868</u>	<u>33.561.066</u>	<u>226.005</u>	<u>-</u>	<u>271.797</u>
		Exposição total 31-12-2016			
Segmento	Total	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90	Dias de atraso > 90 dias
<b>Crédito</b>					
Corporate	11.362.063	10.921.820	79.547	-	360.696
Construção e CRE	3.292.003	2.797.264	74.932	-	419.807
Habitação	17.016.192	16.396.146	174.042	-	446.004
Retail	2.097.456	1.928.514	40.005	-	128.937
Garantias não afectas a outros segmentos	1.574.638	1.574.638	-	-	-
	<u>35.342.352</u>	<u>33.618.382</u>	<u>368.526</u>	<u>-</u>	<u>1.355.444</u>
<b>Imparidade</b>					
Corporate	(667.261)	(209.840)	(13.475)	-	(443.946)
Construção e CRE	(586.093)	(179.382)	(15.114)	-	(391.597)
Habitação	(258.320)	(21.871)	(17.407)	-	(219.042)
Retail	(171.379)	(21.874)	(15.492)	-	(134.012)
Garantias não afectas a outros segmentos	(1.297)	(676)	-	-	(621)
	<u>(1.684.350)</u>	<u>(433.643)</u>	<u>(61.488)</u>	<u>-</u>	<u>(1.189.218)</u>
	<u>33.658.002</u>	<u>33.184.739</u>	<u>307.038</u>	<u>-</u>	<u>166.226</u>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a exposição creditícia, e a respetiva imparidade em função do ano de produção é como segue:

2017															
Ano de produção	Corporate			Construção e CRE			Habitação			Retail			Garantias não afectas a outros segmentos		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	3.864	209.108	(16.739)	4.288	137.679	(16.916)	125.271	3.904.432	(68.920)	93.651	117.257	(7.545)	2.061	185.117	(883)
2005	982	33.522	(1.550)	814	56.967	(5.329)	27.154	1.267.486	(21.090)	13.692	22.183	(2.941)	168	7.053	(201)
2006	1.055	69.117	(9.256)	943	53.956	(7.682)	28.815	1.532.025	(24.444)	14.098	28.100	(5.306)	191	19.631	(431)
2007	1.562	80.633	(7.125)	1.373	103.826	(28.931)	39.334	2.153.473	(40.223)	19.424	37.595	(3.071)	209	67.726	(56)
2008	1.715	149.177	(10.880)	1.724	131.113	(22.596)	30.086	1.668.129	(34.753)	19.592	44.195	(6.299)	406	123.374	(177)
2009	1.903	180.716	(13.150)	1.613	124.669	(34.112)	19.328	1.136.150	(16.128)	18.685	38.232	(5.005)	302	22.724	(11)
2010	2.595	172.204	(14.516)	1.944	167.173	(32.259)	17.944	1.203.046	(11.100)	25.075	53.246	(8.122)	322	36.405	(32)
2011	2.415	163.487	(17.440)	2.043	125.111	(10.626)	8.514	530.326	(5.963)	24.965	48.938	(6.610)	349	17.399	(394)
2012	2.754	231.936	(29.984)	1.778	326.153	(117.686)	4.719	292.501	(2.233)	37.584	81.160	(10.537)	388	52.924	(315)
2013	5.541	417.069	(124.215)	2.433	198.886	(50.371)	4.508	310.819	(2.135)	59.437	154.935	(15.472)	510	98.160	(1.455)
2014	8.696	738.105	(72.314)	3.019	324.709	(51.002)	4.944	383.007	(1.836)	58.880	220.962	(16.402)	711	145.963	(24)
2015	13.190	1.202.927	(83.276)	4.215	359.953	(45.808)	8.856	764.275	(3.112)	113.448	381.663	(20.430)	1.137	226.244	(360)
2016	15.373	3.734.167	(117.573)	5.281	545.684	(36.154)	12.176	1.100.441	(934)	151.142	506.733	(17.047)	996	202.773	(485)
2017	85.497	4.106.285	(21.001)	21.473	569.515	(16.735)	7.823	776.586	(658)	60.321	312.831	(7.430)	1.479	464.624	(32)
	147.142	11.488.453	(539.020)	52.941	3.215.396	(476.207)	339.472	17.022.697	(233.526)	709.994	2.048.029	(132.215)	9.229	1.670.117	(4.854)

2016															
Ano de produção	Corporate			Construção e CRE			Habitação			Retail			Garantias não afectas a outros segmentos		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	4.704	208.127	(24.242)	4.680	156.837	(23.076)	129.524	4.151.259	(78.371)	105.191	140.958	(12.029)	2.145	232.925	(161)
2005	1.151	127.674	(3.447)	904	64.955	(6.531)	27.798	1.324.508	(22.448)	15.379	26.780	(4.127)	186	8.194	(28)
2006	1.267	84.684	(13.596)	1.071	67.564	(15.829)	29.448	1.597.016	(27.146)	15.815	34.419	(7.927)	201	11.011	(336)
2007	1.925	98.924	(13.523)	1.582	144.697	(50.652)	40.259	2.246.255	(44.295)	22.112	46.816	(6.402)	243	57.485	(18)
2008	2.081	169.404	(12.861)	1.965	163.889	(37.644)	30.858	1.745.673	(38.071)	22.403	54.868	(11.921)	439	51.407	(93)
2009	2.359	215.188	(31.716)	1.973	164.238	(56.051)	19.829	1.189.731	(18.169)	21.665	46.912	(7.370)	321	24.588	(10)
2010	3.306	198.145	(21.185)	2.337	193.795	(36.935)	18.442	1.259.141	(12.250)	31.858	71.831	(12.521)	362	39.299	(31)
2011	3.126	198.748	(22.793)	2.507	150.775	(19.046)	8.786	557.094	(6.434)	29.587	64.064	(9.721)	401	19.321	(328)
2012	3.703	283.323	(54.449)	2.236	345.083	(118.888)	4.889	308.632	(2.624)	51.347	112.313	(13.879)	433	56.375	(26)
2013	7.311	476.913	(134.419)	3.043	237.019	(72.756)	4.693	329.372	(2.429)	67.799	201.268	(22.532)	565	76.702	(11)
2014	10.809	888.846	(85.469)	3.489	374.922	(60.424)	5.114	401.846	(1.880)	65.905	272.282	(20.665)	843	173.648	(35)
2015	15.264	1.349.394	(99.105)	4.760	441.364	(60.774)	9.072	792.237	(3.238)	123.480	458.214	(27.367)	1.318	252.827	(171)
2016	96.035	7.062.693	(150.454)	24.955	786.865	(27.484)	12.377	1.113.426	(967)	142.998	566.731	(14.919)	2.178	570.854	(50)
	153.041	11.362.063	(667.261)	55.502	3.292.003	(586.093)	341.089	17.016.192	(258.320)	715.539	2.097.456	(171.379)	9.635	1.574.638	(1.297)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a imparidade estimada de forma individual e através do modelo de análise coletiva apresentava a seguinte composição por segmento:

	2017					
	Exposição			Imparidade		
	Individual	Colectiva	Total	Individual	Colectiva	Total
Corporate	688.467	10.799.986	11.488.453	(346.288)	(192.732)	(539.020)
Construção e CRE	966.850	2.248.546	3.215.396	(429.102)	(47.105)	(476.207)
Habituação	-	17.022.697	17.022.697	-	(233.528)	(233.528)
Retail	-	2.048.029	2.048.029	-	(132.215)	(132.215)
Garantias não afectas a outros segmentos	16.450	1.653.667	1.670.117	(4.771)	(83)	(4.854)
	<u>1.671.767</u>	<u>33.772.925</u>	<u>35.444.692</u>	<u>(780.161)</u>	<u>(605.663)</u>	<u>(1.385.824)</u>

	2016					
	Exposição			Imparidade		
	Individual	Colectiva	Total	Individual	Colectiva	Total
Corporate	2.263.062	9.099.001	11.362.063	(396.631)	(270.630)	(667.261)
Construção e CRE	1.168.433	2.123.570	3.292.003	(520.780)	(65.313)	(586.093)
Habituação	-	17.016.192	17.016.192	-	(258.320)	(258.320)
Retail	-	2.097.456	2.097.456	-	(171.379)	(171.379)
Garantias não afectas a outros segmentos	22.818	1.551.819	1.574.638	(1.160)	(137)	(1.297)
	<u>3.454.313</u>	<u>31.888.038</u>	<u>35.342.351</u>	<u>(918.570)</u>	<u>(765.780)</u>	<u>(1.684.350)</u>

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o risco de crédito estimado de forma individual e através do modelo de análise coletiva apresentava a seguinte composição por setor de atividade, para os segmentos *Corporate* e "Construção e CRE":

	2017					
	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Actividades Financeiras e de Seguros	175.938	2.018.775	2.194.713	(122.098)	(2.444)	(124.542)
Actividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares	72.913	315.745	388.658	(39.012)	(5.951)	(44.963)
Actividades de saúde humana e apoio social	4.813	230.061	234.874	(3.103)	(3.177)	(6.280)
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	56.840	56.840	-	(309)	(309)
Indústrias Transformadoras	112.472	1.893.215	2.005.687	(62.595)	(34.958)	(97.553)
Captação, tratamento e distribuição de água saneamento, gestão de resíduos e despoluição	2.644	60.167	62.811	(1.510)	(962)	(2.472)
Construção	615.674	1.138.180	1.753.854	(228.925)	(94.894)	(323.819)
Actividades imobiliárias	319.350	718.080	1.037.430	(181.557)	(11.273)	(192.830)
Educação	2.820	89.966	92.786	(661)	(1.602)	(2.263)
Outras actividades de serviços	32.188	660.082	692.270	(17.623)	(1.262)	(18.885)
Transportes e armazenagem	16.515	529.304	545.819	(2.291)	(6.404)	(8.695)
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	19.084	45.211	64.295	(8.018)	(2.318)	(10.336)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	2.546	135.177	137.723	(986)	(3.263)	(4.249)
Comércio por grosso e a retalho	136.255	1.477.456	1.613.711	(61.778)	(47.944)	(109.722)
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	52.547	190.996	243.543	(16.599)	(4.184)	(20.783)
Actividades de informação e de comunicação	2.458	71.353	73.811	(1.412)	(2.095)	(3.507)
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	11.400	1.000.655	1.012.055	(703)	(286)	(989)
Alojamento, Restauração e Similares	74.358	465.606	539.964	(26.022)	(14.692)	(40.714)
Indústrias Extrativas	1.342	20.201	21.543	(497)	(1.683)	(2.180)
Administração Pública e defesa segurança social obrigatória	-	1.928.257	1.928.257	-	(54)	(54)
Outros	-	3.205	3.205	-	(82)	(82)
	<u>1.655.317</u>	<u>13.048.532</u>	<u>14.703.849</u>	<u>(775.390)</u>	<u>(239.837)</u>	<u>(1.015.227)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	2016					
	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Actividades Financeiras e de Seguros	1.105.706	1.109.943	2.215.649	(129.450)	(1.543)	(130.992)
Actividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares	92.811	292.034	384.846	(51.105)	(6.964)	(58.069)
Actividades de saúde humana e apoio social	29.223	200.105	229.328	(10.716)	(3.048)	(13.764)
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	28.837	28.837	-	(349)	(349)
Indústrias Transformadoras	396.808	1.535.353	1.932.161	(87.009)	(41.710)	(128.719)
Captação, tratamento e distribuição de água saneamento, gestão de resíduos e despoluição	11.837	54.637	66.474	(2.761)	(694)	(3.455)
Construção	708.440	1.227.309	1.935.748	(294.773)	(115.010)	(409.782)
Actividades imobiliárias	373.543	606.891	980.433	(193.119)	(13.623)	(206.742)
Educação	18.158	71.298	89.457	(1.838)	(1.771)	(3.609)
Outras actividades de serviços	39.864	592.045	631.909	(17.797)	(32.952)	(50.749)
Transportes e armazenagem	227.545	303.702	531.248	(2.880)	(9.176)	(12.056)
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	22.966	45.167	68.133	(10.240)	(3.796)	(14.036)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	5.149	132.526	137.674	(788)	(4.929)	(5.717)
Comércio por grosso e a retalho	193.686	1.475.313	1.668.998	(72.946)	(62.131)	(135.077)
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	57.619	191.143	248.762	(15.702)	(4.649)	(20.352)
Actividades de informação e de comunicação	3.163	87.124	90.287	(1.470)	(2.125)	(3.594)
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	15.551	1.009.421	1.024.972	(1.041)	(10.470)	(11.511)
Alojamento, Restauração e Similares	127.238	414.287	541.525	(22.910)	(18.802)	(41.713)
Indústrias Extrativas	1.766	17.311	19.077	(605)	(2.076)	(2.681)
Administração Pública e defesa segurança social obrigatória	-	1.827.793	1.827.793	-	(31)	(31)
Outros	423	331	754	(260)	(93)	(354)
	<u>3.431.495</u>	<u>11.222.571</u>	<u>14.654.066</u>	<u>(917.411)</u>	<u>(335.943)</u>	<u>(1.253.353)</u>

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o risco de crédito estimado de forma individual e através do modelo de análise coletiva apresentava a seguinte composição por geografia:

	2017					
	Portugal		Inglaterra		Bahamas	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	1.671.767	(780.161)	-	-	-	-
Colectiva	33.382.804	(585.796)	379.520	(11.497)	10.601	(8.370)
	<u>35.054.571</u>	<u>(1.365.957)</u>	<u>379.520</u>	<u>(11.497)</u>	<u>10.601</u>	<u>(8.370)</u>

	2016					
	Portugal		Inglaterra		Bahamas	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	3.454.313	(918.570)	-	-	-	-
Colectiva	31.400.053	(673.649)	408.314	(14.712)	79.671	(77.419)
	<u>34.854.366</u>	<u>(1.592.219)</u>	<u>408.314</u>	<u>(14.712)</u>	<u>79.671</u>	<u>(77.419)</u>

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 euros são efetuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de rating desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de *rating* interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de default a um ano que o Banco monitoriza e calibra de forma constante e regular. Em termos concretos o *rating* é determinado pela análise dos seguintes fatores:

- . Procura/Mercado;
- . Sócios/Gestão;
- . Acesso ao crédito;
- . Rentabilidade;
- . Geração de fluxos;
- . Solvência.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

A estes fatores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O *rating* é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o setor e bases de dados externas. O *rating* final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de *rating* interno do Banco pode ser descrito da seguinte forma:

- Rating* 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;  
*Rating* 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;  
*Rating* 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a carteira de crédito do Banco apresentava a seguinte segmentação de acordo com o grau de risco interno atribuído:

	30-06-2017				
	Grau de risco				
	Elevado	Médio	Baixo	Sem Rating	Total
Corporate	515.332	5.540.798	4.269.498	1.162.825	11.488.453
Construção e CRE	302.862	1.885.511	148.793	878.231	3.215.396
Habitação	2.210.723	1.529.008	12.551.031	731.936	17.022.697
Retail	463.563	301.588	1.101.272	181.606	2.048.029
Garantias não afectas a outros segmentos	15.761	986.464	384.134	283.758	1.670.117
	3.508.240	10.243.369	18.454.727	3.238.356	35.444.692

	31-12-2016				
	Grau de Risco				
	Elevado	Médio	Baixo	Sem Rating	Total
Corporate	391.007	6.038.657	1.609.428	3.322.971	11.362.063
Construção e CRE	498.746	1.726.451	157.146	909.660	3.292.003
Habitação	1.967.000	1.424.359	9.310.914	4.313.919	17.016.192
Retail	273.030	251.580	779.089	793.757	2.097.456
Garantias não afectas a outros segmentos	16.683	844.810	442.210	270.935	1.574.638
	3.146.466	10.285.857	12.298.787	9.611.241	35.342.352

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascendia a 199.281 m.euros e 198.509 m.euros, respetivamente, e apresentava o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 13):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	145.780	138.310
. Equipamento	1.753	1.992
Outros ativos recebidos em dação em pagamento (Nota 18)	126.449	136.349
Ativos financeiros disponíveis para venda	<u>28.396</u>	<u>28.396</u>
	<u>302.378</u>	<u>305.047</u>
Imparidade para ativos não correntes detidos para venda (Nota 13):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	(51.938)	(49.668)
. Equipamento	(1.380)	(1.590)
Imparidade de outros ativos recebidos em dação em pagamento (Nota 18)	(36.046)	(41.547)
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda	<u>(13.733)</u>	<u>(13.733)</u>
	<u>(103.097)</u>	<u>(106.538)</u>
	<u>199.281</u>	<u>198.509</u>

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de ativo é o seguinte:

Ativo	2017			2016		
	Números de Imóveis	Justo Valor do Ativo <sup>(*)</sup>	Valor Líquido Contabilístico	Números de Imóveis	Justo Valor do Ativo <sup>(*)</sup>	Valor Líquido Contabilístico
<b>Terreno</b>						
Urbano	45	17.812	15.043	38	14.241	11.716
Rural	49	2.582	2.074	53	2.783	2.238
<b>Edifícios Construídos</b>						
Comerciais	311	31.562	26.793	267	20.678	17.606
Habitação	808	55.444	47.937	825	65.362	55.733
Outros	11	2.104	1.906	1	942	942
<b>Outros</b>	2	97	89	1	336	407
	<u>1.226</u>	<u>109.601</u>	<u>93.842</u>	<u>1.185</u>	<u>104.342</u>	<u>88.642</u>

<sup>(\*)</sup> não inclui custos com a venda e estimativa de perda histórica com a alienação deste tipo de ativos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o detalhe do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por antiguidade é o seguinte:

Ativo	2017				Total
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	
<b>Terreno</b>					
Urbano	15	408	749	13.871	15.043
Rural	-	149	1.032	893	2.074
<b>Edifícios Construídos</b>					
Comerciais	886	6.160	17.848	1.899	26.793
Habitação	13.020	13.041	16.716	5.160	47.937
Outros	-	-	98	1.808	1.906
<b>Outros</b>	-	-	79	10	89
	<u>13.921</u>	<u>19.758</u>	<u>36.522</u>	<u>23.641</u>	<u>93.842</u>

Ativo	2016				Total
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	
<b>Terreno</b>					
Urbano	-	203	1.108	10.405	11.716
Rural	-	147	1.223	868	2.238
<b>Edifícios Construídos</b>					
Comerciais	1.856	3.195	11.062	1.493	17.606
Habitação	12.090	14.868	22.423	6.352	55.733
Outros	-	-	-	942	942
<b>Outros</b>	-	-	-	407	407
	<u>13.946</u>	<u>18.413</u>	<u>35.816</u>	<u>20.467</u>	<u>88.642</u>

Crédito reestruturado

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as operações de crédito reestruturado foram identificadas de acordo com a Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal (que substituiu a Instrução nº 18/2012) a qual estabelece a definição de crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente.

De acordo com a referida Instrução, as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respetivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente, devendo para o efeito incluir a menção “crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente”.

Considera-se que um cliente está em situação de dificuldades financeiras quando tiver incumprido alguma das suas obrigações financeiras perante a instituição ou se for previsível, em face da informação disponível, que tal venha a ocorrer.

A desmarcação do crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente apenas se pode verificar depois de decorrido um período mínimo de dois anos desde a data da sua reestruturação, desde que se verifiquem cumulativamente determinadas condições. O Banco até ao momento não procedeu a qualquer desmarcação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento da carteira de créditos marcados como reestruturados durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e ano de 2016 foi como segue:

Saldo da carteira de reestruturados (bruto de provisões) em 31 de dezembro de 2015	2.371.866
Créditos reestruturados no exercício	1.105.149
Juros corridos da carteira reestruturada	27.807
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(515.419)
Outros	(7.893)
Saldo da carteira de reestruturados (bruto de provisões) em 31 de dezembro de 2016	2.981.510
Créditos reestruturados no exercício	46.130
Juros corridos da carteira reestruturada	1.270
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(251.579)
Outros	-
Saldo da carteira de reestruturados (bruto de provisões) em 30 de junho de 2017	2.777.331

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a carteira de crédito reestruturado apresentava a seguinte composição por medida de reestruturação aplicada:

	2017								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Período de carência	29.071	1.126.423	(80.206)	4.490	224.589	(204.550)	33.561	1.351.012	(284.756)
Outros	31.441	1.080.437	(164.086)	4.939	345.882	(252.333)	36.380	1.426.319	(416.419)
	60.512	2.206.860	(244.292)	9.429	570.471	(456.883)	69.941	2.777.331	(701.175)

	2016								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Período de carência	33.599	1.220.334	(101.572)	5.154	278.529	(223.725)	38.753	1.498.863	(325.297)
Outros	34.515	1.206.549	(190.800)	6.168	276.098	(214.543)	40.683	1.482.647	(405.343)
	68.114	2.426.883	(292.372)	11.322	554.627	(438.268)	79.436	2.981.510	(730.640)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)Colaterais

Em 30 de junho de 2017 o grau de cobertura do crédito moroso por garantias reais apresentava a seguinte composição:

Grau de cobertura	2017						
	Exposição			Colaterais			
	Vincendo associado a crédito vencido	Vencido (Nota 10)	Total	Hipotecas	Outras garantias reais	Total	Imparidade
<b>Empresas</b>							
>= 100%	77.812	248.789	406.118	583.269	66.259	800.512	(171.608)
>= 80% e < 100%	11.892	20.919	30.542	22.341	7.650	28.304	(22.226)
>= 60% e < 80%	5.101	38.574	53.814	3.013	26.793	37.705	(40.853)
< 60%	10.789	117.020	26.242	62.098	1.804	6.580	(76.265)
Sem garantia	133.959	266.628	592.033	-	-	-	(253.310)
<b>Habitação</b>							
>= 100%	345.303	252.124	685.977	972.041	2.037	1.118.821	(130.793)
>= 80% e < 100%	16.454	40.089	65.121	51.778	-	59.490	(23.205)
>= 60% e < 80%	4.352	26.140	34.184	22.093	-	24.765	(14.596)
< 60%	13.321	13.489	18.936	49.308	-	18.178	(9.414)
Sem garantia	1.353	4.740	6.618	-	-	-	(2.915)
<b>Outros particulares</b>							
>= 100%	13.058	15.567	34.074	41.799	6.837	61.435	(17.495)
>= 80% e < 100%	1.927	788	3.128	948	1.642	2.993	(1.167)
>= 60% e < 80%	534	244	573	343	193	412	(476)
< 60%	685	4.347	4.685	180	616	702	(3.703)
Sem garantia	70.406	67.002	173.261	-	-	-	(78.900)
	<b>706.946</b>	<b>1.116.460</b>	<b>2.135.306</b>	<b>1.809.211</b>	<b>113.831</b>	<b>2.159.897</b>	<b>(846.926)</b>

Em 31 de dezembro de 2016, o grau de cobertura do crédito vencido por garantias reais apresentava a seguinte composição:

Grau de cobertura	31-12-2016						
	Exposição			Colaterais			
	Vincendo associado a crédito vencido	Vencido (Nota 10)	Total	Hipotecas	Outras garantias reais	Total	Imparidade
<b>Empresas</b>							
>= 100%	123.381	282.737	406.118	718.338	82.174	800.512	(199.487)
>= 80% e < 100%	5.609	24.933	30.542	23.376	4.928	28.304	(21.769)
>= 60% e < 80%	12.892	40.922	53.814	13.510	24.195	37.705	(47.398)
< 60%	13.875	12.367	26.242	4.196	2.384	6.580	(13.573)
Sem garantia	182.449	409.584	592.033	-	-	-	(416.568)
<b>Habitação</b>							
>= 100%	382.839	303.138	685.977	1.118.821	-	1.118.821	(149.127)
>= 80% e < 100%	17.178	47.943	65.121	59.490	-	59.490	(26.098)
>= 60% e < 80%	4.906	29.278	34.184	24.765	-	24.765	(16.388)
< 60%	1.997	16.939	18.936	18.163	15	18.178	(12.244)
Sem garantia	1.369	5.249	6.618	-	-	-	(2.867)
<b>Outros particulares</b>							
>= 100%	14.829	19.245	34.074	49.472	11.963	61.435	(21.556)
>= 80% e < 100%	1.564	1.564	3.128	1.042	1.951	2.993	(2.011)
>= 60% e < 80%	282	291	573	275	137	412	(318)
< 60%	1.368	3.317	4.685	110	592	702	(3.162)
Sem garantia	78.285	94.977	173.262	-	-	-	(115.309)
	<b>842.823</b>	<b>1.292.484</b>	<b>2.135.307</b>	<b>2.031.558</b>	<b>128.339</b>	<b>2.159.897</b>	<b>(1.047.875)</b>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o grau de cobertura do crédito sem incumprimento para o qual foi atribuída imparidade na análise individual apresenta o seguinte detalhe:

Grau de cobertura	Crédito em cumprimento	2017			Imparidade
		Colaterais			
		Hipotecas	Outras garantias reais	Total	
>=100%	212.011	277.353	90.694	368.047	(63.446)
>= 80% e < 100%	31.492	19.926	8.858	28.784	(11.491)
>= 60% e < 80%	18.066	10.038	3.900	13.938	(10.378)
< 60%	90.604	15.417	589	16.006	(31.870)
Sem garantia	421.157	-	-	-	(174.625)
	<u>773.330</u>	<u>322.734</u>	<u>104.041</u>	<u>426.775</u>	<u>(291.810)</u>

Grau de cobertura	Crédito em cumprimento	2016			Imparidade
		Colaterais			
		Hipotecas	Outras garantias reais	Total	
>=100%	330.475	521.283	83.420	604.703	(83.990)
>= 80% e < 100%	26.033	13.384	11.112	24.496	(11.211)
>= 60% e < 80%	28.382	17.705	4.259	21.964	(13.743)
< 60%	220.060	69.375	2.371	71.746	(102.765)
Sem garantia	1.907.024	-	-	-	(195.514)
	<u>2.511.974</u>	<u>621.747</u>	<u>101.162</u>	<u>722.909</u>	<u>(407.223)</u>

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o valor de balanço dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe por *rating* externo, de acordo com a notação atribuída pela Standard & Poor's:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P		
BB+ / BB / BB-	4.311.481	5.229.027
B+ / B / B-	-	104.542
Sem rating externo	<u>1</u>	<u>3.514</u>
	<u>4.311.482</u>	<u>5.337.083</u>

Para os casos em que o *rating* da agência Standard & Poor's não estava disponível, foram apresentados os *ratings* divulgados pelas agências Moody's ou Fitch.

**RISCO DE LIQUIDEZ**

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Ativos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

Para a área de *ALM* são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Banco considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de ativos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à atividade de *funding*.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, os *cash flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2017						Total	
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos		Indeterminado
<b><u>Ativo</u></b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	209.843	-	-	-	1.782.787	-	-	1.992.630
Disponibilidades em outras instituições de crédito	360.859	-	-	-	-	-	-	360.859
Ativos financeiros detidos para negociação	1.614.174	-	-	-	-	-	-	1.614.174
Ativos financeiros disponíveis para venda	2	14.360	320.610	636.948	511.793	3.579.424	142.991	5.206.128
Aplicações em instituições de crédito	1.091.590	18.091	136.156	348.765	-	22.734	-	1.617.336
Crédito a clientes	143.583	2.036.744	3.529.448	7.213.185	5.633.217	16.782.307	-	35.338.484
Investimentos detidos até à maturidade	-	2.700	143.287	19.995	18.493	77.385	-	261.860
Derivados de cobertura	18.970	-	-	-	-	-	-	18.970
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	54.903	54.903
	<b>3.439.021</b>	<b>2.071.895</b>	<b>4.129.501</b>	<b>8.218.893</b>	<b>7.946.290</b>	<b>20.461.850</b>	<b>197.894</b>	<b>46.465.344</b>
<b><u>Passivo</u></b>								
Recursos de bancos centrais	4.638	-	-	2.446.000	630.000	-	-	3.080.638
Passivos financeiros detidos para negociação	1.638.381	-	-	-	-	-	-	1.638.381
Recursos de outras instituições de crédito	330.767	874.345	481.661	1.486	201.118	550.000	-	2.439.377
Recursos de clientes e outros empréstimos	12.271.718	4.285.328	6.227.484	5.589.493	212.618	16.788	-	28.603.429
Responsabilidades representadas por títulos	-	34.825	161.418	1.065.602	1.018.416	1.599.879	-	3.880.140
Derivados de cobertura	66.918	-	-	-	-	-	-	66.918
Outros passivos subordinados	-	32	602	1.269	1.271	17.233	-	20.407
	<b>14.312.422</b>	<b>5.194.530</b>	<b>6.871.165</b>	<b>9.103.850</b>	<b>2.063.423</b>	<b>2.183.900</b>	<b>-</b>	<b>39.729.290</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2016							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
<b>Ativo</b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	224.158	-	-	-	634.321	-	-	858.479
Disponibilidades em outras instituições de crédito	658.892	-	-	-	-	-	-	658.892
Ativos financeiros detidos para negociação	1.758.934	-	-	-	-	-	-	1.758.934
Ativos financeiros disponíveis para venda	2	67.413	195.212	1.573.300	821.623	3.817.360	143.755	6.618.665
Aplicações em instituições de crédito	66.792	4.583	31.969	440.202	2.033	22.734	-	568.313
Crédito a clientes	313.396	2.004.310	3.326.351	6.778.775	5.874.672	17.206.129	-	35.503.633
Investimentos detidos até à maturidade	-	3.082	134.874	31.032	18.664	84.776	-	272.428
Derivados de cobertura	32.700	-	-	-	-	-	-	32.700
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	55.248	55.248
	<b>3.054.874</b>	<b>2.079.388</b>	<b>3.688.406</b>	<b>8.823.309</b>	<b>7.351.313</b>	<b>21.131.000</b>	<b>199.003</b>	<b>46.327.292</b>
<b>Passivo</b>								
Recursos de bancos centrais	4.694	-	-	-	-	2.446.000	-	2.450.694
Passivos financeiros detidos para negociação	1.766.765	-	-	-	-	-	-	1.766.765
Recursos de outras instituições de crédito	694.210	728.902	828	1.537	201.539	400.000	-	2.027.016
Recursos de clientes e outros empréstimos	11.850.970	4.382.514	5.890.485	6.245.952	299.834	17.201	-	28.686.956
Responsabilidades representadas por títulos	160	31.437	1.082.987	939.612	873.962	1.185.176	-	4.113.334
Derivados de cobertura	81.655	-	-	-	-	-	-	81.655
Passivos subordinados	-	4.308	570	1.140	1.141	10.450	-	17.610
	<b>14.398.454</b>	<b>5.147.161</b>	<b>6.974.870</b>	<b>7.188.241</b>	<b>1.376.476</b>	<b>4.058.827</b>	<b>-</b>	<b>39.144.030</b>

O apuramento dos *cash flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Banco na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua atividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de ativos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com exceção dos instrumentos de capital registados como ativos financeiros disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Ativos e passivos financeiros não estruturais correspondem a ativos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito e instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda) e ativos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Banco considera o justo valor dos ativos e passivos de negociação como o seu valor transacional exigível à vista;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

### **RISCO DE MERCADO**

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a atividade de negociação do Banco consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de risco assumidos. Esta medida é apenas utilizada na gestão de tesouraria ao nível do Grupo, uma vez que o Banco usa medidas de sensibilidade específicas.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (Stress Testing), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efetuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar as eventuais incidências que possam existir para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objetivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das atividades de derivados, devido ao seu caráter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (Loss Triggers e Stop Losses).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os fatores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado diretamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e *repricing* existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)**Risco de taxa de juro**

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2017				
	Exposição a		Não sujeito a risco		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	
<b>Ativo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.769.960	209.843	-	1.979.803
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	360.859	-	360.859
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	3.059	1.611.115	1.614.174
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.112.432	145.812	138.898	-	4.397.142
Aplicações em instituições de crédito	1.213.592	397.821	2.838	-	1.614.251
Crédito a clientes	4.274.427	27.308.947	66.420	-	31.649.794
Investimentos até à maturidade	126.520	111.331	-	-	237.851
Derivados de cobertura	-	-	-	18.970	18.970
	<u>9.726.971</u>	<u>29.733.871</u>	<u>781.917</u>	<u>1.630.085</u>	<u>41.872.844</u>

<b>Passivo</b>					
Recursos de bancos centrais	3.076.000	-	4.638	-	3.080.638
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.638.381	1.638.381
Recursos de outras instituições de crédito	57.148	2.378.649	154	-	2.435.951
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.422.201	11.910.398	128.035	-	28.460.634
Responsabilidades representadas por títulos	2.526.288	1.221.433	(86.423)	-	3.661.298
Derivados de cobertura	-	-	-	66.918	66.918
Passivos subordinados	7.599	4.275	441	-	12.315
	<u>22.089.236</u>	<u>15.514.755</u>	<u>46.845</u>	<u>1.705.299</u>	<u>39.356.135</u>

	31-12-2016				
	Exposição a		Não sujeito a risco		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	
<b>Ativo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	653.759	224.158	-	877.917
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	658.892	-	658.892
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	3.175	1.755.759	1.758.934
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.146.990	157.728	118.238	-	5.422.956
Aplicações em instituições de crédito	206.791	353.935	3.198	-	563.924
Crédito a clientes	4.301.244	27.465.307	(314.215)	-	31.452.336
Derivados de cobertura	-	-	-	32.700	32.700
	<u>9.655.025</u>	<u>28.630.729</u>	<u>693.446</u>	<u>1.788.459</u>	<u>40.767.659</u>

<b>Passivo</b>					
Recursos de bancos centrais	2.446.000	-	4.694	-	2.450.694
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.766.765	1.766.765
Recursos de outras instituições de crédito	1.092.997	930.208	174	-	2.023.379
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.091.245	11.264.603	157.630	-	28.513.478
Responsabilidades representadas por títulos	2.544.483	1.448.057	(67.138)	-	3.925.402
Derivados de cobertura	-	-	-	81.655	81.655
Passivos subordinados	7.599	4.275	159	-	12.033
	<u>23.182.324</u>	<u>13.647.143</u>	<u>95.519</u>	<u>1.848.420</u>	<u>38.773.406</u>

#### Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos ativos e passivos, com base em deslocamentos de 100 *basis points* (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os ativos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respetiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os ativos e passivos são agrupados em agregados homogéneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de *repricing* (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de *repricing*/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos ativos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspetiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos *gaps* negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

#### *Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro*

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e *repricing* – consideram-se as datas de vencimento e *repricing* reais das operações. Os ativos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva *spot* da data de análise com a curva *forward* subjacente; e

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

- Características das novas operações “New Business” (Prazo, *repricing*, volumes, *spread*, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas diretrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros do Banco a variações positivas e negativas de 100 *basis points* (bp's) para o horizonte temporal de um ano correspondia a:

	30-06-2017		31-12-2016	
	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's
<b><u>Ativo</u></b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.048	69.477	188	15.473
Ativos financeiros disponíveis para venda	(309.618)	317.744	(375.220)	342.242
Aplicações em instituições de crédito	(1.671)	1.141	(2.352)	5.666
Crédito a clientes	(249.246)	170.928	(219.760)	106.788
Investimentos até à maturidade	(848)	2.588	(1.066)	2.768
	<u>(560.335)</u>	<u>561.878</u>	<u>(598.210)</u>	<u>472.937</u>
Derivados de cobertura	<u>48.930</u>	<u>(54.386)</u>	<u>50.534</u>	<u>(52.569)</u>
<b><u>Passivo</u></b>				
Recursos de bancos centrais	(94.921)	51.079	(83.865)	28.801
Recursos de outras instituições de crédito	(5.153)	19.535	(3.159)	12.467
Recursos de clientes e outros empréstimos	(658.375)	536.827	(685.831)	377.920
Responsabilidades representadas por títulos	(109.558)	99.387	(52.935)	25.754
Outros passivos subordinados	(893)	923	(953)	937
	<u>(868.900)</u>	<u>707.751</u>	<u>(826.743)</u>	<u>445.879</u>

**Instrumentos financeiros - negociação**

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia;
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respetivamente, da distribuição de perdas e ganhos);
- Fator de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos fatores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O fator de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela metodologia de Risco de Mercado;

Os valores do VaR utilizados correspondem ao maior entre os que forem calculados com o fator de decaimento em vigor e os que forem calculados com pesos uniformes;

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O Var *Weighted* Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos fatores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os fatores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico selecionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respetiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos fatores de mercado.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o VAR associado ao risco de taxa de juro correspondia a:

	<u>30-06-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
VaR Percentil 99%	(6)	(7)
VaR Weighted Percentil 99%	(3)	(3)

**Risco cambial**

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da Área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes, sendo efetuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe por moeda:

	<u>30-06-2017</u>				
	<u>Exposição a</u>		<u>Não sujeito a risco</u>		
	<u>Taxa fixa</u>	<u>Taxa variável</u>	<u>de taxa de juro</u>	<u>Derivados</u>	<u>Total</u>
<b><u>Ativo</u></b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.769.960	209.843	-	1.979.803
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	360.859	-	360.859
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	3.059	1.611.115	1.614.174
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.112.432	145.812	138.898	-	4.397.142
Aplicações em instituições de crédito	1.213.592	397.821	2.838	-	1.614.251
Crédito a clientes	4.274.427	27.308.947	66.420	-	31.649.794
Investimentos até à maturidade	126.520	111.331	-	-	237.851
Derivados de cobertura	-	-	-	18.970	18.970
	<u>9.726.971</u>	<u>29.733.871</u>	<u>781.917</u>	<u>1.630.085</u>	<u>41.872.844</u>
<b><u>Passivo</u></b>					
Recursos de bancos centrais	3.076.000	-	4.638	-	3.080.638
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.638.381	1.638.381
Recursos de outras instituições de crédito	57.148	2.378.649	154	-	2.435.951
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.422.201	11.910.398	128.035	-	28.460.634
Responsabilidades representadas por títulos	2.526.288	1.221.433	(86.423)	-	3.661.298
Derivados de cobertura	-	-	-	66.918	66.918
Passivos subordinados	7.599	4.275	441	-	12.315
	<u>22.089.236</u>	<u>15.514.755</u>	<u>46.845</u>	<u>1.705.299</u>	<u>39.356.135</u>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017  
(Montantes em milhares de euros - m.euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2016				Total
	Exposição a		Não sujeito a risco		
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	
<b><u>Ativo</u></b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	653.759	224.158	-	877.917
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	658.892	-	658.892
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	3.175	1.755.759	1.758.934
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.146.990	157.728	118.238	-	5.422.956
Aplicações em instituições de crédito	206.791	353.935	3.198	-	563.924
Crédito a clientes	4.301.244	27.465.307	(314.215)	-	31.452.336
Investimentos até à maturidade	243.954	-	-	-	243.954
Derivados de cobertura	-	-	-	32.700	32.700
	<u>9.898.979</u>	<u>28.630.729</u>	<u>693.446</u>	<u>1.788.459</u>	<u>41.011.613</u>
<b><u>Passivo</u></b>					
Recursos de bancos centrais	2.446.000	-	4.694	-	2.450.694
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.766.765	1.766.765
Recursos de outras instituições de crédito	1.092.997	930.208	174	-	2.023.379
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.091.245	11.264.603	157.630	-	28.513.478
Responsabilidades representadas por títulos	2.544.483	1.448.057	(67.138)	-	3.925.402
Derivados de cobertura	-	-	-	81.655	81.655
Passivos subordinados	7.599	4.275	159	-	12.033
	<u>23.182.324</u>	<u>13.647.143</u>	<u>95.519</u>	<u>1.848.420</u>	<u>38.773.406</u>

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o VaR associado ao risco cambial correspondia a:

	30-06-2017	31-12-2016
VaR Percentil 99%	(5)	(6)
VaR Weighted Percentil 99%	(3)	(3)

**Risco de cotações de ativos**Instrumentos financeiros - negociação

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o Banco não tinha risco associado a cotações de ativos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

52. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de julho de 2017.

## BANCO SANTANDER TOTTA, SA

## RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Nota 22)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
<b>Obrigações de Caixa - Hipotecárias</b>											
Hipotecária XIII - 1ª	EUR	750.000	-	750.000	(5.534)	-	744.466	1,63%	11-jun-2014	11-jun-2019	Taxa Fixa
Hipotecária XIV	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	0,75%	4-mar-2015	4-mar-2022	Taxa Fixa
Hipotecária XV	EUR	750.000	-	750.000	3.594	-	753.594	0,88%	27-out-2015	27-out-2020	Taxa Fixa
Hipotecária XVI	EUR	450.000	450.000	-	-	-	-	0,84%	24-fev-2016	24-fev-2022	Taxa Fixa
Hipotecária XVII	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	0,90%	15-abr-2016	15-abr-2023	Taxa Fixa
Hipotecária XVIII	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	0,65%	26-jul-2016	26-jul-2023	Taxa Fixa
Hipotecárias XIX - 1ª	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	0,97%	19-dez-2016	19-fev-2023	Taxa Fixa
Hipotecárias XXI	EUR	1.000.000	1.000.000	-	-	-	-	1,48%	10-abr-2017	10-abr-2027	Taxa Fixa
Hipotecárias XXII	EUR	1.000.000	-	1.000.000	(8.946)	-	991.054	0,88%	25-abr-2017	25-abr-2024	Taxa Fixa
		<b>6.950.000</b>	<b>4.450.000</b>	<b>2.500.000</b>	<b>(10.886)</b>	<b>-</b>	<b>2.489.114</b>				
<b>Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização</b>											
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	662.972	413.439	249.533	(633)	-	248.900	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	24.870	24.870	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,19% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,40% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	78.547	42.005	36.542	-	-	36.542	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	14.000	14.000	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	611.109	422.109	189.000	(225)	-	188.775	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,17% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,34% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24.000	24.000	-	-	-	-	Variável	16-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,24% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,48% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,50% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+1,00% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31.000	31.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+1,75% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+3,50% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	7.181	7.181	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada

## BANCO SANTANDER TOTTA, SA

## RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Nota 22)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
Atlantes Mortgage PLC - classe A	EUR	34.079	5.585	28.494	12	-	28.506	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+0,54%;
Atlantes Mortgage PLC - classe B	EUR	22.500	-	22.500	45	-	22.545	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+1,30%;
Atlantes Mortgage PLC - classe C	EUR	12.500	-	12.500	58	-	12.558	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+2,60%;
Atlantes Mortgage PLC - classe D	EUR	2.500	-	2.500	23	-	2.523	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+4,75%;
Atlantes MTG n1 CL E 2036	EUR	15.400	15.400	-	-	-	-	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Azor Mortgage PLC classe A	EUR	9.671	1.988	7.683	-	-	7.683	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 0,30%
Azor Mortgage PLC classe B	EUR	19.000	500	18.500	2	-	18.502	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 0,76%
Azor Mortgage PLC classe C	EUR	9.000	2.500	6.500	3	-	6.503	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 1,75%
Azor Mortgage PLC classe D	EUR	10.000	10.000	-	-	-	-	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - A	EUR	158.402	-	158.402	(20.245)	-	138.157	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 0,33%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - B	EUR	13.453	13.453	-	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 0,95%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - C	EUR	5.483	5.483	-	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 1,65%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - D	EUR	16.125	16.125	-	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Azor Mortgage PLC serie 2 - A	EUR	122.141	122.141	-	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Euribor 3m + 0,30%
Azor Mortgage PLC serie 2 - B	EUR	43.080	43.080	-	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Euribor 3m + 0,8%
Azor Mortgage PLC serie 2 - C	EUR	6.750	6.750	-	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - A	EUR	268.672	83.735	184.937	(14.194)	-	170.743	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Euribor 3m + 0,20%
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - B	EUR	33.726	33.726	-	-	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Euribor 3m + 0,50%
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - C	EUR	57.668	57.668	-	-	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - A	EUR	304.342	-	304.342	(40.612)	-	263.730	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - B	EUR	33.142	33.142	-	-	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - C	EUR	74.250	74.250	-	-	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - A	EUR	257.243	257.243	-	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - B	EUR	42.538	42.538	-	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - C	EUR	66.250	66.250	-	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - A	EUR	199.593	199.593	-	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - B	EUR	34.379	34.379	-	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - C	EUR	63.550	63.550	-	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
		<b>3.441.116</b>	<b>2.219.683</b>	<b>1.221.433</b>	<b>(75.766)</b>	-	<b>1.145.667</b>				
<b>Outros</b>											
Banif Sénior Tx Fixa 2015/2018	USD	26.288	-	26.288	229	-	26.517	2,50%	26-fev-2015	26-fev-2018	Taxa Fixa
		<b>26.288</b>	-	<b>26.288</b>	<b>229</b>	-	<b>26.517</b>				
		<b>10.417.404</b>	<b>6.669.683</b>	<b>3.747.721</b>	<b>(86.423)</b>	-	<b>3.661.298</b>				

## BANCO SANTANDER TOTTA, SA

## OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Nota 25)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações			Total	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Balanço Consolidado			
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	270.447	270.447	-	98	98	-	-	1,48%	Perpétuas	22 de junho de 2010
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	EUR	13.818	13.818	-	73	73	-	-	1,51%	Perpétuas	23 de fevereiro de 2011
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4.275	-	4.275	23	-	23	4.298	1,51%	Perpétuas	23 de fevereiro de 2011
Obrigações Banco Santander Totta,SA 7,5%	EUR	7.599	-	7.599	418	-	418	8.017	7,50%	Perpétuas	06 de Outubro de 2026
		<b>296.139</b>	<b>284.265</b>	<b>11.874</b>	<b>612</b>	<b>171</b>	<b>441</b>	<b>12.315</b>			